



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 042

QUINTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 1989

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 41ª SESSÃO, EM 19 DE ABRIL DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

— Nº 4/89, da Comissão Diretora, apresentando a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1988 (nº 206/87, na casa de origem), que dispõe sobre a concessão de bolsa-auxílio ao atleta amador e dá outras providências.

— Nº 5/89, da Comissão Diretora, apresentando a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1988 (nº 7.135/86, na casa de origem), que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências.

1.2.2 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 82/89, de autoria do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a comemoração do feriado de 21 de abril; Dia do Tiradentes.

— Projeto de Lei do Senado nº 83/89, de autoria do Senador Antônio Luiz Maya, que acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979, e dá outras providências.

— Projeto de Resolução nº 19/89, de autoria do Senador Ronan Tito e outros Senadores, que estabelece alíquotas do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Senhor Presidente da República, de Mensagens Presidenciais encaminhando o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para o ano de 1990 e as

contas do Governo Federal relativas ao exercício de 1988.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Cacaucultura brasileira.

SENADOR ITAMAR FRANCO — 200 anos da Inconfidência Mineira.

SENADOR DIVALDO SURUAGY, como líder do PFL — Homenagem à Aurélio Buarque de Holanda.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 5-7-89 (nº 69/89, na origem) do Governador do Estado do Tocantins, solicitando autorização para que aquele Estado possa contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 450.000.000,00, para os fins que especifica.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 201/89, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando que não seja realizada sessão do Senado no dia 21 do corrente nem haja expediente em sua Secretaria. *Aprovado*; após usar da palavra o Sr. Senador Jutahy Magalhães.

1.2.7 — Comunicações

— Do Senador Dirceu Carneiro, comunicando o seu desligamento da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, e passando a integrar a bancada do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB.

— Da Liderança do PMDB, referente à designação de Senadores para comporem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do

Tribunal de Contas do Distrito Federal. Votação adiada por falta de quorum.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES, pela ordem — Organização da Ordem do Dia.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO, pela ordem — medidas tomadas pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

SENADOR MARCONDES GADIELHA — Fusão nuclear a frio.

SENADOR OLAVO PIRES — Críticas ao Senado Federal.

SR. PRESIDENTE — Presta esclarecimentos ao Senador Olavo Pires.

SENADOR OLAVO PIRES em explicação pessoal — Críticas ao Senado Federal.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Funcionamento do Senado Federal.

SENADOR NEY MARANHÃO — Greve dos médicos em Recife.

SENADOR JOÃO LOBO — Intervenção no Banco do Estado do Piauí.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Proteção ao meio ambiente.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — EXPOSIÇÃO DO SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA E RESPOSTAS AS INTERPELAÇÕES DOS SRS. SENADORES, FEITA NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE ABRIL DE 1989.

3 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL — Nº 116, de 1989.

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 9,32

Exemplar Avulso NCz\$ 0,06

Tiragem: 2.200-exemplares.

Ata da 41ª Sessão, em 19 de abril de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro, Iram Saraiva, Pompeu de Sousa e Antonio Luiz Maya

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Nabor Júnior — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — Gerson Camata — Afonso Arinos — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Mendes Canafe — Wilson Martins — Afonso Camargo — José Richa — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli.

O SR. PRESIDNETE (Pompeu de Sousa)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 49 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

Pareceres

PARECER Nº 4, DE 1989

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1988 (nº 206/87, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1988 (nº 206/87, na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão de bolsa-auxílio ao atleta amador e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, em 19 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro*, Presidente — Senador *Pompeu de Sousa* — Senador *Antonio Luiz Maya*, Relator — Senador *Aureo Mello*.

ANEXO AO PARECER

Nº 4, DE 1989

Redação final da emenda no Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1988 (nº 206/87, na Casa de origem), dispõe sobre a concessão de bolsa-auxílio ao atleta amador e dá outras providências.

EMENDA nº 1

(Corresponde à emenda nº 1, de Plenário)

Dê-se ao *caput* do art. 2º a seguinte redação:

“Art. 2º Para poder receber bolsa-auxílio o atleta deverá frequentar regularmente curso oficial ou reconhecido de primeiro grau, segundo grau, técnico profissionalizante ou de nível superior.”

PARECER Nº 5, DE 1989

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1988 (nº 7.135/86, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1988 (nº 7.135/86, na Casa de origem), que dispõe sobre as relações

de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, em 19 de abril de 1989. — Senador *Nelson Carneiro*, Presidente — Senador *Pompeu de Sousa* — Senador *Antonio Luiz Maya*, Relator — Senador *Aureo Mello*.

ANEXO AO PARECER Nº 5, DE 1989

Redação final das emendas no Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1988 (nº 7.135/87, na Casa de origem), dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol, e dá outras providências.

EMENDA nº 1

(Corresponde à emenda nº 1, de Plenário)

Dê-se à introdução do *caput* do art. 3º a seguinte redação, acrescentando-se a palavra “preferencialmente”:

“Art. 3º O exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol ficará assegurado preferencialmente:

I —

EMENDA Nº 2

(Corresponde à emenda nº 2, de Plenário)

No item II do *caput* do art. 3º, onde se lê: “por prazo não inferior a 2 (dois) anos...” Substitua-se por: “... por prazo não inferior a 6 (seis) meses...”

EMENDA Nº 3

(Corresponde à emenda nº 3, de Plenário)

Suprima-se o item II do *caput* do art. 3º.

EMENDA Nº 4
(Corresponde à emenda
nº 4, de Plenário)

No item II do *caput* do art. 4º, onde se lê: "apoio e assistência moral, material e econômica...", substitua-se por: "apoio e assistência moral e material..."

EMENDA Nº 5
(Corresponde à emenda
nº 5, de Plenário)

Dê-se ao item I do *caput* do art. 6º a seguinte redação:

"Art. 6º
I — O prazo de vigência, em nenhuma hipótese, poderá ser superior a 2 (dois) anos;

EMENDA Nº 6
(Corresponde à emenda
nº 6, de Plenário)

Suprima-se o art. 7º e seu parágrafo único, renumerando-se os artigos subsequentes.

EMENDA Nº 7
(Corresponde à emenda
nº 7, de Plenário)

Suprima-se o art. 8º, renumerando-se os subsequentes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)
— O Expediente lido vai à publicação.
Sobre a mesa projetos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 82, de 1989

Dispõe sobre a comemoração do feriado de 21 de abril — Dia de Tiradentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O feriado de 21 de abril, consagrado a reverenciar a memória de Tiradentes, mártir da Independência Nacional, será comemorado na própria data, não se lhe aplicando a antecipação prevista na Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º São revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A oportunidade e conveniência recomendaram, no passado próximo, a aprovação de dispositivo legal determinando a antecipação da comemoração de todos os feriados nacionais para as segundas-feiras das respectivas semanas, rasurados os seguintes:

- 1º de janeiro (Confraternização Universal);
- 7 de setembro (Independência);
- 25 de dezembro (Natal); e
- Sexta-Feira Santa.

As razões que levaram o legislador ordinário a estabelecer as enunciadas exceções à regra geral prendem-se à relevância das datas mencionadas, seja em decorrência da universalidade do evento, seja em função da importância do fato histórico para a nacionalidade, seja em respeito ao espírito cristão do povo brasileiro.

No ano seguinte à publicação da Lei nº 7.320/85, foi aprovada a Lei nº 7.466/86 acrescentando ao rol dos eventos que deveriam ser comemorados na própria data o "Dia do Trabalho" (1º de maio). São óbvias as razões que levaram o Congresso Nacional a retificar a omissão inicial. A importância histórica do dia consagrado ao trabalhador, universalmente reconhecida, era rigorosamente incompatível com a medida de ordem prática consubstanciada no diploma de 1985.

Entendemos que o vulto histórico de Tiradentes, por tudo que significa em termos de luta pela afirmação da nacionalidade, está a merecer idêntico tratamento. Julgamos rigorosamente inadmissível que a data consagrada a reverenciar aquele que sagrifcou a própria vida em prol da soberania e da liberdade do povo brasileiro venha a ser tutelada de forma idêntica a qualquer outra.

Nunca é demais lembrar que estamos a comemorar que há 200 anos Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes — e seus companheiros assim fizeram — quando seu povo comprimido pelos escorcentes impostos, soterrado pelo sistema financeiro usado, combatido pela decadência das minas já exauridas, asfixiado cultural e politicamente, marginalizado do processo sócio-econômico imperante, impregnado pelas idéias libertárias a cerca da soberania popular de uma grande comunidade de vizinhos.

Foi a partir da Inconfidência que os mineiros começaram a possuir uma consciência clara da comunidade da terra e não da estirpe, fazendo madrugalar neste País a moderna noção de nacionalidade, que redundou no primeiro movimento pela Independência do Brasil.

A presente iniciativa tem por escopo reparar um grave erro cometido quando da aprovação do texto da Lei nº 7.320/85, na sua versão original, dignificando a personalidade de Joaquim José da Silva Xavier com a posição que merece no contexto histórico do nosso País.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1989. — Senador *Itamar Franco*.

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei Nº 7.320,
DE 11 DE JUNHO DE 1985

Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriado e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Serão comemorados por antecipação, nas segundas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domín-

gos e dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal, 7 de setembro (Independência), 25 de dezembro (Natal) e Sexta-Feira Santa.

Parágrafo único. Existindo mais de um feriado na mesma semana, serão eles comemorados a partir da segunda-feira subsequente.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1985; 164º da Independência e 97º da República. — **JOSÉ SARNEY** — *Fernando Lyra*.

Lei Nº 7.466,
DE 23 DE ABRIL DE 1986

Dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de Maio — Dia do Trabalho.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O feriado de 1º de Maio, consagrado como "Dia do Trabalho", será comemorado na própria data, não se lhe aplicando a antecipação prevista na Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1986; 165º da Independência e 98º da República. — **JOSÉ SARNEY** — *Paulo Brossard*.

Decreto Nº 91.604,
DE 2 DE SETEMBRO DE 1985

Regulamenta a Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, que dispõe sobre antecipação de comemoração de feriado, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o item III, do art. 81 da Constituição, e tendo em vista o art. 2º da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, decreta:

Art. 1º Será comemorado por antecipação, nas segundas-feiras, o feriado que cair nos dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos e os dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência), 25 de dezembro (Natal) e Sexta-Feira Santa.

Art. 2º Não será antecipado a comemoração do feriado que coincidir com o dia em que se realizarem eleições, nos termos dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.266, de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3º Existindo mais de um feriado na mesma semana, serão eles comemorados a partir da segunda-feira da semana subsequente.

Parágrafo único. Se na referida semana subsequente houver outro feriado sujeito a antecipação, será ele comemorado na segunda-feira, passando os da semana anterior a serem comemorados a partir da terça-feira.

Art. 4º Salvo disposições em contrário, os prazos em geral, que se vencerem nos dias de comemoração antecipada de feriados civis e religiosos, ficam prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1985; 164ª da Independência e 97ª da República. — **JOSE SARNEY** — *Eros Antonio de Almeida*.

(À Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania,)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, de 1989

Acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescido ao art. 7º da Lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979, o seguinte parágrafo, renumerado o seu parágrafo único:

“§ 1º A computação do tempo de serviço anterior, de que fala o **caput** do artigo, para os membros e ex-membros do clero diocesano, é feita a partir do início dos estudos filosóficos, comprovado mediante apresentação, em qualquer tempo, de documento passado por autoridade religiosa competente.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979, ao equiparar aos trabalhadores autônomos os ministros e ex-ministros de confissão religiosa ou membros e ex-membros de institutos da vida consagrada, congregação ou ordem religiosa, veio colocar sob o amparo da Previdência Social muitos cidadãos brasileiros até então desamparados.

A sociedade brasileira é testemunha dos relevantes serviços, nos campos da assistência espiritual, social e educacional, prestados pelos religiosos, quer sejam católicos ou não. É também testemunha de que, depois de longos anos de serviço à comunidade, muitos deles, sem o direito de uma aposentadoria digna, chegaram a uma velhice cheia de privações e necessidades. Se esta não é a sorte que queremos para nenhum trabalhador brasileiro, muito menos para aqueles que consagraram sua vida ao serviço dos outros, sobretudo dos mais pobres e mais humildes.

Mas, na interpretação e regulamentação da lei, os membros e ex-membros do clero diocesano ficaram prejudicados na contagem do tempo de serviço anterior.

Para os membros e ex-membros das congregações e ordens religiosas, a contagem do tempo é feita a partir do dia da emissão dos

votos temporários. Este momento, de modo geral, coincide com o fim dos então chamados estudos secundários, quando o jovem religioso estava numa faixa etária entre dezoito e vinte anos.

Já para os membros e ex-membros do clero diocesano, que não emitem votos religiosos, segundo interpretação do Direito Canônico, o momento da consagração religiosa é a recepção da tonsura, no início dos estudos teológicos, quando o jovem seminarista estava numa faixa etária entre 23 e 25 anos, ou mais.

Ora, a pura e simples aplicação de uma norma do Direito Canônico na interpretação e aplicação de uma lei civil está ferindo o preceito constitucional da isonomia.

Pondo-se de lado a norma do Direito Canônico e aplicando-se o princípio constitucional da isonomia, é possível uma interpretação menos restritiva da lei, no caso dos membros e ex-membros do clero diocesano. Para estes, como para os membros e ex-membros das congregações e ordens religiosas, o início do engajamento na vida eclesiástica coincide com o fim dos estudos secundários, equiparados aos do ensino oficial. Estes preparavam o jovem seminarista tanto para a vida eclesiástica como para qualquer carreira civil. Mas, iniciados os estudos filosóficos, específicos para a vida religiosa fixava-se um marco de maior engajamento no serviço religioso e o jovem direcionava sua vida para a carreira eclesiástica. Daí para a frente era ele um consagrado e o seu retorno à vida civil tomava-se mais difícil. Dessa forma, nada mais justo que início dos estudos filosóficos seja tomado como marco para a contagem do tempo de serviço anterior prestado a sua instituição religiosa, como define a lei.

Em vista disso, visando a corrigir falha na interpretação da lei e garantir direitos líquidos e certos, apresentamos este projeto de lei à apreciação dos nobres colegas desta Casa. — Senador Antônio Luiz Maya, PDC — TO.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.696,
DE 8 DE OUTUBRO DE 1979.

Equipara, no tocante a previdência social urbana, os ministros de confissão religiosa e os membros de institutos de vida consagrada, congregação ou ordem religiosa aos trabalhadores autônomos, e dá outras providências.

Art. 7º Fica assegurado aos ministros e ex-ministros de confissão religiosa ou aos membros e ex-membros de institutos de vida consagrada, congregação ou ordem religiosa, de que trata o item II do § 1º do artigo 5º da Lei nº 3.807, se o requererem no prazo de 180 dias da vigência desta lei, o direito de computar o tempo de serviço anterior, prestado às respectivas instituições religiosas, para efeito da Previdência Social, mediante indenização ao órgão previdenciário das contribuições não recolhidas no período correspondente, na forma já estabelecida em regulamentação, dispensada a multa automática.

Parágrafo único. O segurado facultativo, atendido o disposto no artigo 2º desta lei, ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada, congregação ou ordem religiosa, ficará obrigado a indenizar a Previdência Social pelo tempo de serviço averbado e sobre o qual não tenha contribuído.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 1989

Estabelece alíquotas do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas Operações e Prestações Interestaduais.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas Operações e Prestações Interestaduais, será de 12 (doze por cento).

Parágrafo único. Nas operações e prestações realizadas nas regiões Sul e Sudeste destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, as alíquotas serão:

I — em 1989, 8% (oito por cento);

II — a partir de 1990, 7% (sete por cento).

Art. 2º A alíquota do imposto de que trata o Art. 1º, nas operações de exportação para o exterior, será de 13% (treze por cento).

Art. 3º. Este projeto de resolução entra vigor em 1º de maio de 1989.

Justificação

Tendo em vista o disposto no artigo 155, § 2º, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, temos a honra de submeter à consideração do Senado Federal o presente projeto de resolução, fixando as alíquotas interestaduais aplicáveis ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal (ICMS), a que se refere o artigo 155, inciso I, letra "b", da Carta Magna.

O projeto em tela retrata decisão unânime dos secretários de Fazenda e Finanças dos estados, do Distrito Federal e dos territórios e cuja apreciação em caráter de urgência é de suma importância, considerando a vigência do imposto para este mês de março.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1989. — Sen. Ronan Tito — PMDB/MG — Sen. Saldanha Derzi, PMDB/MS — Sen. Marcondes Gadelha — Sen. Jarbas Passarinho — Ney Maranhão, PMB — Mário Maia, PDT — Jamil Haddad, PSB — Leopoldo Peres, PMDB — Fernando Henrique Cardoso, PSDB — Nabor Júnior — Áureo Mello — Edison Lobão — Mauro Benevides — Carlos De'Carli — Marcio Lacer-

da — Humberto Lucena — Carlos Patrocínio — Ronaldo Aragão — Pompeu de Sousa — Olavo Pires — Jutahy Magalhães — José Ignacio Ferreira — Ruy Bacelar — Maurício Corrêa — Lourenberg Nunes Rocha — Meira Filho.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
AUTOR DO PROJETO EM SUA JUSTIFI-
CAÇÃO:**

Excelentíssimo Senhor Senador Nelson Carneiro
Digníssimo Presidente do Senado Federal
Nesta

Tendo em vista o disposto no artigo 155, § 2º, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, temos a honra de submeter à consideração superior de Vossa Excelência a anexa sugestão de resolução, fixando as alíquotas máximas interestaduais aplicáveis ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais — ICMS, a que se refere o artigo 155, inciso I, letra "b", da Carta Magna.

Trata-se de decisão unânime dos secretários de Fazenda e Finanças dos estados, do Distrito Federal e dos territórios e cuja apreciação em caráter de urgência é de suma importância, considerando a vigência do imposto para o próximo mês de março.

Confiante na atenção que Vossa Excelência dará a esta proposta, aproveitamos o ensejo para apresentar-lhe protestos de elevada consideração.

Brasília, 27 de fevereiro de 1989 — Carlos Oscar Abrantes Nogueira Guedes (AC) — Luís Dantas Lima (AL) — Alfredo Pereira do Nascimento (AM) — Sérgio Maurício Brito Gaudenzi (BA) — Francisco José Lima Matos (CE) — Marco Aurélio Martins Araújo (DF) — José Teófilo Oliveira (ES) — Nylson Teixeira (GO) — Pedro Novais Lima (MA) — Fausto de Souza Faria (MT) — Flávio Augusto Coelho Derzi (MS) — Luiz Fernando Gusmão Wellisch (MG) — Frederico Aníbal da Costa Monteiro (PA) — Joseir de Silveira de Lucena (PB) — Luiz Carlos Hauly (PR) — Tânia Bacelar de Araújo (PE) — Romildo Rodrigues Nogueira (PI) — Jorge Hilário Gouvêa Vieira (RJ) — Francisco de Assis Miranda Pinheiro (RN) — José Ernesto Azzolin Pasquotto (RS) — Adailton Barros Bittencourt (RO) — Paulo Afonso Evangelista Vieira (SC) — José Machado de Campos Filho (SP) — André Mesquita Medeiros (SE) — René Pompeu de Piná (TO).

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 155, § 2º, inciso IV, da Constituição, e eu, Nelson Carneiro, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1989

Estabelece alíquotas máximas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas Operações e Prestações Interestaduais.

Art. 1º A alíquota máxima do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mer-

cadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas Operações e Prestações Interestaduais, será de 12% (doze por cento).

Parágrafo único. Nas operações e prestações realizadas nas regiões Sul e Sudeste destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e Estado do Espírito Santo, as alíquotas serão:

I — em 1989, 8% (oito por cento);

II — a partir de 1990, 7% (sete por cento).

Art. 2º A alíquota do imposto de que trata o art. 1º nas operações de exportação para o exterior será de 13% (treze por cento).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 1989.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 1989
— Senador Nelson Carneiro, Presidente.

**LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO IV
Dos Impostos dos Estados e
do Distrito Federal**

Art. 155. Compete aos estados e ao Distrito Federal instituir:

I — impostos sobre:

a) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos;

b) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

c) propriedade de veículos automotores;

II — adicional de até cinco por cento do que for pago à União por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas nos respectivos territórios, a título do imposto previsto no art. 153, III, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital.

§ 1º O imposto previsto no inciso I, a:

I — relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

II — relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III — terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar;

a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

b) se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV — terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

§ 2º O imposto previsto no inciso I, b, atenderá ao seguinte:

I — será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro estado ou pelo Distrito Federal;

II — a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação;

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III — poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV — resolução do Senado Federal, de iniciativa do presidente da República ou de um terço dos senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V — é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados.

À Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— a Presidência recebeu do senhor Presidente da República mensagens presidenciais encaminhando o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para o ano de 1990 e as contas do Governo federal relativas ao exercício de 1988.

Em virtude de não haver ainda normas que regulem a tramitação da matéria, a Presidência irá tomar as devidas providências para a elaboração dessas normas, que vigorarão, provisoriamente, até sua implantação definitiva no Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Há oradores incritos.

Coricudo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O que me traz à tribuna hoje é um pronunciamento referente à questão do cacau em nosso País.

O chocolate, principal derivado do cacau, é considerado "o alimento mais bem balanceado que existe, gostoso e nutritivo, uma mistura bem equilibrada de cacau, leite e açúcar", elementos ricos para o organismo, a vida e o desenvolvimento humano. O Brasil é o segundo maior produtor de cacau, fruto do cacaueteiro, uma árvore amazônica, brasileira. Nosso País é também o primeiro na industrialização do cacau e um dos dez maiores produtores de chocolate, sob todas as formas. No entanto, razões de ordem econômica, política, social e uma forte resistência cultural, que inclui tabus e crenças, fazem com que o nosso País, rico e miserável, grande e subnutrido, "a terra do cacau", apresente um baixíssimo consumo desse notável alimento, de ótima digestibilidade e rápida metabolização pelo

organismo humano. Temos matéria-prima de qualidade e em abundância; dominamos tecnologias, do plantio da árvore até a fabricação do produto final, o chocolate; e curiosamente, cada brasileiro não consome mais de 800 gramas de chocolate por ano.

Não irei discorrer, nem discutir sobre as causas do baixo consumo nacional do produto, pois assunto já foi objeto de longos pronunciamentos deste Senador nesta Casa, e do Deputado Jutahy Júnior na Câmara Federal. Estudiosos têm publicado trabalhos a respeito e a imprensa divulgado nossas considerações.

Há décadas, produtores e industriais e o próprio Governo, através da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC — órgão responsável pela condução da política de produção do cacau no País, constataram que a merenda escolar é instrumento e território adequado não só para aumentar o consumo interno e elevar o nível nutricional de milhões de crianças, como também, e principalmente, para a formação do hábito alimentar de gerações. Avanços e recuos foram dados nesta direção, por parte dos órgãos públicos, da indústria, dos produtores. Em 1984, um passo efetivo foi dado: a assinatura de um protocolo entre a CEPLAC, a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços — SEAP, a Fundação de Assistência ao Estudante — FAE, o Comitê de Expansão do Consumo do Chocolate — COMEC, o Conselho Nacional dos Produtores de Cacau — CNPC, a Associação Brasileira das Indústrias de Cacau — ABIC, o Sindicato da Indústria de Produtos de Cacau e Balas do Estado de São Paulo — SICAB, e a Associação Brasileira da Indústria Nacional de Nutrição. O objetivo do protocolo era unir esforços para promover, entre os educandos amparados pelos programas de alimentação escolar, o hábito de consumo do cacau em pó na preparação do chocolate a nível de escola e sob a forma de matéria-prima nas formulações industriais, enriquecendo, assim, a dieta alimentar das crianças brasileiras e fortalecendo a indústria de alimentos. Em síntese, o objetivo era introduzir o cacau em pó na merenda escolar. Pretendia-se, numa primeira fase, atingir dez Estados brasileiros do Norte e Nordeste, a partir da Bahia, com o consumo imediato de 200 toneladas do cacau em pó. Somente nos meses de novembro e dezembro de 1984, os técnicos da SEAP esperavam uma demanda naqueles Estados da ordem de 1.983 toneladas de cacau em pó. Tudo isto esteve nas intenções do protocolo e nos projetos dos seus executores. Pelo número de signatários, o Acordo, imitando a ineficácia das grandes comissões que já fazem parte da nossa tradição institucional e do nosso humor político, foi transformado em muitas fotocópias e poucos resultados. Arrastando-se entre enganos e asneiras da burocracia, recebendo críticas estimulantes, aqui e ali, inclusive minhas, as intenções do protocolo foram transformadas em algumas ações, ora tímidas e retardadas, ora transviadas, por parte da Fundação de Assistência ao Estudante, órgão do Ministério da Educação encarregado de viabilizar o Programa Na-

cional de Merenda Escolar, que assiste hoje a cerca de 30 milhões de crianças do pré-escolar e do primeiro grau.

Sr. Presidente, antes, porém, de comentar tais desvios que estão ocorrendo em relação ao chocolate na merenda escolar, convém lembrar ao Plenário dois cometimentos do Congresso Nacional em favor da alimentação dos brasileiros, especialmente das nossas crianças em idade escolar e da maioria da população carente, de baixa renda, ora subnutrida, ora faminta. Em 1985, o Deputado Jutahy Júnior apresentou projeto de lei que incluía o cacau em pó nos programas da merenda escolar. A proposta, amplamente aplaudida por todos os segmentos da economia do cacau e setores do Governo, também mereceu calorosos elogios da imprensa. Infelizmente, esgotando-se a sessão legislativa, o projeto, depois de aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, teve de ser arquivado por força regimental. Em abril do ano passado, ampliei os objetivos do projeto, aperfeiçoei os seus objetivos e sua forma, e rerepresentei a proposta. Dessa vez, além dos contingentes atendidos pela merenda escolar, o cacau em pó, produzido segundo as normas e padrões em vigor, para ser misturado ao leite e ao açúcar na preparação do chocolate líquido, deverá ser obrigatoriamente "alimento básico constante dos cardápios das unidades militares e dos programas sociais da União dirigidos às populações carentes do País". O projeto condiciona o apoio financeiro da União aos programas de alimentação e nutrição dos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas à obrigatoriedade da inclusão do cacau em pó nas receitas e dietas. A preparação do chocolate nas escolas irá ser feita conforme o clima e a cultura de cada região do País. Além dos indiscutíveis benefícios sociais que a nova lei trará para milhões de brasileiros, estimativas modestas indicam que a adoção do cacau em pó nos programas sociais e rações militares aumentará o consumo interno em, no mínimo, 80 mil toneladas —, hoje o consumo está em torno de 15 mil toneladas — reduzindo a oferta brasileira ao mercado internacional, atualmente superabastecido e com grandes estoques. Além da indústria de cacau, os agricultores e, indiretamente, os exportadores de amêndoa, os Estados e Municípios, todos lucrarão com a demanda, além da geração de novos empregos, aumento da produção, da renda, do consumo, dos serviços etc. Os trabalhos constituintes interromperam a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1988.

Sr. Presidente, retomando à atividade da FAE, é lamentável verificar que o Governo vem descumprindo sistematicamente o Protocolo de 1984. O cacau em pó, que é a torta pulverizada, o cacau puro, sem alcalóides ou outros elementos adicionais próprios do chocolate em pó, não vem sendo adquirido da indústria de cacau, segmento que não pode ser confundido com a indústria chocoladeira. Além desse desvio, Sr. Presidente, e aqui peço a atenção dos Srs. Senadores presentes, a FAE vem adquirindo, de uma única indústria, um produto

denominado "Brown Cow" (Vaquinha Marron), totalmente artificial, vendido como "chocolate cremoso instantâneo — complemento nutricional para crianças de 6 a 48 meses, gestantes e nutrízes". Na verdade, o "Brown Cow" não é cacau em pó para ser usado na preparação do chocolate líquido, nem é chocolate em pó para ser misturado ao leite ou água e açúcar. Totalmente artificial, o produto é fabricado por uma única firma no Brasil, sem concorrentes, de nome L. H. Industrial, ligada à multinacional Hershey Internacional Ltda. e distribuído pela Petybon Indústrias Alimentícias Ltda. Trata-se de um produto com sabor de chocolate, apenas aromatizado com cacau, com corantes que tentam reforçar a pseudopresença do cacau, e com outros aditivos químicos. As indústrias que vinham fornecendo, regularmente, chocolate em pó ou achocolatados para a FAE, através de processo legal de concorrência pública, suspeitam de que a "Vaquinha Marron" não deve ser recomendada à alimentação infantil compreendida na faixa etária de 6 a 48 meses, nem tampouco seria capaz de dar perfeita nutrição às gestantes e nutrízes, já que não observam as especificações oficiais que regulamentam o produto adequado para a merenda escolar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vejam a que ponto chegamos. Quando, finalmente, após tantos anos de conjecturas e apelos, demonstrada por estudiosos e técnicos, a necessidade, avizada por todos os segmentos da economia do cacau, de se incluir definitivamente o cacau em pó na preparação do chocolate na merenda escolar, o cumprimento de um acordo oficial entre a União e os setores econômicos é publicamente burlado. E, no dever político de representante da Bahia nesta Casa, sou obrigado a denunciar esse erro injustificável das nossas autoridades. Ao invés do cacau em pó, produto natural, alternativa viável, uma solução brasileira, inteligente e barata para se oferecer o alimento chocolate, fonte de energia e saúde, a milhões de crianças em idade escolar, o Governo Federal, fraudulentamente, compra de uma única indústria um produto artificial, aromatizado, importado, e que, por não ser saudável e estar fora das especificações legais, coloca em risco a saúde da população infantil escolar.

Sem dúvida, trata-se de um crime continuado de irresponsabilidade e incúria administrativa. Da Associação Brasileira dos Cacaicultores — ABC — entidade civil e autônoma, representativa dos produtores de cacau do Brasil, recebi essa grave denúncia, acompanhada de robusto dossiê, que comprova tal irregularidade no Programa de Merenda Escolar, relativamente à compra e consumo do cacau em pó para a preparação do chocolate.

Denunciamos ao Sr. Ministro da Educação, Dr. Carlos Sant'Anna, essa grave irregularidade, solicitando providências urgentes, a fim de que os objetivos escritos no Protocolo de 1984 e as diretrizes que vinham sendo claudicamente percorridas pela FAE, até há pouco tempo, sejam recuperados.

Oportunamente, renovo à colenda Mesa desta Casa os meus apelos no sentido de dar tramitação ao Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1988, que inclui o cacau em pó na merenda escolar, nas unidades militares e nos programas sociais da União, o qual ora se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando designações de relator, para sua discussão e votação. O projeto, transformado em lei, irá institucionalizar definitivamente a inclusão do cacau em pó na alimentação dos brasileiros. Dos meus ilustres pares já recebi inúmeras manifestações de apoio ao projeto, assim como de todos os segmentos da economia, sem exceção, dos Estados produtores, das autoridades governamentais e da imprensa de todo o País.

Eram essas as considerações que eu queria fazer, Sr. Presidente, a respeito deste assunto, porque vejo com preocupação que temos hoje uma superoferta de cacau no mercado internacional e não temos sabido aumentar o consumo interno. Pelo contrário, o que temos visto é que a produção de cacau a nível nacional, em parte, e principalmente a nível internacional, aumenta geometricamente, enquanto que o consumo aumenta aritmeticamente.

Por isso, peço a atenção do Senado Federal para esse projeto que apresentei e confio que em breve possamos aprová-lo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Assim confiamos igualmente, Sr. Senador. Concedo a palavra ao nobre Senador Olavo Pires. (Pausa)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

INCONFIDÊNCIA MINEIRA 200 ANOS

"Só quer o essencial: o mineiro não usurpa — ele espia, escuta, indaga, perrengueia, sorri, matuta, se prepara e se fecha. Mas, sendo a vez, sendo a hora, Minas entende, atende, torna tento, avança, peleja e faz."

Sempre foi assim e assim será: é a minelridade.

(De Guimarães Rosa "de Minas").

Há 200 anos, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, e seus companheiros assim fizeram, quando seu povo, comprimido pelos escorchantes impostos, soterrado pelo sistema financeiro usado, combatido pela decadência das minas já exauridas, asfixiado cultural e politicamente, marginalizado do processo sócio-econômico imperante, impregnado pelas idéias libertárias acerca da soberania popular de uma grande comunidade de vizinhos, os americanos do norte, que romperam a tutela espoliativa dos europeus, pelas novas normas do "contrato social", pelo direito de rebelião e por governos representativos, escreveram, com sangue e lágrima, uma das páginas mais significativas de nossa história política.

Foi a partir da Inconfidência que os mineiros começaram a possuir uma consciência clara da comunidade da terra e não da estirpe, fazendo madrugara neste País a moderna noção de nacionalidade, que redundou no primeiro movimento pela independência do Brasil.

E assim se fez mais tarde, no Império e na República, sob a liderança de mineiros da tempera e da vocação democrática, mineiros que consumiram suas vidas no decurso de lutas memoráveis abolicionistas, dos republicanos, dos idealistas da aliança liberal e das demais inúmeras e incessantes arremetidas "contra a personificação do Poder, sempre conducentes aos desequilíbrios e paralísias do unitarismo e às restrições das liberdades públicas e privadas; como inseria na história o "manifesto dos mineiros".

É bem de ver-se que esse povo, feito de aço e benquerança, sempre ao longo destes dois séculos sedimentados nas tradições de liberdade, de cultura cívica e da altivez que ornaram a personalidade dos dignos filhos da terra de Tiradentes, se alista na primeira linha do bom combate em prol dos princípios, das idéias e das aspirações que nos legaram a república e a federação, como "iniludíveis imposições de forças históricas profundas".

É Minas com sua força telúrica.

E assim se fez, quando se arregimentou em torno da bandeira de resistência à ilegalidade, derrotando nas urnas os postulados retrógrados e arbitrários da Revolução de 1964.

Minas sabe, porque o passado lhe ensinou, que desunida se enfraquece. Isto lhe aconteceu, por vezes, nas acirradas lutas entre conservadores e liberais, mas, em momentos graves, "a plasticidade de seu gênio político superava as divergências de formação e de interesse", coexistindo as duas minas de então — a mineradora e a agrária.

Foi e vem surgindo, porém, um componente novo, bem delineado e melhor conscientizado, com a ampliação do parque industrial, com a implantação da grande siderurgia — A Minas obreira. Ao lado das imensas concentrações operárias dos anos 70 alinham-se técnicas nacionais e estrangeiras de especialidades várias, mão-de-obra egressa do norte e das zonas rurais, profissionais especializados de outros centros saturados, compondo todo o conjunto, uma forte corrente progressista, ativa, monolítica e socialmente reivindicante.

Essa poderosa corrente observa o ilustrado mineiro Afonso Arinos de Melo Franco, começa, por outro lado, a transformar rapidamente a mentalidade dos trabalhadores rurais. A prova disso, afirmou-nos, "é a ampliação irreversível do fenômeno da sindicalização rural em todo o território do Estado, sabido como é que, mais que o partido político, o sindicato profissional representa, no seio dos nossos trabalhadores, a prova da consciência política e o instrumento de ação dessa mesma consciência.

O Sr. Divaldo Suruagy — Sendor Itamar Franco, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — Congratulo-me com V. Ex^a quando homenageia a figura ímpar de Tiradentes e, ao mesmo tempo, destaca a importância de Minas no contexto da formação da nacionalidade brasileira. O Estado que V. Ex^a dignifica com a sua representação na Câmara Alta do País é, na minha opinião, o Estado síntese, tendo fronteiras, praticamente, com todas as regiões brasileiras, tendo regiões tão ricas quanto as mais ricas do Brasil, e regiões tão pobres quanto as mais carentes do Nordeste; Minas é a síntese da sociedade brasileira, não apenas na sua formação geográfica, não apenas na riqueza do seu subsolo, mas, principalmente e acima de tudo, na concepção de política superior que o Estado de Minas oferece exemplos magníficos na História do nosso País. Congratulo-me com V. Ex^a quando homenageia um dos símbolos da nacionalidade brasileira, mas congratulo-me principalmente com V. Ex^a por representar Minas no Senado da República. Muito obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Divaldo Suruagy, deixando de lado os elogios que V. Ex^a faz da minha atuação no Senado Federal, como representante de Minas, quero agradecer a V. Ex^a esta intervenção. Não apenas a intervenção do Senador Divaldo Suruagy, mas do intelectual, do homem sensível ao que Minas significa não só agora, mas, particularmente, o que significou no passado.

Dizia eu, há pouco, que Minas fez madrugara no País a moderna noção da nacionalidade. V. Ex^a concorda conosco quando disse que Minas é a síntese dessa sociedade, é há de concordar também com a expressão que usamos agora — no momento em que o Partido de V. Ex^a tem um mineiro candidato à Presidência da República — de que uma Minas desunida é uma Minas enfraquecida.

Muito obrigado a V. Ex^a pela intervenção.

Continuo, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Esse novo e crescente segmento encontrou em Minas, conflito sociais mais agudos por suas características e formação sócio-econômica. A década de 70, com a funesta política desnacionalizante do Governo imposta ao País para atender ao interesse internacional, trouxe, ademais, dentre outras consequências, como a corrosão do poder aquisitivo, a proletarianização da classe média, o fortalecimento das ampliadas forças progressistas e socialmente carentes dos "não possuidores" que se defrontam hoje, em termos de sobrevivência, com as falanges retrógradas e espoliativas.

Minas, nestes 200 anos de sua Inconfidência, penou e muito aprendeu, daí o posicionamento na linha de frente dos movimentos político-sociais, como herdou seu povo e registrou sua história de lutas e glórias.

A sofrida experiência de Tiradentes e seus Heráldicos descendentes ensinou a Minas que o sucesso de suas grandes campanhas libertárias estará sempre condicionado à união das forças de vanguarda.

Minas sabe — pelas Escolas de Vila Rica — que o fracionamento de suas potenciali-

dades de luta conduz a consequências macabras, às noites do obscurantismo.

Minas sabe — pelo que sofreu na própria carne — que tem que se unir para melhor se defender contra aqueles predadores de suas riquezas naturais, contra as aves de rapina de sua economia, contra os sanguessugas da energia de seu trabalho.

Minas sabe — pela voz de seus historiadores e poetas — que a sua grande família não pode mais se iludir com as falsas promessas e planos demagógicos dos algozes de sua liberdade e da falácia das felpudas raposas que a atraí e invariavelmente a trai na consecução de seus legítimos propósitos.

Minas sabe — pelo seu passado dignificante — que só pode confiar nos que sentem seus mais profundos anseios e buscam suas soluções, por suas prerrogativas violadas e por uma justiça social mais humana.

Minas sabe — pelo que vivida e madura — que a solução de seu aflitivo problema econômico e social está, enfim, na sua conduta política.

Chegamos, agora, com a comemoração cívica destes 200 anos de inconfidência mineira, no alvorecer de um novo tempo que será des-cortinado pelas eleições à presidência da República, em 15 de novembro próximo. Essa etapa que buscamos, a duras penas, ao longo de quase três décadas, representa um passo decisivo para a restauração democrática de nosso país, para a nossa emancipação econômica, para as conquistas sociais e políticas de nosso marginalizado povo.

Daí é que se torna imprescindível mobilizarmos todas as potencialidades políticas, culturais e históricas daquela Minas de ontem e dessa gerais de hoje, ambas com suas mutações sócio-econômicas, seus esplendores e glórias, para se formar uma união inquebrantável dessa nova força e sua grande família, em torno de idéias e líderes, legítimos e autênticos que nos conduzam sem farsas e engodos, à redenção do nosso Brasil, pois "sendo a vez, sendo a hora, Minas entende, atende, pelega e faz."

Sr. Presidente, ao encerrar este pronunciamento, estou encaminhando à Mesa, neste instante, projeto de lei dispondo sobre as comemorações do feriado de 21 de abril, Dia de Tiradentes, e que diz:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O feriado de 21 de abril, consagrado a reverenciar a memória de "Tiradentes", mártir da Independência Nacional, será comemorado na própria data, não se lhe aplicando a antecipação prevista na Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985.

Com isso, Sr. Presidente, entendemos que o 21 de abril deve ser comemorado exatamente nessa data, e não de acordo com a Lei nº 7.320.

É este o projeto, Sr. Presidente, que estou encaminhando à deliberação da Casa, na expectativa da sua aprovação.

Muito obrigado!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ITAMAR FRANCO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº de 1989.

Dispõe sobre a comemoração do feriado de 21 de abril — Dia de Tiradentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O feriado de 21 de abril, consagrado a reverenciar a memória de "Tiradentes", mártir da Independência Nacional, será comemorado na própria data, não se lhe aplicando a antecipação prevista na Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º São revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A oportunidade e conveniência recomendaram, no passado próximo, a aprovação de dispositivo legal determinando a antecipação da comemoração de todos os feriados nacionais para as segundas-feiras das respectivas semanas, ressalvados os seguintes:

— 1º de janeiro (Confraternização Universal);

— 7º de setembro (Independência);

— 25 de dezembro (Natal); e

— Sexta-Feira Santa.

As razões que levaram o legislador ordinário a estabelecer as enunciadas exceções à regra geral prendem-se à relevância das datas mencionadas, seja em decorrência da universalidade do evento, seja em função da importância do fato histórico para a nacionalidade, seja em respeito ao espírito cristão do povo brasileiro.

No ano seguinte a publicação da Lei nº 7.320/85, foi aprovada a Lei nº 7.466/86 acrescentando ao rol dos eventos que deveriam ser comemorados na própria data o "Dia do Trabalho" (1º de maio). São óbvias as razões que levaram o Congresso Nacional a retificar a omissão inicial. A importância histórica do dia consagrado ao trabalhador, universalmente reconhecida, era rigorosamente incompatível com a medida de ordem prática consubstanciada no diploma de 1985.

Entendemos que o vulto histórico de "Tiradentes", por tudo que significa em termos de luta pela afirmação da nacionalidade, está a merecer idêntico tratamento. Julgamos rigorosamente inadmissível que a data consagrada a reverenciar aquele que sacrificou a própria vida em prol da soberania e da liberdade do povo brasileiro venha a ser tutelada de forma idêntica a qualquer outra.

Nunca é demais lembrar que estamos a comemorar que há 200 anos, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes e seus companheiros assim fizeram, — quando seu povo comprimido pelos excorchantes impostos, soterrado pelo sistema financeiro usado, combatido pela decadência das minas já exauridas, asfixiado cultural e politicamente, marginali-

zado do processo sócio-econômico imperantes, impregnado pelas idéias liberais a cerca da soberania popular de uma grande comunidade de vizinhos.

Foi a partir da Inconfidência que os mineiros começaram a possuir uma consciência clara da comunidade da terra e não da estirpe, fazendo madurar neste País a moderna noção de nacionalidade, que redundou no primeiro movimento pela Independência do Brasil.

A presente iniciativa tem por escopo reparar um grave erro cometido quando da aprovação do texto da Lei nº 7.320/85, na sua versão original, dignificando a personalidade de Joaquim José da Silva Xavier com a posição que merecer no contexto histórico do nosso País.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1989. — Senador Itamar Franco.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.320,

DE 11 DE JUNHO DE 1985

Dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Serão comemorados por antecipação, nas segundas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos e dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência), 25 de dezembro (Natal) e Sexta-Feira Santa.

Parágrafo único. Existindo mais de um feriado na mesma semana, serão eles comemorados a partir da segunda-feira subsequente.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1985; 164º da Independência e 97º da República. — JOSÉ SARNEY — Fernando Lyra.

LEI Nº 7.466,

DE 23 DE ABRIL DE 1986

Dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de Maio — Dia do Trabalho.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O feriado de 1º de Maio, consagrado como "Dia do Trabalho", será comemorado na própria data, não se lhe aplicando a antecipação prevista na Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1986; 165º da Independência e 98º da República. — JOSÉ SARNEY — Paulo Brossard.

DECRETO Nº 91.604,
DE 2 DE SETEMBRO DE 1985

Regulamenta a Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, que dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o item III, do artigo 81 da Constituição, e tendo em vista o artigo 2º da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, decreta:

Art. 1º Será comemorado por antecipação, nas segundas-feiras, o feriado que cair nos dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos e os dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência), 25 de dezembro (Natal) e Sexta-Feira Santa.

Art. 2º Não será antecipada a comemoração do feriado que coincidir com o dia em que se realizarem eleições, nos termos dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.266, de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3º Existindo mais de um feriado na mesma semana, serão eles comemorados a partir de segunda-feira da semana subsequente.

Parágrafo único. Se na referida semana subsequente houver outro feriado sujeito a antecipação, será ele comemorado na segunda-feira, passando os da semana anterior a serem comemorados a partir da terça-feira.

Art. 4º Salvo disposições em contrário, os prazos em geral, que se vencerem nos dias de comemoração antecipada de feriados civis e religiosos, ficam prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1985; 164ª da Independência e 97ª da República. — **JOSE SARNEY** — Eros Antonio de Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Divaldo Suruagy. S. Exª falará como Líder do PFL.

O SR. DIVALDO SURUAGY (PFL — AL)

Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Alagoas, através de minha voz, pretende prestar uma homenagem a um dos seus maiores filhos, a um dos maiores intelectuais do Brasil que, sem sombra de dúvidas, foi Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

Alagoano de Passo de Camaragibe, zona norte do Estado, Município privilegiado pela inteligência de renomados juristas, oradores, políticos, poetas e prosadores, como Pontes de Miranda, Fernandes Lima, Guedes de Mi-

randa, Mendonça Braga e tantos outros, Mestre Aurélio era uma figura singular: estatura média, forte sem ser gordo, cabeleira branca esvoaçante, andar lépido e sempre afeto a medidas no cumprimento, sem exageros, afeições ou hipocrisias, pele rosada, parecia bem um holandês.

Compreende-se, desde logo, que ele tenha nascido perto do velho Porto Calvo, onde imperaram os holandeses e, ainda hoje, perdura a incógnita do Calabar, herói ou traidor.

Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, onde Mestre Aurélio se torna exuberante na estilística:

"Quase o mesmo: às minhas paisagens faltam solares, eiras e moinhos. De luars, porém, estão elas alagadas: daqueles luars de outra poesia nobriana que revestem de cal as moradas humildes:

"Casa dos pobres, que o luar, à noite, caia..."

— "Não lhes falta, também, a prata liquefeita e viajante dos rios — os rios do Porto Calvo da minha gente materna."

A iniciação intelectual do jovem Aurélio se deu em Maceió, quando perdeu o emprego de comerciário e com nove mil réis, dinheiro do ordenado, comprou a gramática de Maximino Maciel e as "Memórias Póstumas de Brás Cubas". Magnífica intuição, começar por onde muita gente não consegue terminar: Machado de Assis.

Em 1926, Aurélio dá o primeiro passo no Magistério e começa a ensinar o Português a um antigo colega de Porto de Pedras, a quatrocentos réis a aula.

Desse primeiro aluno, passou a ensinar no Curso Primário do Ginásio de Maceió, ingressando, depois, no Orfanato São Domingos.

A vocação de mestre, de professor, firmou-se no Liceu Alagoano, indo, em seguida, para o Rio de Janeiro, lecionando no Instituto de Educação, no Instituto Rio Branco (Itamaraty), na Universidade Autônoma do México e em outras dos Estados Unidos, Cuba, Guatemala e Venezuela.

Não muito bem-sucedido na então Capital da República, volta à terra natal, sendo nomeado Secretário-Geral da Prefeitura de Maceió.

Retornando ao Rio, é professor contratado do Colégio Pedro II, em 1940, quando teve a oportunidade de colaborar no Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.

Nesse momento auge de contato maior é mais íntimo com a palavra, é que reponta o escritor, em 1942, com o livro de contos "Dois Mundos".

Escrevia ele em seu discurso de posse na Academia:

"Ora, as operações mentais, por mais silenciosas, têm, por substância, a palavra: com palavras pensamos e em palavras."

"...A palavra, pois, não é tão-só o veículo do pensamento, senão também a própria matéria dele. Desse prazer de interrogar o mistério e da ânsia de esclarecê-lo

me há de ter vindo o interesse por um novo mundo — o mundo vocabular. Entrei a amar as palavras, ferramenta do ofício das idéias e perene chave de enigmas. Daí viria a desabotoar, com o volver dos anos, o aprendiz de lexicografia, o interessado pelo exame dos textos, o estudante e curioso da Língua."

Em "Dois Mundos" avulta, de maneira impressionante, o conto "O Chapéu de meu Pai". É, em verdade, obra-prima:

"Do porta-chapéus, a um canto da parede, pendê um chapéu, como coisa abandonada. É o chapéu de meu pai. É um pedaço daquele que se encontra ali perto, estendido, morto, as largas mãos cruzadas sobre o peito, e o rosto, em vida tão vermelho, agora de uma brancura macilenta. É alguma coisa dele, que a morte não destruiu."

"...Pendente do gancho, ali, abandonadamente inútil, o chapéu me recorda um despojo de guerreiro vencido. Serve-me de ponto de referência para a reconstituição, sem ordem cronológica, de um passado inteiro. O pranto me devolve à realidade do momento, e agora o chapéu me oferece de meu Pai uma imagem muito próxima — a do velho tirando-o quando entrava na casa de saúde, para nunca mais o usar. Estava pálido, então. O chapéu, acompanhando-o inseparável."

Lexicógrafo, polígrafo, escritor, ficcionista, crítico literário, filólogo, dicionarista exímio, antologista, tradutor e poeta, um verdadeiro homem de letras, Mestre Aurélio sabia transitar, com desenvoltura ímpar, entre a palavra fria do dicionário e a linguagem escurteira e eloquentemente pitoresca de um "conversador". A esse respeito, escreveu o filólogo Paulo Rónai:

"A conversação, considerada pelos antigos, com justiça, como uma arte, essa nobre prática está saindo de nossos costumes de gente apressada, sentada horas a fio ao volante de um automóvel ou absorvida pela assistência à televisão. Aurélio praticava com um prazer físico, que lhe faz esquecer o tempo, assim como a seus ouvintes. Seu senso de humor, sua orgânica afabilidade, sua grande capacidade de mímica sonora, sua dicção perfeita fazem dele um centro de atenções em qualquer companhia amiga".

Era um homem que possuía a verve do contador de "estórias", de casos e de "causos", por onde, aos quados, permeavam a veia lírica de seus poemas e a memória invejável de um declamador de poesias, clássicas e modernas.

Noctívago, por natureza, por trabalho e por vivência, sabia romper as madrugadas, sem que isso, necessariamente, lhe deixasse o amargor e o arrependimento das ressacas alcoólicas, onde, quase sempre, está presente uma ressaca moral.

Adorava a noite pela noite. Todo ano costumava passar suas férias em Maceió, onde, ao lado de Teotônio Vilela, Carlos Moliterno, Humberto Cavalcante, Arnoldo Jambo, reunidos em mesas de cabarés, discutiam o tudo e o nada. Amanheciam no Mercado Público, tomando café com pão doce e tapioca. Era um apaixonado pelas mulheres e pela arte de viver.

O Sr. Pompeu de Sousa — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — É uma honra muito grande para mim ser apartado pelo Senador Pompeu de Sousa.

O Sr. Pompeu de Sousa — Senador Divaldo Suruagy, eu não poderia deixar de vir aqui ao plenário para apartear o belo discurso que V. Ex^a está pronunciando; discurso digno, aliás, do próprio homenageado, pela substância e pela circunstância, pelo conteúdo e o continente, o fundo e a forma. Porque, na verdade, cultor também do idioma, professor de português, desde os 18 anos, ao mestre Aurélio me ligavam laços profundíssimos de amizade e de identificação, companheirismo e de temperamento. Esse trabalhador infatigável, esse boêmio trabalhador infatigável — o que parece uma contradição e, na verdade, é uma realidade —, esse amoroso do vernáculo, mas não como um simples catador de migalhas e de regras gramaticais, mas do bom vernáculo para a boa língua e para a boa forma literária, esse inesquecível alagoano, esse inesquecível brasileiro, esse inesquecível criador da Língua Portuguesa, realmente é para mim uma saudade permanente. O apartamento de Aurélio, num velho prédio, no início da praia de Botafogo, que ao mesmo tempo era um laboratório da língua, onde se pesquisavam as palavras, onde se pesquisavam as etimologias, onde se pesquisavam as raízes da língua, mas também a realidade atual da língua, porque ele não era um arqueólogo da língua, pelo contrário, era um renovador permanente — o velho apartamento de Aurélio era um dos momentos agradáveis da nossa vida de então, no Rio de Janeiro. Conviver com Aurélio, nas noites boêmias, não era menos agradável, pelo contrário. Aliás, por falar no apartamento de Aurélio, lembro-me de algo dramático que agora me veio à lembrança, que é a morte de Anísio Teixeira. Anísio Teixeira, então nosso companheiro de fundação da Universidade de Brasília, mestre meu e de todos os educadores brasileiros; meu mestre desde a ABE — Associação Brasileira de Educação —, onde se plantaram os alicerces, as raízes da escola ativa e da escola única do Brasil, a denominada Escola Nova; escola única que, infelizmente, jamais conseguimos implantar, porque os comerciantes do ensino apossaram-se das escolas no Brasil, e cada vez delas se apossam mais. Anísio Teixeira, logo depois do golpe militar de 64, foi destituído da reitoria da Universidade de Brasília. Há um contra-aparte extra-microfone do Senador e ilustre ex-Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que não estou ouvindo, pois não tenho boas oíças, tal aliás, como Anísio,

que não as tinha também; lembro-me de que, um dia, ele passou a usar um aparelho para melhor ouvir e ficou deslumbrado, exclamando: "Pompeu, ouvir bem é outra coisa. A música é música mesmo! Você ouve uma orquestra sinfônica e diferencia cada instrumento em vez de ouvir apenas aquela pasta sonora". Desculpe-me, nobre Senador Suruagy, tudo isto vai entre parênteses, em razão do silencioso aparte do nobre Senador Jarbas Passarinho, o qual, aliás, já agora me informa, através do nobre Senador Jutahy Magalhães, como intérprete mais próximo e de melhores oíças, que, quando Ministro de Educação, condecorou, muito justamente, e *post mortem*, Anísio Teixeira. Nessa época, logo depois da chamada revolução — que eu me recuso a chamar de revolução, chamo de contra-revolução, porque foi um golpe militar — contra-revolução — e agora é o Senador Jarbas Passarinho, aqui ao lado, quem endossa a denominação de contra-revolução, de forma que daqui por diante passaremos a chamar oficialmente de contra-revolução, porque se trata de um dos participantes do movimento; e com a sua autoridade... Este meu aparte, nobre Senador Suruagy, está virando um discurso paralelo, e está ficando caótico, porque os parênteses se sucedem e com tantos parênteses está difícil, porque já formam uma chave, um colchete. Dizia eu que Mestre Anísio foi à casa de Aurélio, porque era ele então candidato à Academia Brasileira de Letras — todos os outros candidatos já haviam desistido, ele estava tranquilamente eleito — e com aquela minúcia que o caracterizava, com aquela educação, ele foi à casa de Aurélio para pedir o seu voto, voto que praticamente já estava assegurado. O edifício onde Aurélio morava era desses antigos, no qual o primeiro algarismo do número não é a indicação do andar; mestre Anísio subiu no elevador, desceu no quarto andar, se não me trai a memória, pois supunha fosse no quarto andar o apartamento a visitar, e verificou que estava enganado; voltou, abriu a porta do elevador e caiu no poço; pois pensava que o elevador ali ainda estivesse, mas em realidade ele havia subido. E por alguns dias chegamos a pensar que Mestre Anísio havia "desaparecido" como tanta gente desapareceu na contra-revolução de 1964. Segundo outro contra-aparte do Senador Jarbas Passarinho, os que desapareceram foram também do lado de lá; esses não desapareceram, morreram mesmo; os "desaparecidos" foram os do lado de cá, não foram os do lado de lá. Mas, enfim, parênteses à parte, eu não poderia deixar de trazer o meu apoio e, mais que isto, o meu entusiasmo, Senador Suruagy, pela comemoração que V. Ex^a traz hoje desse magnífico alagoano. E já que falo em Alagoas, manifesto também, desde já, a minha inconformidade com o voto presidencial — comunicado e lido no expediente da sessão de ontem do Congresso Nacional — ao projeto de lei determinando que a União desaproprie, para transformar em museu, como casa do culto à inteligência e às belas-letas deste País, a casa onde nasceu Graciliano Ramos. Aproveito a oportunidade para

exortar V. Ex^a, como alagoano, assim como os brasileiros de todos os quadrantes que, neste Senado, são Senadores e, neste Congresso, são Congressistas, a que derrubemos esse voto, em nome da inteligência brasileira. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. DIVALDO SURUAGY — Agradecendo ao Senador Pompeu de Sousa o aparte, que tanto ilustra o nosso discurso, gostaria de dizer a V. Ex^a que, a exemplo do que aconteceu com Mestre Aurélio e com Anísio Teixeira, V. Ex^a também é um homem sem fronteiras, um homem-oceano.

Homens, sumamente ilustres, já mergulharam no olvido, pela própria contingência da sucessão dos fatos.

Imagino que, se Aurélio tivesse mergulhado no exercício da vida política, seria, mais uma vez, um mestre, pois, em política, um sinônimo bem empregado pode ter a misteriosa virtude de mudar o curso das conversações, para que se entre no mundo das articulações, grande arte que exige a palavra certa na hora exata.

Mestre Aurélio continua um excelente símbolo de amor às letras e às belas-letas.

Amor às letras, através da análise lexicográfica da palavra com toda a sua potencialidade de viver ou matar, de criar monumentos imperecíveis diante do tempo ou de sepultar figuras que deveriam encontrar-se nos pedestais da História.

O Sr. Afonso Arinos — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — E por falar em pedestais da História, concedo o aparte ao Senador Afonso Arinos de Melo Franco, aquele que, sem sombra de dúvidas, já está no pedestal da História brasileira.

O Sr. Afonso Arinos — Queria apenas relembrar um fato que ocorreu comigo no fim da vida de Anísio Teixeira e que, de certa maneira, pode influir um pouco no julgamento da sua posição espiritual no tempo da sua vida. Fui visitado por ele, quando se tratava exatamente de examinar a sua candidatura à Academia Brasileira de Letras — claro que eu estava, como muitos dos nossos companheiros de Casa, inteiramente favorável a ela —, conversamos longamente, mas no momento de me despedir de Anísio Teixeira, por quem tinha grande admiração, ocorreu-me fazer uma quase brincadeira com ele, e disse: "— Professor, o que nos separa um pouco é que eu, como católico, acho que V. Ex^a, às vezes, fala um pouco mal de Nossa Senhora." E ele não disse nada. E o acompanhei até o elevador. No momento de ele entrar no elevador, voltou-se para mim e me disse o seguinte: "— Professor, saiba de uma coisa: já não falo tão mal de Nossa Senhora". Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Professor Afonso Arinos, uma interferência de V. Ex^a, através de um aparte, a qualquer orador desta Casa enriquece consideravelmente as palavras que estejam sendo proferidas na tribuna. Continuo, Sr. Presidente.

Amor às belas-lettras, à essencialidade da palavra, que mergulha conosco na emoção mais profunda e desperta no horizonte do tempo, que possui uma acentuada semelhança com os umbrais da eternidade.

A palavra, nas mãos do escritor ou do aprendiz, tem a inocência dos primeiros passos de uma criança, como pode ter a beleza e a malícia de uma dançarina cigana ou o impetuoso e terno amor pela mulher amada.

Mestre Aurélio perlustrou todos esses caminhos que, às vezes, se encurtam nas veredas e, outras tantas, se encontram perdidos nas encruzilhadas traiçoeiras, onde Deus e o diabo parecem digladiar-se na ambivalência do mundo.

Os duendes e os fantasmas; as verdades e as mentiras; as idéias e os ideais; as realidades e os sonhos se entrecruzam na vida de Mestre Aurélio, até que ele abraçasse a palavra que, por maior que seja a influência da semântica, ela possui uma estrutura, uma morfologia. Palavras aglutinadas, fraseológicas, enveredam pelo mundo da análise sintática, da análise estilística e da análise literária onde, então, elas assumem uma dimensão que desborda na indecifrável e inefável emoção poética.

A palavra, com todos os seus mistérios e os seus mistérios, ainda é, no dizer de alguém "a roupagem pobre de uma idéia rica".

A confusão da Torre de Babel foi exatamente por causa da palavra, da linguagem.

Na vida política se multiplicam as torres de Babel, porque bem poucos querem ter a seriedade e a humildade de falar uma linguagem única, sem arripes e sem arremedos, sem ódio e sem recelos; sem oportunismos e sem casuísmos; sem traições e subserviências, com o mínimo respeito à palavra empenhada.

Tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, vem à colocação da saudade de uma homenagem póstuma a um homem que mereceu a glória em vida.

Através de uma metonímia, Aurélio é um Dicionário.

Ninguém mais fala: "Consulte o dicionário". Todo mundo diz: "Veja o Aurélio", "Consulte o Aurélio".

Sem querer ser gênio, pois "eu não sou importante", como costumava dizer, transformou-se no próprio gênio e, enquanto língua viva for o Português, com todas as possíveis agressões ao vernáculo, Mestre Aurélio continua majestosamente vivo, para orgulho do Brasil e para o registro mais eloquente na História das Alagoas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Senador Divaldo Suruagy o Sr. Senador Pompeu de Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Senador Antônio Luiz Maya.

Durante o discurso do Sr. Senador Divaldo Suruagy o Sr. Senador Antônio Luiz Maya deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Senador Iram Saraiva.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

— Moisés Abrão — Mauro Benevides — Raimundo Lira — Divaldo Suruagy — Albano Franco — Meira Filho — Márcio Lacerda — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência recebeu, do Governador do Estado do Tocantins, o Ofício nº S/7, de 1989 (nº 69/89, na origem), solicitando, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição, autorização para que aquele Estado possa contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de dólares americanos), para os fins que especifica.

Nos termos da Resolução nº 18, de 1989, o expediente será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 201, DE 1989

Nos termos regimentais, requeiro que não seja realizada sessão do Senado no dia 21 do corrente, nem haja expediente em sua Secretaria; tendo em vista a comemoração, nessa data, do aniversário de inauguração da cidade.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1989. — Senador *Lourival Baptista*.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação o requerimento.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, para encaminhar a votação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Para encaminhar. — Sr. Presidente, hoje, o nobre Senador Itamar Franco encaminhou um projeto para que nós comemorássemos o dia 21 de abril na data própria — o "Dia de Tiradentes". Falo não em nome do Partido mas em meu nome. Se o Governo do Distrito Federal considerar feriado a data de 21 de abril, como parece que vai ocorrer, eu aprovaria essa idéia. Porém, se não for feriado, mas apenas ponto facultativo do Governo do Distrito Federal, não vejo razão para o Senado e qualquer repartição pública do Distrito Federal fechar suas portas por mais um dia de feriado, na mesma semana, por uma mesma data a ser comemorada: 21 de abril. Nesse sentido, eu pediria a V. Exª que, em nome da Mesa, primeiro se informasse se o Governo do Distrito Federal, vai ou não considerar feriado o dia 21 de abril. Se não for feriado o dia 21 de abril, promulgado pelo Governo do Distrito Federal em comemoração à data de aniversário do Distrito Federal, eu pessoalmente, votarei contra esta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece a V. Exª que inclusive a Câmara dos Deputados apreciou requerimento de idêntico teor. Segundo o entendimento da Mesa daquela Casa ficaríamos em dificuldades, pois a Câmara dos Deputados não vai funcionar e, assim sendo, se o Senado funcionar realmente criaria uma situação de dificuldade para o Congresso Nacional.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Mas é ou não feriado?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A informação que a Mesa tem é a de que será feriado. Informo, ainda, ao nobre Senador Jutahy Magalhães que a Mesa, em reunião às 11 horas da manhã, decidiu que o melhor procedimento seria o de não termos sessão no dia 21 nem atividades nas secretarias.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Vou curvar-me a uma decisão antecipada da Mesa e da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Estou apenas informando a V. Exª

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Vou aceitar esta proposta, em razão dessas afirmativas de V. Exª, em nome da Mesa. Agora considero, Sr. Presidente, um absurdo, um País como o nosso comemorar, na mesma semana, por duas vezes, uma mesma data. Permito-me manifestar contra esta idéia, embora votando a favor, em nome da Liderança, para evitar problemas.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário, não haverá sessão do Senado nem expediente em suas Secretarias.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal:

Comunico a V. Exª que a partir desta data estou me desligando da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, e passando a integrar a bancada do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB.

Brasília—DF, 19 de abril de 1989. — Senador *Dirceu Carneiro*.

Brasília (DF), 19 de abril de 1989

Exmº Sr.

Senador Nelson Carneiro

DD. Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais informo a V. Exª que designei os Senadores abaixo relacionados, integrantes da bancada do PMDB, para comporem a "Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional".

Titulares

PMDB

Albano Franco
Humberto Lucena
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Wedekin
Saldanha Derzi
Severo Gomes
Aluísio Bezerra

Suplentes

Almir Gabriel
Leopoldo Peres
Jutahy Magalhães
Nabor Júnior
Alfredo Campos

Na oportunidade, reitero a V. Exª minhas expressões de elevado apreço e distinta consideração. — *Ronan Tito*, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — As comunicações lidas vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF

Nº 5, DE 1988

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art.4º

A discussão da matéria foi encerrada em sessão ordinária anterior.

Passa-se à votação do veto.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, pela ordem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, levando em consideração a ausência clara no plenário de número para votação dessa matéria e, também levando em consideração o fato de termos adiado a votação deste veto por razões por demais conhecidas, em diversas sessões, pediria a V. Exª que, novamente, adiasse essa matéria para posterior deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — É visível falta de *quorum* para deliberação. A Presidência acolhe a solicitação de V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, pela ordem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, pediria à Mesa para providenciar o entendimento com as diversas lideranças da Casa para podermos estabelecer quais as matérias que deverão ser colocadas na Ordem do Dia. Estamos com alguma dificuldade, porque eu procurei saber da assistência da Mesa quais as matérias prontas para inclusão na Ordem do Dia e soube que todos os projetos que entraram nesta Casa antes de 5 de outubro retomaram para a Comissão de Constituição e Justiça, para verificar da sua constitucionalidade ou não, levando em consideração a nova Carta constitucional.

Fui informado ontem de que cerca de 1.500 projetos estariam nessas condições e que a assessoria da Casa teria de se debruçar por vários dias sobre eles para poder atender a essa demanda. Outros projetos, também, foram devolvidos às Comissões e alguns estão em situação de não poder haver deliberação, porque as Comissões ainda não foram instaladas. Então, pediria que tivéssemos um entendimento para estabelecermos as prioridades de matérias para serem incluídas na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Mesa acolhe a proposta de V. Exª Na próxima reunião da Mesa Diretora tomaremos providências nesse sentido.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, pela ordem.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pela ordem.) — Sr. Presidente,

Srs. Senadores, sobre esse mesmo assunto trazido à baila pelo Senador Jutahy Magalhães, devo informar que o Regimento da Casa há a competência definida para as Comissões arquivarem aquelas matérias que sejam consideradas prejudicadas, como é o caso da colidência constitucional.

Na Comissão de Constituição e Justiça estamos com centenas e centenas de projetos que para ali foram remetidos. Então, vamos adotar, primeiramente, a providência de dividir esses processos por assuntos, cada um projeto considerado como um processo à parte, vamos dividi-los por temas e, depois, vamos verificar com a Assessoria do Senado Federal as colidências com a Constituição. Nos casos de colidências, os projetos serão arquivados e comunicados aos seus autores, para que tomem as providências regimentais que, por acaso, venham a caber. E, nos demais, apressaremos o exame na Comissão de Constituição e Justiça, como, por exemplo, amanhã, já teremos uma reunião para análise de proje-

tos importantes. Pretende a Comissão na próxima semana já abordar o direito de greve, trabalhar sobre o direito de greve, em face dos projetos que ali existem. Queríamos, assim, diminuir ao máximo a carga de trabalho da Comissão de Constituição e Justiça, para tê-la inteiramente à disposição da Casa e do Congresso Nacional para a legislação complementar e as leis ordinárias relativas à nova Constituição.

Era a comunicação que eu deveria fazer, pela ordem, para que conste dos Anais, e prestando informações ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência agradece a colaboração de V. Exª porque nos ajuda a esclarecer a questão suscitada pelo nobre Senador Jutahy Magalhães.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADIELHA (PFL — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, cientistas da Universidade de São Paulo e do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares do Brasil conseguiram repetir experiência realizada na Universidade de Utah, nos Estados Unidos, obtendo o que parece ser, Sr. Presidente, a fusão nuclear a frio.

Ao congratular-me com esses abnegados estudiosos, quero chamar a atenção do Congresso Nacional para a significação e importância desse evento. A fusão nuclear a frio vem ocupando, com justa razão, há algumas semanas, páginas e páginas de jornais e magazines pelo mundo afora. É que a fusão nuclear a frio, Sr. Presidente, é uma espécie de pedra filosofal intentada pelos alquimistas na Idade Média e, agora, conseguida graças ao instrumental moderno da ciência e da técnica, a novas habilidades e a novas metodologias nos procedimentos científicos.

O alcance deste fato ninguém pode, neste exato momento, mensurar. A fusão nuclear a frio pode ter uma repercussão sobre a sociedade, sobre a vida do cidadão, pode ter uma repercussão maior do que muitas das revoluções políticas já havidas na História Universal. É a grande oportunidade que se tem para proporcionar ao mundo energia barata, abundante e não poluente, em condição de operar uma revolução econômica e social em condição de resolver os graves problemas de desníveis de renda social no mundo inteiro. Sabemos, hoje, que 3/4 da humanidade vivem em estado de penúria ou abaixo da linha de pobreza. E, dentro das circunstâncias atuais, por processos físicos ou por mágicas econômicas, não há meio de se resolver esse problema, simplesmente porque o balanço energético do mundo não tem condições para propiciar solução eficiente e duradoura para esse problema.

Fusão energética a frio, Sr. Presidente, seria a condição necessária e suficiente para aumentarmos o rendimento dos processos, para termos incrementos impensáveis de produ-
ti-

vidade. E, afinal de contas, propiciar a este *habitat* do ser humano o equilíbrio que sempre foi perseguido e desejado desde os albores da civilização.

No momento em que o Brasil, Sr. Presidente, menos de um mês depois de realizada a experiência nos Estados Unidos, no momento em que o Brasil consegue repetir essa experiência em primeiro lugar no Hemisfério Sul, nós temos que trazer uma palavra de regozijo, uma palavra de congratulação àqueles que, no silêncio dos laboratórios, mostram que as forças do espírito ainda não morreram neste País.

Dir-se-ia, Sr. Presidente, que a experiência é simples; dir-se-ia que a experiência é singela, pois toda a grande idéia, quando concebida e colocada em prática, assume as características do óbvio, assume as características do "ovo de Colombo". Uma experiência aparentemente singela, Sr. Presidente, mas pela qual a Física do mundo inteiro aguardou séculos e até hoje não tem uma apreensão conceitual exata do fenômeno. Experiência elementar. Uma bateria ligada a dois eletrodos, um de platina outro de paládio, imersos em água pesada, uma corrente elétrica passando forçaria átomos de deutério a atravessar as malhas intersticiais do cristal de paládio, desta forma forçando a fusão nuclear com a formação de gás hélio e a liberação abundante e copiosa de energia barata a preço irrisório, insisto, e sobretudo não poluente.

No entanto, para se conseguir esse evento sobre cuja natureza, insisto, ainda pairam dúvidas, cientistas do mundo inteiro, utilizando recursos extraordinários para pesquisas, consumiram noites e dias até que, por uma espécie desses milagres que acontecem, um desses estalos que ocorrem aos gênios, um americano e um inglês conseguiram executar essa experiência.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil mostra que, pelo menos, apesar de todo esse tempo de estagnação econômica, apesar de todo esse tempo em que não tivemos o crescimento do Produto Interno Bruto, apesar desse tempo em que não houve recursos para investimentos, sequer no setor produtivo, quanto mais na pesquisa, nós não nos deixamos atrasar o passo e acompanhamos com uma defasagem pequena o que vem acontecendo no mundo afora. Tem sido assim no campo da Informática, onde já conseguimos fincar pé e estabelecer não apenas um conhecimento conceitual, mas um negócio efetivamente funcionante. Tem sido assim no campo da biotecnologia, onde experiências vêm-se processando com resultados extraordinários. Tem sido assim no campo da tecnologia de novos materiais, onde já conseguimos produzir fibrocarbono, fibras óticas, material supercondutor. Tem sido assim na genética aplicada, que aumentou extraordinariamente a produção nos campos; tem sido assim na tecnologia aeroespacial.

Este evento nos dá sobrada razão para, sem ufanismo, sem patriotada vazia, sem entusiasmo balofo, mostrar que há razões sérias para se acreditar no futuro deste País; há razões sérias para acreditar que podemos entrar num

processo de modernização, de todo o nosso aparelho produtivo e encontrar, afinal de contas, o destino que vem sendo prometido pela natureza exuberante deste País, desde a sua descoberta.

Este País, Sr. Presidente, está em falta com a sua população, porque a densidade de tecnologia colocada nos processos ainda é elementar e rudimentar. Mas sempre tivemos uma confiança, sempre tivemos uma esperança em tudo isso, de que a acumulação de conhecimentos científico e tecnológico se opera de maneira descontínua. Isso quer dizer que não temos que atravessar, etapa por etapa, tudo aquilo que os outros países já fizeram, para, de repente, nos situarmos ao pé e ao passo das melhores conquistas da civilização. Neste momento, situamos-nos no campo das energias alternativas no melhor patamar, sem termos necessidade de passar por outras experiências anteriores no domínio da Física atômica. Esta consciência é que nos dá a obrigação de mantermos o esforço no campo da ciência e da tecnologia, de selecionarmos alguns pontos específicos. Não temos que dominar toda a área científica que já é de domínio e apropriação dos países mais ricos. Mais existem uns 5 ou 6 campos específicos do conhecimento científico-tecnológico onde é possível competir, onde é possível estar no nível dos melhores, onde é possível encontrar um grau de excelência onde é possível apresentar a inovação e onde é possível apresentar um aproveitamento comercial imediato. Neste campo específico da fusão nuclear a frio, não se vislumbra, a curto prazo, uma aplicação comercial do processo, não se vislumbra sequer uma utilização imediata do procedimento. Mas, num horizonte não muito distante, de 10 ou 20 anos, a utilização desse método de produção de energia se tomará corrente e tornará obsoletos todos os outros processos dos quais somos penosamente dependentes neste momento, dependemos do petróleo, dependemos da produção de álcool, dependemos da produção de carvão, dependemos da utilização de energia solar, em todos esses campos nós não conseguimos auto-suficiência. Mas, de repente, esse instrumental, ainda rudimentar, utilizado na Universidade de São Paulo e no INPE, poderá ser a salvação da lavoura e a garantia de estabilidade no futuro deste País.

Por isso, Sr. Presidente, toda a palavra será vã, todo o elogio será pouco para ressaltar o extraordinário evento realizado na Universidade de São Paulo.

Daqui do Congresso Nacional, desejo que aqueles homens que se debruçam sobre um balcão de laboratório, aqueles homens que manipulam uma proveta, um bico de Bunsen, aqueles homens que utilizam tubos de ensaio, aqueles que estão calculando num quadro negro ou debruçados numa prancheta, saibam que daqui, deste Congresso, temos o mais profundo respeito pelos seus trabalhos, pelos seus empenhos, pelas suas dedicações, pelas horas que se estão consumindo para garantir, para assegurar o futuro deste País.

Durante o discurso do Sr. Senador Marcondes Gadelha, o Sr. Senador Iram Saraiva deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Olavo Pires.

O SR. OLAVO PIRES (PTB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desta vez, ao ocupar a tribuna desta Casa, não vou comentar o desastre moral que se abateu sobre Rondônia com a ascensão do atual Governo do nosso Estado. Não vou comentar a crise moral, o mar de corrupções, o mar de lama que hoje corre em todo o Estado que aqui represento.

Hoje, estou aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para fazer um comentário sobre a nossa Casa, sobre o Senado — a que com muita honra e orgulho passei a pertencer, a partir das eleições passadas, na condição de representante do povo do Estado de Rondônia — que me causou e tem-me causado, para ser bem claro e objetivo, profundas decepções.

Primeiramente o descontentamento que existe em meio aos senadores é quase geral, não podemos continuar aceitando esta situação de "avilte", de desrespeito, de agressão a todos nós. Somos representantes do povo brasileiro e na condição de representantes desse povo temos que falar alto em seu nome.

A primeira experiência negativa que tive no Senado foi quanto submeti à Mesa Diretora anterior uma sugestão para que melhorasse, a custos econômicos, módicos, as nossas tão aconchadas acomodações dos gabinetes parlamentares.

Fui até à engenharia do Senado e apresentei-lhe a minha sugestão. Esta, foi transportada para um anteprojeto, submetido à Mesa Diretora anterior, que pura e simplesmente não o aprovou sob várias alegações, inclusive a de que esta Casa é um projeto de Oscar Niemeyer e é, por conseguinte, intocável.

Disse, na época, e repito: gostaria de conhecer o escritório ou o gabinete de despacho do arquiteto Oscar Niemeyer para estabelecer um paralelo comparativo entre o seu local de trabalho e as acomodações absurdas que se destinam aos senadores. Isto é um "avilte", um desrespeito à nossa condição de senadores da República.

Depois, veio uma série de providências, que visavam pura e simplesmente, no meu modo de entender, aviltar a imagem e a pessoa do Senador. Com um destaque: só senadores integrantes da Mesa Diretora da Casa sempre gozaram dos melhores gabinetes, de quotas expressivas junto à Gráfica e daí por diante.

A nossa condição de senadores é igualitária. O Senador do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Paraíba, de Rondônia, do Acre, de Pernambuco é o mesmo Senador. E o Senador que ocupa eventualmente um cargo na Mesa Diretora do Senado, ocupa, também, por uma questão eventual, um mandato de dois anos.

Nós não podemos aceitar que o simples fato de um Senador pertencer à Mesa Diretora — e se pertence à Mesa Diretora foi, inclusive, com o nosso voto — passe a se considerar um semideus aqui na Casa.

Quero adiantar a V. Ex.^a, sem nenhum intuito de tumultuar esta Casa a que pertencemos, que eu, como Senador, não aceito, em hipótese alguma, e usarei a tribuna, quantas vezes for necessário, para combater e repudiar esse tratamento desprezível que existe por tradição aqui no Senado.

Não concordo, também, com o posicionamento de determinados senadores, principalmente os componentes da Mesa, que distribuem notas, informações, colocações e posicionamentos à imprensa, o que representa nada mais nada menos que um "avilte" à instituição a que pertencemos. Não vou dizer que seja com o objetivo de se autopromoverem, mas o resultado acaba sendo este.

Esta Casa precisa, sim, se moralizada, precisa ser endireitada, mas não às custas do sacrifício e da moral dos senadores. Temos que começar pelos funcionários da Casa: os bons precisam e devem ser premiados e valorizados; quanto aos "fantasmas", é preciso que a Mesa Diretora tenha coragem — seja ele afilhado de A, B, C ou D — para afastar esse elemento da Casa, seja jornalista deste ou daquele jornal, deste ou daquele órgão de imprensa, afilhado deste ou daquele figurão; a Mesa Diretora precisa ter a iniciativa e a coragem de tomar essa decisão. Ficam, por exemplo, fazendo colocações, com relação aos senadores, como se nós fôssemos assalariados; como se tivéssemos obrigação de cumprir horário na Casa. O trabalho do Senador — como todos nós sabemos — não se resume, única e exclusivamente, ao plenário; o horizonte, a sua abrangência é muito maior; temos atividades nas nossas bases políticas, nos nossos estados, que, muitas vezes, nos prendem às nossas bases de origem; nós temos as nossas atividades aqui, em Brasília, nessa peregrinação humilhante que fazemos junto aos Ministérios, junto às empresas do Governo, solicitando sejam atendidos, no tocante às medidas e aos interesses do Estado que representamos e, muitas vezes, somos até subestimados por esse ou aquele funcionário desse ou daquele Ministério.

Agora, o Senador é lembrado na hora em que o Governo precisa do voto dele; aí, sim, o Senador é lembrado, é solicitado e é valorizado.

Há dias, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tivemos, aqui, o episódio da votação da Presidência e da Vice-Presidência da Comissão Permanente do Distrito Federal. Ora, uma votação é um ato democrático que o povo brasileiro tanto reclamou e tanto teve ansiedade para que viesse a acontecer neste País. E se é um ato democrático, se é uma prática democrática, deve ser exercida na plenitude da democracia e não sob coação.

Se vamos para uma Comissão eleger a Presidência e a Vice-Presidência desta, estamos ali para escolher, de acordo com o nosso livre arbítrio, este ou aquele nome, independente

de qualquer pressão. A eleição de Presidente e de Vice-Presidente da Comissão do Distrito Federal foi revestida de ataques, de agressões, de insubordinações, de molecagens. E nós, Senadores, ficamos a mercê de uma centena de vândalos, de anarquistas, de baderneiros, sem termos condição alguma de nos defender. Eu, por exemplo, recebi uma das grandes agressões do dia, destrutaram-me, xingaram-me. Quando passei por um "corredor polonês", vi aquele espetáculo deprimente de Senadores da República, homens honestos, probos, sérios, que aqui estão, muitas vezes, em detrimento dos seus interesses particulares, porque passaram a pertencer à vida pública brasileira, serem tachados de ladrões, corruptos, safados — isto não é maneira de se receber e tratar um Senador.

Aqui é a Casa do povo ordeiro, não é Casa do povo baderneiro; aqui não é Casa de anarquistas. E não estamos aqui, Sr. Presidente, para sofrer agressões como aquelas.

A Segurança do Senado mostrou-se impotente — não que eu queira, com isto, jogar pedra na Segurança do Senado. Havia apenas três ou quatro pessoas, de constituição física inclusive frágil para enfrentar cinquenta, sessenta, oitenta, cem anarquistas predispostos a promover espetáculo dantesco de agressão a nós, Senadores. Vieram sugerir-nos que saíssemos pelo fundo. Tem cabimento uma situação dessa?

Em Rondônia, no meu Estado, viro o Estado de ponta a ponta, dada a minha posição de conhecimento, de liderança e pelo trabalho político que lá exerço, e digo com toda a sinceridade: faço todo esse trabalho sem nenhuma segurança pessoal e sem portar um canivete sequer! Porém, aqui dentro do Congresso Nacional, do Senado, estamos sendo obrigados a contratar seguranças particulares ou, talvez, a reviver o velho oeste americano — andar aqui portando revólveres na cinta para evitar que sejamos esbofeteados, esmurrados, espancados por anarquistas, por moleques, por baderneiros que têm acesso a esta Casa com a facilidade que desentendo!

O Senador Maurício Correa, meu amigo pessoal, é um dos Senadores que com muita dignidade representa o seu povo. Acredito piamente que não teve nenhuma participação no episódio. Mas, não me conformo com a sua postura — e gostaria que S. Ex.^a aqui estivesse — depois de ter, com a sua interferência, permitido a participação daqueles baderneiros, daqueles anarquistas, no recinto da Comissão do Distrito Federal, e S. Ex.^a saiu, depois, tranquilamente, sendo aplaudido, a nos deixar entregues à sanha daqueles irresponsáveis.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. OLAVO PIRES — Ouço, com prazer, o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador Olavo Pires, essa questão de assistência dos nossos trabalhos, por parte da população, é um fato que vem se repetindo há muitos

e muitos anos. Quando fui eleito deputado federal em 1974, uma das minhas primeiras preocupações foi exatamente esta. E, por várias vezes, apresentei opiniões e propostas impopulares, porque considero que a presença do público pode trazer problemas, como aconteceu naquele dia. É permitida a entrada de pessoas no recinto do prédio do Congresso Nacional, para assistirem às sessões normalmente, em qualquer país, por mais democrático que seja — e eu citaria aqui a Inglaterra e os Estados Unidos, que são exemplos de democracia. Tive a oportunidade, antes de ser parlamentar, ainda jovem, quando morei nos Estados Unidos por algum tempo, de assistir a algumas sessões no Congresso americano. Eu ficava sentado, era proibido fumar ou dar qualquer opinião para o vizinho, não se podia nem cochichar com o vizinho, porque logo vinha o segurança para pedir a retirada da pessoa. Isto no Congresso americano, que é o exemplo de democracia em qualquer canto do mundo! Aqui, temos essas preocupações. Em cada votação polêmica temos sempre problemas com atitudes, às vezes, desagradáveis. Esse episódio de que V. Ex.^a fala, ocorrido na Comissão do Distrito Federal, a Mesa já está tomando as devidas providências para punir os responsáveis. Tive a oportunidade de, no exercício da Liderança do PMDB, pedir também essas providências, porque acho que é inconcebível, inadmissível. Mas pedi o aparte para dizer que a minha grande preocupação, Sr. Senador, é a de que eu tenho visto, tenho lido manifestações em meios de comunicações, até certo ponto, incentivando atitudes como esta de pressão sobre parlamentares. É bem verdade que, na maioria das vezes, de Câmaras de Vereadores do interior, mas incentivando essa atitude de pressão e até de ameaças físicas aos parlamentares. A participação popular é necessária e desejável...

O SR. OLAVO PIRES — Ordeira, não é Senador?

O Sr. Jutahy Magalhães ...ordeiramente com respeito àqueles que tiveram pensamentos diferentes. Por isso é que quando leio essas notícias, fico preocupado, porque vejo que esses mesmos órgãos, quando há pressão não contra o parlamentar, mas em favor de determinado tipo de votação, esses mesmos órgãos fazem editoriais para condenar a participação popular. São dois pesos e duas medidas. Então Sr. Senador, acho que não podemos, realmente, permitir esse tipo de interferência nos trabalhos legislativos. Nosso Regimento tem medidas, mas, infelizmente, não são tomadas e, muitas vezes, por culpa nossa. Recordo-me que quando participei de uma das Mesas, no Senado, tive uma preocupação a respeito da segurança lá no Congresso Nacional, em tomar medidas para evitar determinados abusos que estavam sendo cometidos, quando um deputado chegava a dizer que estavam jogando até canivete, lá de cima das galerias.

O SR. OLAVO PIRES — Canivete, moedas, fichas de telefone.

O Sr. Jutahy Magalhães — Lembro-me de que, nessa época, procurei tomar algumas providências e eram os próprios deputados que iam evitar que as providências fossem tomadas, e às vezes senadores também. Então, não podemos fazer com que a Mesa fique impotente, porquanto companheiros nossos são responsáveis por essas atitudes. Agora, que nós temos de tomar algum tipo de providência isso é inevitável. Temos que tomar providências para evitarmos que no futuro cheguemos a dizer: bom, os fatos estão piorando, as pressões estão aumentando, esse tipo de participação indesejável e antidemocrática está ocorrendo a cada instante; os incentivos a isso também estão se repetindo. Então, para não chegarmos ao futuro dizendo que poderíamos ter evitado e não o fizemos, acho que é o momento de se pensar numa solução para que fatos como esses não se repitam aqui no Senado e, principalmente, no Congresso Nacional.

O SR. OLAVO PIRES — Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães. Conforme V. Ex^a frisou há pouco, realmente temos sido alvos de agressões físicas, inclusive, na Assembleia Nacional Constituinte, por exemplo: quando se votaram determinadas matérias, choviam das galerias moedas, fichas de telefone e saquinhos de plásticos com alguma coisa dentro.

Quero adiantar aos Srs. Senadores que estou na política por uma questão de idealismo. Não preciso ser senador, não preciso ser deputado federal, não vivo deste salário que ganhamos aqui, sobre o qual vivem fazendo jogo para a plateia. Sou um político que gasta, pago para ser político.

Mantenho, no meu estado, uma obra beneficente, a chamada Fundação "Olavo Pires". Em cada cidade de Rondônia há uma unidade da fundação, com médicos, dentistas e medicamentos, que são dados de graça ao povo carente. Além disso, estamos instalando, em Rondônia, dez "vacas" mecânicas e dez padarias para dar pão e leite ao povo carente, porque aquele governo, lá, está matando o povo à míngua.

Então, o trabalho que faço é este. E o homem que trabalha dessa maneira não está aqui para ser chamado de ladrão, de corrupto, disso ou daquilo.

Quero sugerir à Mesa Diretora e solicitar que não só tome as medidas cabíveis, com todo o rigor possível, doa a quem doer, mas também reforce a segurança do Senado, adapte essa segurança com homens fortes, com pessoas de físico avantajado que possam realmente vir a nos dar segurança. Quero adiantar que não sou nenhum covarde e nem estou com medo não.

A imprensa divulgou, proposital e descabidamente: "Senador leva tapas e é chamado de ladrão". Chamado de ladrão fui mesmo. Quanto a tapas, graças a Deus não foi dessa vez ainda que os levei. E já passou da hora, porque não estou aqui para apanhar de ninguém.

Fui eleito, como disse no início, para trabalhar pelo povo. E esse trabalho, tenho consciência de fazê-lo com muita dedicação, com muito carinho, com muito apego. Não fui eleito para ser agredido pelo povo, principalmente pelo povo desordeiro, pelo povo bademeiro, pelo povo anarquista.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OLAVO PIRES — Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Olavo Pires, quero solidarizar-me com V. Ex^a nesse lamentável episódio da eleição da Comissão do Distrito Federal, episódio esse que — acredito — não vá mais se repetir, porque quem faz um cesto faz um cento. Sei o que V. Ex^a passou.

O SR. OLAVO PIRES — O que nós passamos, não é Senador?

O Sr. Ney Maranhão — Eu ia completar. O que V. Ex^a passou, todos nós Senadores passamos. Estou solidário com V. Ex^a, mas muito bem disse o Senador Jutahy Magalhães. A nossa Casa, o Senado Federal, é um Poder moderador; o Congresso é o pulmão do povo, da democracia. Eu, como Deputado que fui por 16 anos, acompanhei vários episódios, desde 1954 até 1969, quando os militares casaram o meu mandato. Vi muitos episódios. A imprensa falada, escrita, televisada — é verdade — tem que olhar, dizer, divulgar as coisas que se passam dentro do Poder Legislativo, mas — repito — o que o Senador Jutahy Magalhães disse é uma verdade. Problemas de importância, debates importantes e fundamentais para a vida do país, muitas vezes merecem apenas duas linhas. Entretanto, quando se trata de escândalos, eles fazem uma tempestade em um copo d'água, e aquilo vem em manchetes, o que vai contra eles próprios, porque na hora em que esta Casa não tiver condições de falar e de dizer aquilo que realmente está se passando junto ao povo brasileiro, os principais prejudicados serão eles — a Imprensa. V. Ex^a vê a manchete que deram referente a V. Ex^a. Todos os jornais do Brasil publicaram. Mas não disseram do trabalho que V. Ex^a faz em sua Fundação, em seu Estado. Eles não disseram isso. Então, Senador Olavo Pires, é um problema que temos que ver com muito carinho. E digo mais uma coisa, como nordestino: nordestino tem um adágio popular que diz que quem muito se baixa o fundo aparece. Acho que o Senador Nelson Carneiro, conhecedor profundo do Poder Legislativo, também não tem medo de cara feia. Conheço o Senador desde a época em que comecei como Deputado Federal, no Rio de Janeiro. Ele já era Deputado. Eram famosos os debates sobre divórcio do Senador Nelson Carneiro com um dos Deputados Federais de maior conhecimento e famoso em Pernambuco, o Deputado Monsenhor Arruda Câmara. Tenho a certeza de que, com esse episódio da Comissão do Distrito Federal em que V.

Ex^a foi agredido, agressão essa que redundou em uma ofensa ao Senado da República, o Senador Nelson Carneiro irá tomar providências energéticas para que isso não se repita. Solidarizo-me com V. Ex^a e tenho a certeza de que toda a Casa está solidária com V. Ex^a.

O SR. OLAVO PIRES — Obrigado, Senador Ney Maranhão.

Quero fazer alguns reparos. A agressão havia nesse dia não foi dirigida ao Senador Olavo Pires; foi dirigida a todos os Senadores indistintamente, aleatoriamente, abusivamente, independente de em quem o Senador votou. Agrediram inclusive Senadores que votarem em Maurício Corrêa.

Como eu disse anteriormente, sugeriram, inclusive, a alguns senadores que saíssem pela porta dos fundos.

São colocações, são posições deprimentes e que minimizam, que aviltam não só a figura daqueles senadores que estavam na comissão, mas que aviltam a figura inclusive de S. Ex^a o Sr. Presidente do Senado; aviltam a figura de todos nós, senadores, e aviltam a figura da instituição que representamos.

Temos realmente que nos posicionar contrários a isso, para evitar que daqui a alguns dias se repitam outros fatos parecidos e, talvez, com consequências mais graves.

Colocado foi, pelo Senador Ney Maranhão, a problemática da imprensa. A imprensa, de que tanto precisamos, que é tão importante na divulgação dos absurdos que acontecem nesta Nação, tinha que ter o cuidado de divulgar as coisas com precisão, se não ela, por si mesma, vai-se desmoralizando ao publicar matérias que não representam a realidade. Depois, ao lermos uma outra matéria, admitimos que ela também pode não ter a credibilidade da anterior.

Concluindo, Sr. Presidente, quero solicitar de V. Ex^a e da Mesa Diretora, as providências aqui já pedidas: que apurem as responsabilidades, que sejam punidos os responsáveis. Já foram bater no meu gabinete, pedindo por favor para que eu viesse a interceder por esse ou aquele, que nem conheço, alegando que não estava presente. Não sei quem estava presente. O espetáculo foi tão chocante, tão agressivo, que não deu para gravar a fisionomia de ninguém. Agora, solicito as providências e, também, que seja remodelado, reforçado, ampliado o nosso quadro de segurança, por que seria deprimente nós termos que passar a transitar aqui pelos corredores, e vir para este plenário com revólver na cinta, para nos autodefendemos das agressões dos vândalos, dos anarquistas e dos banderneiros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— A Mesa sente-se no dever de dar algumas explicações para que constem dos Anais, diante das considerações que acabam de ser formuladas pelo nobre Senador Olavo Pires.

Inicialmente, a intervenção de S. Ex^a fortalece um pensamento da Mesa, o de convocar uma sessão secreta do Senado Federal, para que possamos discutir os nossos problemas

e encontrar as soluções. A Mesa sugerirá algumas medidas e os Srs. senadores outras. De qualquer forma, o objetivo será sempre o mesmo, o de resguardar o funcionamento e a dignidade desta Casa.

Cumpre-me, porém, resumir algumas notas e prestar informações ao nobre Senador Olavo Pires.

Quanto ao problema das acomodações nos gabinetes, como S. Ex.^a afirmou, é um problema que vem da Mesa anterior e, certamente, não foi resolvido por falta de recursos. A Mesa tinha um projeto até de criar um outro edifício, um anexo, e por falta de oportunidade não se realizou. Se tivesse sido possível construí-lo naquela ocasião, com certeza, os Srs. senadores estariam melhor acomodados.

Quero dizer que a Mesa atual luta, ao contrário do que pensa o nobre Senador, com dificuldades. Os 2.^o, 3.^o e 4.^o Secretários não têm gabinetes, eles despacham em seus gabinetes de apoio, porque o Senado não os tem em número suficiente para lhes dar essas acomodações que, regimentalmente, lhes são devidas.

Quanto às cotas e outras vantagens que possuem os membros da Mesa, quero esclarecer ao nobre Senador que elas são tradicionais, tanto na Câmara como no Senado, mas a Mesa estuda e vai submeter a exame dos seus pares novas restrições, como algumas que já foram aceitas e já estão em vigor. Cada Senador que ocupa lugar na Mesa tinha direito, além de um carro para o seu transporte, a um outro para seu gabinete, o mesmo acontecendo com as vice-presidências. Os atuais titulares da Mesa abriram mão dessa segunda viatura e fizeram apelo aos Srs. Líderes para que também agissem assim.

Infelizmente, nem todos o puderam atender, mas os membros da atual Mesa, já se despojaram desse segundo veículo, o que mostra que essa decisão vem em apoio ao que acaba de sugerir o nobre Senador Olavo Pires.

A Mesa não tem divulgado notas que prejudiquem os Srs. Senadores. A única nota oficial que a Mesa divulgou foi exatamente em respeito aos representantes do Poder Legislativo federal.

Quando, pelo país inteiro, foram divulgadas notícias de subsídios maiores de vereadores e deputados, atribuindo isso a uma possível correlação com o que ganham os deputados e senadores, a Mesa sentiu-se no dever de esclarecer que, desde a vigência da atual Constituição, não há qualquer vinculação entre os subsídios dos parlamentares federais, os estaduais e os municipais, como existia na Carta constitucional anterior.

Quanto aos bons funcionários, que precisam ser prestigiados, é o que visa a atual Mesa, como certamente as anteriores visavam. Mas o difícil é, numa Casa de tantos e vários milhares de funcionários, descobrir-se aqueles que são os melhores e os que são apenas bons, para que sejam premiados os primeiros. Mas, de qualquer forma, isso só poderá ser concluído após o término do levantamento que está sendo elaborado pela 1.^a Secretaria, cujos resultados estão sendo apurados. Só depois

de se fazer o levantamento total do funcionalismo da Casa poder-se-á localizar os funcionários "fantasmas", aqueles que recebem sem participar dos trabalhos legislativos.

Quero dizer aqui, mais para esclarecimento do público do que para nós, senadores, que há duas classes de funcionários: há os que são do Senado Federal — e esses, na forma da Constituição, devem morar em Brasília, ou no Rio, quando destinados para a representação ali sediada, e são poucos relativamente — e aqueles que são assessores técnicos e secretários parlamentares. Estes não têm vínculo com o Senado e podem estar onde os Senadores mandarem que estejam. Isso cria uma grande confusão, porque esses secretários ou assessores técnicos, porque estão em seus Estados ou fora de Brasília, levam à fácil conclusão de que também esses devem ficar em Brasília.

A Mesa não tem nenhuma reserva em acentuar que está, nesse momento, estudando uma circular para enviar a todos os Srs. Senadores, para que denunciem esses funcionários "fantasmas", funcionários estatutários, funcionários celetistas, funcionários de obra, que acaso figurem em seus gabinetes e a eles não comparecem, embora tenham que residir em Brasília. A Mesa tem notícias, e já está examinando a situação de funcionários que não residem, sequer, em Brasília.

De modo que a Mesa não pode agir sozinha; tem de contar e esperar contar com a colaboração dos Srs. Senadores.

O Sr. Olavo Pires — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço licença a V. Ex.^a para concluir e depois darei a palavra para que V. Ex.^a faça suas considerações. A Mesa não pode aceitar o diálogo, por força regimental. Mas concederei, depois, a palavra a V. Ex.^a

O plenário determinou que o ponto fosse assinado no próprio gabinete dos Srs. Senadores, ao contrário do que acontece na Câmara dos Deputados.

Quanto à Comissão do Distrito Federal, estava eu na presidência, quando me chegaram as primeiras notícias de que havia possibilidade de tumulto e determinei que fosse maior o número de seguranças para reforçar o serviço dos que ali se encontravam. E foi com base no relatório dos seguranças que a Mesa tomou as seguintes providências: primeiramente proibiu a entrada, no recinto do Senado Federal, de cidadãos estranhos à Casa e que teriam participado desses acontecimentos; e se entende com a Mesa da Câmara para que, oportunamente, tome igual providência. E também determinou, de logo, a instauração de inquérito e não de simples sindicância, como a princípio foi sugerido pela Diretoria-Geral, para apurar as responsabilidades dos funcionários apontados como participantes daqueles lamentáveis acontecimentos.

E esta presidência, desta tribuna, desta Mesa, fez um apelo aos Srs. Senadores que não condescendessem e colaborassem, identificando os funcionários apontados como res-

ponsáveis. Esses servidores estão suspensos, está nomeada uma comissão de 3 membros, presidida pelo nobre Senador Divaldo Suruagy, para que conclua com as sanções que julgar necessárias e oportunas.

Quanto aos seguranças do Senado, se são frágeis ou não, a Mesa não pôde modificar-lhe o físico porque não foram selecionados pela sua compleição atlética, mas pela indicação dos antigos senadores; dos que aqui estavam antes dessa legislação, já que na anterior e nesta, nenhum funcionário foi admitido, e já eram antigos funcionários da Casa. O grande defeito é que muitos desses seguranças, e são numerosos, estão desviados de função e a Mesa está fazendo um apelo a todos os Srs. Senadores para que devolvam à Segurança aqueles elementos que porventura se encontram em seus gabinetes.

Quanto ao que tem ocorrido no plenário do Congresso Nacional, devo dizer que, sob a nossa presidência, ainda não aconteceu nenhum fato lamentável. Houve dias em que a Mesa do Congresso admitiu a presença de 800 pessoas. Mas não permitiu a qualquer delas manifestação a favor ou contrária. Quando, num dos últimos dias, 200 presentes viaíram, na saída, ao despedir-se o plenário, porque se recusou a continuar a votação, no dia seguinte a Mesa não permitiu se aumentasse mesmo de um só os 200 presentes, apesar dos numerosos apelos dos parlamentares para que se ampliasse a presença do público nas galerias.

Finalmente, assim, durante a vigência da atual presidência, não houve nem canivetes, nem moedas, nem fichas de telefones jogadas da galeria sobre os Srs. Parlamentares.

Realmente, é preciso reforçar a segurança, mas não é necessário nomear mais seguranças; é mister que os Srs. Senadores abram mão dos seguranças que por acaso estejam nos seus gabinetes, de acordo com orientação anterior, e possam fazer a segurança, não de cada um de nós, mas de todos nós. Isto é indispensável.

Quanto à colaboração dos Srs. Senadores, essa é imprescindível, tomando realidade o ponto em seus gabinetes, para que os funcionários que devem residir em Brasília, residam aqui e compareçam ao serviço durante as horas que estão fixadas pela decisão do próprio Senado Federal. E que não concordem com o desvio de funções. A Mesa está lutando para acabar com o desvio de funções. Quem entrou no Senado pela porta das obras, para ser vigia, vai ser vigia; quem entrou para ser pedreiro, vai ser pedreiro. O que não pode, por exemplo, é vigias se transformarem em agentes administrativos, ou funcionários de gabinete. Continuarão sendo o que sempre foram, a menos que passem pelo serviço do Cedese, que é o aprimoramento do funcionário, para que seja melhor aproveitado no serviço público.

Finalmente, quanto aos debates da imprensa, quanto ao que diz a imprensa, nada a Mesa pode fazer. A Mesa e todos os Srs. Senadores são partidários da liberdade de imprensa, e ela, justa ou injustamente, julga os senadores, os deputados, os homens públicos. Estamos

exatamente "na chuva para nos molhar" e, geralmente, somos "molhados" injustamente. Mas não há como impedir que a imprensa faça isso.

Quero dizer que também o Serviço de Divulgação do Senado Federal está fazendo uma convocação a todos os funcionários subordinados àquela Secretaria para que deixem de integrar os gabinetes dos Srs. Senadores. Os jornalistas devem funcionar para o todo, para a comunhão, que é o Senado Federal. A Mesa vai determinar que todos voltem aos seus afazeres, que haja nas Comissões Técnicas jornalistas, funcionários da Comunicação Social, que acompanhem e divulguem os trabalhos das Comissões Técnicas e, obrigatoriamente, distribuam pelos jornais os resultados dos referidos trabalhos, para que sejam ou não publicados, dependendo da orientação de cada jornal. Neste particular, a Mesa está certa de contar com a colaboração de todos os Srs. Senadores. Todos são responsáveis pelo bom nome da Casa, pelo êxito dos nossos trabalhos, e confia a Mesa que todos darão sua contribuição para que sejam mais fáceis nossas atividades e mais fácil o trânsito nesta Casa.

Posso, ainda, concluir, lembrando que, neste momento, a Mesa estuda, através da 1ª Secretaria, um meio de só admitir a entrada no Senado Federal de quem se identifique. E posso, aqui, dar um depoimento pessoal: Senador da República, fui ao Senado italiano, onde tinha um grande e saudoso amigo, o Senador Luigi Fortuna, que lutou pelo divórcio, afinal, vitorioso naquele País, e com quem mantive sempre as melhores relações, inclusive, ele veio ao Brasil e eu fui à Itália, quando ambos lutávamos pela mesma tese.

Cheguei ao Palácio, onde se reúne o Senado italiano, e um porteiro muito amável, de casa-ca, fez-me sentar numa daquelas poltronas do salão de espera e perguntou-me quem eu era. Identifiquei-me. Dei-lhe todos os documentos que comprovavam que eu era um senador do Brasil. Ele me pediu licença e mandou um oficial seu ao Gabinete do Senador Luigi Fortuna, e somente quando S. Ex^a soube quem eu era autorizou um seu auxiliar de gabinete apanhar-me na portaria. E só então entrei no edifício do Senado Federal.

Aqui, não! Aqui, todas as portas estão abertas e chama-se a isto democracia. É preciso, portanto, que pensemos que democracia não é somente isto; democracia é a presença do povo nas galerias, é a presença do povo, quando convocado, nas comissões, é a presença do povo julgando senadores e deputados.

Mas não pode ser esse "mercado persa" que caracteriza os nossos corredores, quando podemos ser assaltados a qualquer momento, pelos que pedem dinheiro para viajar e até para jogar na Loteria Esportiva.

De modo que, sem a colaboração dos Srs. Senadores, a Mesa não poderá fazer coisa alguma. E este ensejo que V. Ex^a me abre me é muito grato, porque dele me valho para solicitar que todos os Srs. Senadores, e cada um, colaborem, como espero, com a Mesa, nesta tarefa que é ingrata e que não traz alegria

à Mesa, desejosa de cumpri-la religiosamente até o fim.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Olavo Pires.

O SR. OLAVO PIRES (PTB — RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, após ouvir as suas experiências e sábias colocações, sinto-me sobremaneira tranqüilo ao ficar constatado que V. Ex^a realmente conhece as minúcias, as peculiaridades, as inconveniências que estão residindo nesta Casa.

Mas quero dizer mais a V. Ex^a: esta Mesa Diretora divulgou há pouco tempo, através da Imprensa, inclusive, que iria controlar a presença e a frequência dos Senadores no Senado Federal. Tive oportunidade, por várias vezes, de entrar e sair do Senado e não encontrar no seu posto de trabalho — que é ali próximo ao elevador — o funcionário encarregado de anotar a presença dos Senadores, chegou um dia em que liguei para a Secretaria e cobrei um posicionamento com relação a isso.

Então, temos que começar a moralizar a Casa em seus mínimos detalhes; começar a consertar esta Casa nos seus mínimos detalhes.

A presença do povo aqui nesta Casa é, por todos nós, motivo de alegria e satisfação, é inclusive um convívio que nos traz o prazer de podermos mostrar ao vivo, *in loco*, uma parte de nosso trabalho. Queremos aqui a presença do povo ordeiro, presença do povo respeitador, a presença do povo que vem aqui para nos ajudar a construir um Brasil melhor, e não a presença de um povo composto por anarquistas, por bademeiros, por elementos que, talvez, tenham vindo aqui até subvencionado por esse ou aquele esquema para causar e divulgar, difundir mais ainda a desmoralização da Instituição a que pertencemos.

Muito obrigado!

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães, pela ordem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desculpe-me V. Ex^a por solicitar a palavra neste momento, mas eu gostaria de fazer alguns comentários a respeito da fala de V. Ex^a, e do que aqui foi discutido, porque acho que muitas vezes somos criticados por dizermos aquilo que é preciso, por falarmos, de público, o que, muitas vezes, querem que digamos em particular. Acho que V. Ex^a fez muito bem em trazer a público o que colocou agora há pouco.

É preciso que todos tomem conhecimento de falhas nossas, de obrigações que temos de tentar corrigir, da responsabilidade que todos nós, Senadores, temos na correção desses problemas. V. Ex^a disse bem, por exemplo: a questão dos seguranças. Se V. Ex^a for se queixar da Segurança por não ter havido uma presença maior, naquele dia, na Comissão do Distrito Federal, vai ouvir o reclamo da chefia

dos seguranças que os mesmos estão nos gabinetes dos senadores, porque eles não dispõem de número suficiente para atender às necessidades que temos num prédio com tantas entradas, com tantas dificuldades de se preparar um esquema real de segurança, mas nós temos número suficiente para atender às nossas necessidades, mas é preciso que eles estejam funcionando como segurança, e na realidade não estão.

Quando V. Ex^a fala de físico — V. Ex^a esqueceu, conhece isso muito melhor que eu — quase todos os seguranças eram ex-motoristas, quase todos têm problemas renais, não podem ficar muito tempo em pé, isso é uma falha nossa, chama-se desvio de função.

Nós falamos, V. Ex^a também; o Senador Olavo Pires queixou-se também com relação à presença dos senadores. Acho que temos que tratar disso. Nossas obrigações com as bases são grandes, mas fomos eleitos para exercer o papel de parlamentar, também aqui. Mas o Senado chegou a um meio termo e permitiu as visitas às bases num período de um terço do mês; quem quiser organizar bem sua vida pode passar fora do Senado 9 dias seguidos, sem problemas de faltas computadas. Temos direito de irmos às bases, mas é preciso ter uma frequência média de Senadores aqui, costumeiramente presentes, para não darmos espetáculos como têm acontecido constantemente.

Quando criticamos aqueles que aqui vêm para fazer baderna, precisamos fazer a nossa autocritica, porque temos de reconhecer que estamos em uma situação de descrédito total perante a opinião pública. Quando reclamamos, e o fiz aqui em alto e bom som, que a Imprensa infelizmente, e para preocupação minha, muitas vezes, está incentivando, não sei se propositalmente ou não — pode até estar querendo fazer uma crítica — mas na realidade está incentivando, pela repetição constante desta crítica, que se invada a Câmara de Vereadores do interior dos nossos Estados para evitar aumentos de subsídios. Quando entendo que a crítica é justa, ela deve ser feita constantemente para evitar-se os abusos; mas há o abuso contrário à invasão do prédio da Câmara dos Vereadores para, através de uma ação física, muitas vezes, evitar que se processe uma determinada votação. Entendo que a crítica também pode ser feita àqueles que fazem esse tipo de incentivo.

Quando mencionei o problema do canivete, é porque aconteceu realmente. Quando eu era 4º Secretário aqui no Senado, na Mesa presidida pelo Senador Jarbas Passarinho, houve uma queixa — não vi o canivete, mas os deputados lá na hora disseram que ele tinha sido jogado, que haveria caído perto da cadeira onde estava sentado um deputado que não me lembro agora qual era. Vi pedaços de poltrona, moedas, várias coisas que foram atiradas das galerias em cima dos deputados e senadores quando estão no recinto do Congresso. Isso tem de ser evitado.

V. Ex^a disse que, na sua Presidência, isso não ocorreu. Realmente tenho visto a preocupação de V. Ex^a, e para supresa minha, com

estava acontecendo. No dia seguinte, suspendem os próprios trens.

Essas demonstrações de fraqueza ou pusilanimidade só conseguirão agravar as coisas. A democracia só é o melhor regime porque combina a idéia da autoridade com a liberdade. Mas justamente porque a liberdade subsiste dentro da autoridade democrática, esta não pode abrir mão de uma polegada da dignidade que é intrínseca ao exercício do poder.

Os reis antigos cobriam-se de púrpura e ouro para expressar, da maneira mais visível, a tremenda responsabilidade que é o exercício do poder. Essas demonstrações hoje, tomaram-se de mau gosto: mas aí da autoridade que permitir a banalização da sua natureza.

Num clima social conturbado pelo entendimento do que seja a democracia, fala-se em *repressão* a cada vez que as forças de segurança são chamadas a cumprir o seu papel. No exercício de sua missão, elas podem, eventualmente, mostrar-se despreparadas, desacostumadas ao que têm de enfrentar. Mas vá alguém assistir ao modo como a polícia atua, nos países mais civilizados, quando está em questão a idéia de autoridade.

É exatamente na democracia que essa idéia não pode ser posta em questão, pois a democracia é a autoridade legitimada. Mas, no Brasil de hoje, parece estar havendo um complô para desmoralizar a idéia de autoridade — o que atinge em profundidade a noção de democracia.

A democracia e o caos são excluídos. O Brasil está vivendo um momento em que os valores, sejam eles quais forem, estão postos em causa — sendo um deles justamente o da idéia de autoridade. Por causa disso, os riscos que estamos correndo não podem ser subestimados. Ou se faz valer a autoridade, com toda a energia necessária, ou se prepara o clima para a liquidação da democracia.

Como a natureza tem horror ao vácuo — nisto incluída a natureza humana — logo aparecerá então, quem se ofereça como salvador do regime que não foi capaz de manter-se em suas próprias pernas. E os dias da experiência democrática estarão contados. Não foi para isto que o Brasil chegou tão perto das decisões finais sobre a sua vida institucional. E os que, por irresponsabilidade ou omissão, contribuírem para o agravamento deste quadro serão chamados em seguida a prestar contas à opinião pública nacional.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, acontecimentos como estes que trago à tribuna do Senado são fatos sobre os quais precisamos meditar.

Eu, de minha parte, me preocupo. Fui Deputado Federal, como repeti em aparte ao Senador Olavo Pires, nos idos de 1954. Acompanhei neste País várias crises institucionais, desde a de 11 de novembro, quando tentaram impedir o Sr. Juscelino Kubitschek de assumir

a Presidência da República, até o golpe militar de 1964.

Sabemos perfeitamente que o regime democrático, este regime que muitos pensam que seja ruim, mas que até hoje não encontraram um melhor, tem que ser consolidado. Essa consolidação, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tem que ser feita através da liberdade, através do voto, através da conscientização do povo brasileiro.

Mas não vamos confundir liberdade com liberalidade. É o recado que dou ao PT, principalmente; é o recado que dou à CUT.

Vamos-nos lembrar, os mais velhos, como Leonel Brizola, como eu e tantos outros democratas; de que, com certeza, os avanços sociais têm que ser através do voto. Posso estar enganado, mas existem "cabos Anselmos" hoje, infiltrados no meio dos sindicalistas, do povo brasileiro que deseja ver a democracia consolidada, num regime de tréguas, depois de 25 anos, ocasião em que tivemos cassações, e fui também cassado, portanto, falo com autoridade. Fui preso e os militares inventaram 12 processos contra mim, inclusive me deram oito dias, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para provar a origem dos meus bens sob pena de serem seqüestrados. Isso está documentado. Quem quiser ver, eu posso mostrar. Preocupo-me. Tenho certeza absoluta de que estão infiltrados no meio dos sindicatos, da CUT e da CGT, os "cabos Anselmos" da vida, aquele mesmo cabo Anselmo que ficou na minha retina do qual nunca me esqueço. Os Senadores e Deputados que vivenciaram o Golpe Militar, viram-no insuflar os marinheiros, e sabemos o que aconteceu. Estamos vendo essa gente investida como líderes encapuzados nas fábricas, com barras de ferro nas mãos. Em Pernambuco, temos um Governador que foi uma das bandeiras, naquela época, da democracia. Foi cassado, foi desterrado, voltou nos braços do povo e hoje está sendo também massacrado pela infiltração dos "cabos Anselmos" da vida, para desestabilizar o Governo de Pernambuco porque é um governador que tem o apoio das massas, do povo mais desfavorecido do meu Estado.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, temos que alertar esses representantes dos trabalhadores porque os "cabos Anselmos" da vida, "o grupo dos Onze", da época antes do golpe militar, estão eles fazendo neste momento o seu papel. Vamos separar o joio do trigo. O Sr. Luiz Inácio, que é candidato a Presidência da República, tem que pensar, e pensar muito no que está acontecendo neste País; tem ele uma grande responsabilidade no regime democrático que estamos hoje vivendo. O povo brasileiro, daqui para o dia 15 de novembro, irá escolher o seu candidato a Presidente da República e há muita gente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não quer essa eleição. Agora mesmo estão comentando sobre o parlamentarismo. Agora, pensam até em "virar a mesa" e sou contra; o parlamentarismo poderá vir depois das eleições, com a consulta ao povo, mas antes de mais nada temos que colocar ordem na Casa, e a responsabilidade principal dessa ordem é dos candidatos a Presidente

da República. É o Sr. Leonel Brizola, que conhece muito bem o que aconteceu em 1964. É o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, junto à CUT e aos trabalhadores, principalmente este órgão cujo Presidente é o Sr. Jair Meneghelli.

Cuidado com esses marinheiros, que não são marinheiros, esses "cabos Anselmos" que desejam somente a morte da democracia.

Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso o Sr. Se. Ney Maranhão o Sr. Sen. Nelson Carneiro deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Sen. Pompeu de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)
— Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO (PFL — Pl. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o *Jornal do Brasil* publicou, na sua primeira página, do dia 14 de abril, a seguinte matéria:

BANCO DO PIAUÍ PEDE SOCORRO DE NCZ\$ 20 MILHÕES

O Banco do Estado do Piauí, em dificuldades de caixa, está pedindo NCZ\$ 20 milhões ao Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para cobrir seu rombo e salvar-se da liquidação. Os problemas começaram no dia 16 de novembro do ano passado, quando a liquidação do Banco do Estado de Alagoas decançou uma comida em Teresina, com as instituições detentoras de CDI (Certificados de Depósitos Interbancários) exigindo do banco estadual resgate imediato de seus papéis. O pedido de socorro a Mailson foi encaminhado pelo governador Alberto Silva. (Página 14.)

O Sr. Presidente, hoje, a Bancada do Estado do Piauí esteve no Ministério da Fazenda para tratar com o Sr. Ministro e com o Secretário-Geral e com o Secretário daquele Ministério sobre esse problema que aflige o Estado do Piauí.

O Banco do Estado do Piauí não foi propriamente pegado de surpresa porque no fim de março o Banco Central, depois de uma fiscalização que estava realizando em todos os bancos estaduais do País, havia feito um relatório avisando à diretoria da situação instável em que se encontrava aquele banco. Situação essa que atingia também, a quase todos os bancos estaduais deste País, com exceção de quatro bancos: o Banco do Estado de São Paulo, o Banco do Estado do Paraná, o Banco do Estado do Espírito Santo e o Banco do Estado de Santa Catarina. Os demais bancos estaduais encontravam-se em situação vexatória, precária, falimentar.

O Banco Central avisou à diretoria do Banco do Estado do Piauí e esta, que hoje tem como seu Presidente o Dr. Antônio de Pádua Ramos, ilustre piauiense, ilustre economista, que foi durante muitos meses do ano passado interventor do Banco do Estado do Ceará e é um técnico da área bancária, tentou por todos os meios e modos evitar que isso que está acontecendo, agora, tivesse o seu desfecho. O Go-

a colaboração da própria galeria de evitar qualquer manifestação favorável ou não. Tenho visto muitas manifestações de mãos dadas, mas silêntes; silenciosas ficam para ali poderem ficar. Mas, sei, também, da dificuldade que V. Ex.^a, como Presidente da Mesa, terá, se um dia houver a balbúrdia de querer que a nossa segurança evacue aquele recinto, o que vai ser muito difícil de acontecer.

Mas quero parabenizar V. Ex.^a e os seus companheiros de Mesa. V. Ex.^a estão conseguindo realizar o muito que eu gostaria de ter alcançado e acho que só tenho razões para felicitá-los. Quero dizer, também, dos problemas que nós senadores poderíamos prever que ocorreriam se o ponto fosse estendido também aos gabinetes dos senadores, mas infelizmente não o foi. Quanto a esse aspecto, V. Ex.^a com o tempo, com os companheiros que tem na Mesa que estão solidários com esse problema, com este seu pensamento, V. Ex.^a conseguirá atingir os objetivos que todos desejamos que atinja.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Muito obrigado a V. Ex.^a

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PMB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho em mãos um ofício do Governo de Pernambuco que vou passar a ler e depois comentar.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

GABINETE DO GOVERNADOR

Recife, 6 de abril de 1989.

Senhor Senador:

Tenho a honra de dirigir-me à Vossa Excelência, para prestar as informações que se seguem, com o objetivo de permitir o acompanhamento, por esta conceituada instituição, das ações do Governo do Estado relacionadas com o movimento grevista no setor de Saúde.

Conforme noticiado amplamente pela imprensa local, três pessoas já faleceram por omissão de socorro médico, nas emergências dos hospitais públicos paralisados por piquetes grevistas: José Ailton dos Santos, de 11 anos, Elizete Maria da Silva, de 17 anos, e Anísia Soares da Silva, de 61 anos.

No Hospital da Restauração foram constatados casos de depredação de equipamentos médicos durante a greve, com danos graves no micrófono do Setor de Patologia e na rede elétrica. O micrófono foi propositalmente ligado por tempo indeterminado, quebrando por superaquecimento. Houve cortes de fios e retirada dos interruptores dos compressores do sistema de vácuo e roubo dos quadros de força de vários setores do hospital.

As responsabilidades, nos casos de omissão de socorro e nas depredações, estão sendo apuradas através de inquéritos administrativos e policiais.

Ações desse tipo confirmaram que o motivo grevista, conduzido por uma minoria, vem tomando rumos sem precedentes na história política do Estado, chegando até a uma tentativa de invasão do Palácio Campo das Princesas na noite de quinta-feira passada.

Ao longo de dois anos, o Governo do Estado vem mantendo uma relação de respeito mútuo com as instituições sindicais e as lideranças trabalhistas de Pernambuco, inclusive as que representam o funcionalismo público. Mas não pode admitir que uma opção pelo confronto, assumida por setores reacionários e minoritários envolvidos na greve, evolua até criar um clima de intranquilidade no Estado, com o comprometimento dos serviços públicos e a morte de homens e mulheres do povo.

A decisão de demitir os que se omitem de seus deveres profissionais e contratar substitutos para garantir os serviços essenciais à população se inscreve nesse contexto. O Governo do Estado não abdicará de suas responsabilidades. E tem a certeza de contar com a compreensão de todos conscientes da gravidade do quadro nacional e dispostos a consolidar forças para que avance o processo democrático.

Cordialmente, — **Fernando Pessoa**,
Secretário para Assuntos da Casa Civil

Aproveitando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para complementar essa denúncia grave da Chefia do Gabinete Civil de Pernambuco, no Governo de Miguel Arraes, vou complementar com um artigo de fundo do *Jornal do Brasil* com respeito às greves instaladas em estados de importância da Federação:

PARAR PARA PENSAR

Os fatos que ocorrem desde anteontem na Central do Brasil constituem a mais recente e alarmante demonstração de que a temperatura social no país — e no Rio de Janeiro de modo especial — está chegando a um ponto de ebulição em que, de repente, pode não haver mais retorno.

Um fato pode ser grave em si mesmo — mas tornar-se bem mais grave pela acumulação de fatos anteriores. É o que está acontecendo na Central. Um maquinista resolve parar, por sua conta, um trem de passageiros no horário crucial das 17h 30m. Afastado do serviço, sofre uma punição leve. Em represália, páram os outros maquinistas, configurando um estado de greve decretada sem aviso, atingindo cem mil pessoas num momento em que não lhes restava opção de transporte.

Em si mesmo, já seria grave; mas é muito mais grave porque acontece num

momento em que o homem comum vai perdendo a paciência — como ficou demonstrado pela reação popular. As greves emendam uma na outra; e não há a menor relação entre o que elas pretendem obter e o direito do cidadão de viver a sua vida com um mínimo de normalidade. Fecha-se um túnel para fazer greve. No dia seguinte, um funcionário público pára o seu carro no meio da pista para brincar de greve.

É abusar da paciência geral. Em Minas, grevistas encapuzados ocupam uma siderúrgica com barras de ferro, prometendo destruir os equipamentos se não forem atendidos. Em Pernambuco, o ciclo do grevismo chega ao seu ponto culminante quando médicos formados e diplomados ameaçam paralisar o atendimento de emergência, e até um centro de hemodíalise, se o governador do estado não desistir de medidas enérgicas que, com toda razão, foi levado a adotar, ante a falta de consciência no protesto.

Ultrapassa-se intencionalmente a fronteira do possível e do admissível. Os maquinistas que decidem, sem mais nem menos, parar os trens da Central em plena hora de *rush* estão afetados pelo mesmo autismo corporativista que faz com que os vereadores aumentem irresponsavelmente os seus próprios salários. Nos dois casos, olha-se apenas a realidade da categoria: a outra realidade que vá para o diabo.

É grave; e os responsáveis por tudo isso não são só grevistas. Vive-se um sistema meio parlamentar e meio presidencialista. Os senhores parlamentares votaram a Constituição mas esqueceram-se de completá-la: simplesmente foram para casa, ou vão cuidar dos seus interesses. Desta forma, o amplo direito de greve reconhecido pela Constituição não está regulamentado; e deixa de haver uma fronteira que o separe do libertarismo anárquico.

Mais embaixo, começa a tomar forma o que se assemelha a um plano organizado para jogar o país na ingovernabilidade. A tática do "quanto pior melhor" porventura será o caminho escolhido por um partido como o PT para levar adiante o seu modo peculiar de entender a política? A CUT, que parece estar engolindo o PT, pode manifestar sonoro desprezo por um vereador que aumenta o seu próprio salário, mas não acha nada demais que os médicos de Pernambuco transformem em reféns todos os doentes graves de Recife.

Desse jeito, não vamos a parte alguma. É um engano lamentável estabelecer qualquer confusão entre prática democrática e frouxidão dos administradores. Os diretores da Central do Brasil suspenderam o maquinista que deu início ao tumulto. Depois, ao que se informa, suspenderam a suspensão, por medo do que

verno do Estado foi advertido para que tomasse as providências necessárias, mínimas, aumentasse o nível de capitalização.

Mas, infelizmente, esse Governo, que está instalado no Piauí está dispersando, desbaratando, jogando fora, em projetos que não têm nada de viável, em projetos absurdos, os poucos recursos do meu estado. Deveria ser chamado à responsabilidade o autor das obras que estão sendo tocadas pelo Governo do Estado do Piauí.

O Governador do Estado tinha a obrigação de saber que essas obras eram inviáveis, que há um elenco enorme de prioridades para o Estado.

O Piauí é um Estado pobre, pequeno, que deve selecionar cuidadosamente os investimentos, sob pena de chegar a este ponto a que chegou o Banco do Estado.

Temos, Sr. Presidente, relatórios do Banco Central do princípio de 1986, quando o Sr. Governador José Raimundo Bona Medeiros entregou o Governo ao atual Governador Alberto Silva, considerando boa a situação do Banco do Estado do Piauí. De lá para cá foi que a coisa desandou no Estado do Piauí. Empréstimos foram autorizados sem o devido cuidado, com juros altamente subsidiados; enfim, a situação do Banco se tornou insustentável. E diga-se de passagem, Sr. Presidente, que o Banco do Estado do Piauí tem uma grande estrutura no Estado, tem agência em todos os municípios piauienses. Prestou uma assistência verdadeiramente notável para uma instituição bancária daquele porte. Nós temos orgulho da sua atuação, dos seus funcionários, do modo correto com que esse banco vinha sendo dirigido e presidido no Governo do Sr. Hugo Napoleão. De repente, fomos surpreendidos por essa advertência do Banco Central. O Governo do Estado não tomou nenhuma providência quando foi advertido pelo Banco Central, no fim de março, da situação que estava se avizinhandando, que estava ameaçando o Banco do Estado do Piauí.

O Sr. Odacir Soares — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. JOÃO LOBO — Concedo o aparte ao nobre Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Eu vi a preocupação de V. Ex. com essa questão da falta de liquidez de quase todos os bancos estaduais, exceto aqueles que V. Ex. já mencionou, e essa mesma preocupação tive em relação ao Banco do Estado de Rondônia, já à época em que o Banco Central, elaborando um estudo técnico sobre essa questão da falta de capitalização dos bancos estaduais, encaminhava esse mesmo estudo ao Ministério da Fazenda. A grande imprensa brasileira à época publicou matérias sobre esse assunto, e alguns governadores estaduais, como é o caso do Governador de Rondônia — e verifico, agora, também, que o fato se repete no Piauí — não deram a mínima importância à advertência e ao estudo que o Banco Central fez e que encaminhou ao Ministro da Fazenda, que teve como consequência a extinção de uma linha

de crédito que vinha invariavelmente socorrendo os bancos estaduais quando esses tinham problemas de caixa. Então, esse documento do Banco Central procurava, inclusive, prevenir as instituições bancárias estaduais oficiais do risco que elas passavam a ter, na medida em que qualquer abalo no mercado financeiro pudesse levar a clientela desses bancos aos seus caixas, com receio de que viessem a falir. No caso de Rondônia, eu adverti. O Governo não deu importância. O banco continua ilíquido, continua sem liquidez, continua não capitalizado adequadamente e vejo que o mesmo fenômeno se repete agora no Piauí. Não tenho dúvida de que esse fato vai ter repercussão negativa em outros bancos estaduais oficiais porque apenas quatro bancos oficiais tem nível de capitalização adequada — V. Ex. já disse que são os bancos do Estado de São Paulo, Banco do Estado do Paraná, Banco do Estado de Santa Catarina e Banco do Estado do Espírito Santo —, os demais bancos, segundo esse documento do Banco Central, não tinha à época, isto é, há 30 dias, nível de capitalização adequada para socorrer-se numa emergência, numa iminência de uma grande corrida aos seus caixas. Lamento que esse fato esteja ocorrendo no seu Estado porque repercutirá negativamente em todos os Estados brasileiros, principalmente nos Estados pequenos, como os estados da Amazônia, alguns estados nordestinos, onde parte da clientela desses bancos é constituída por funcionários públicos. Parte considerável da clientela do Banco do Estado de Rondônia é constituída por funcionários públicos federais e de funcionários públicos estaduais, que mantêm as suas contas no banco oficial do Estado, até para permitir que melhore o nível de capitalização desse banco. No caso de Rondônia e Piauí verifico que os Governos não deram importância, não melhoraram o perfil econômico financeiro dessas instituições, o que agora vem se comprovar, inclusive com esse receio que V. Ex. manifesta precedentemente e que decorre de uma imprevidência, diria até criminosa, do Governo do Estado do Piauí, de não socorrer o seu banco, em face da iminência de uma crise como essa que está acontecendo.

O SR. JOÃO LOBO — Agradeço a intervenção do Senador Odacir Soares, muito valiosa para o meu discurso.

Sr. Presidente, o problema é realmente quase geral, porque apenas se executam quatro bancos oficiais estaduais. Tudo isso é lamentável. É lamentável que governos deixem que instituições bem plantadas, bem dirigidas, bem estruturadas, como é o Banco do Estado do Piauí, que tem um corpo funcional digno de todo respeito, eis que selecionado, quase todo, através de concurso, um corpo de funcionários dedicados, chegue a esse ponto e seus funcionários sejam ameaçados de ficarem sem emprego sem meios de sobrevivência, pois o Estado do Piauí é um estado pequeno, pobre, que não oferece mercado de trabalho. Quase dois mil funcionários do Banco do Estado do Piauí estão ameaçados de per-

derem o seu sustento, o seu meio de sobrevivência, sem nenhuma culpa, pois sempre dedicaram toda a sua vida aos cargos que exercem nessa instituição. O principal responsável, o Governo do Estado, deveria sofrer as penalidades, não os funcionários do Banco. Por isso, Sr. Presidente, nós da bancada federal do Piauí, independente de cor partidária, mesmo porque o Sr. Governador do Estado não tem nenhum representante do seu partido na bancada federal, unidos, fomos ao Sr. Ministro da Fazenda. Pedimos que S. Ex. desse ao Piauí o mesmo tratamento que havia dado a outros bancos estaduais. Recentemente, o Ministério da Fazenda socorreu o Banco Meridional, que atingia os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e de Santa Catarina, em quase 700 milhões de dólares. O pleito do Estado do Piauí é muito mais modesto e insignificante. São apenas 20 milhões de cruzados povos para que o banco possa refazer a sua caixa. Mas encontramos resistência inabalável, do Ministério da Fazenda, não era possível atender o pedido. O Sr. Ministro e o Sr. Secretário-Geral não aceitam discutir, nem levar em consideração o problema social, o problema humano que poderá advir com o fechamento daquela instituição. Disseram-nos que podíamos procurar, fazer uma privatização daquele banco.

Ora, Srs. Senadores, privatizar um banco às portas da falência é uma autêntica piada. Ninguém, empresa nenhuma, vai comprar, adquirir, um banco já às portas da falência. Mas o Probuban, em Alagoas também foi socorrido, e apesar de decretada a sua liquidação extrajudicial essa não foi feita, e nem o será. Muitas outras instituições foram atendidas neste País. Muitas outros bancos estaduais foram socorridos. Não há razão para que o Piauí seja tão duramente discriminado por este Ministério da Fazenda ou por este Governo.

E nós vamos levar, ainda, o problema ao Senhor Presidente da República. A Bancada do Estado Piauí está tentando uma audiência com o Senhor Presidente da República, informada com esse tratamento, tendo em vista uma quantia tão inexpressiva, em relação ao que tem sido gasto com outras instituições bancárias.

O Sr. Jamil Haddad — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. JOÃO LOBO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Jamil Haddad — Nobre Senador João Lobo, V. Ex. defende com muita propriedade o funcionalismo do Banco do Estado do Piauí. Há tempos, também defendi, veementemente, a situação do Banerj, do Estado do Rio de Janeiro. Lá, tivemos a felicidade de encontrar um *modus faciendi* para que o banco não fosse privatizado. À época senti claramente o intuito da privatização desses bancos estaduais. O que quero dizer a V. Ex. é que ontem o Ministro da Fazenda esteve aqui, e sentimos claramente a insensibilidade relacionada com o problema social neste País. São frios nos números, "82% já estão alocados para pessoal, dívida externa, Fundo de

Garantia, dívida interna, só sobra 8%. Infelizmente não podemos agir mais no campo social..." E, no entanto, a publicidade do Governo é tudo pelo social. Há uma contradição flagrante. Não quero neste momento colocar-me como opositorista ferrenho ao Governo Federal. Quero solidarizar-me com V. Exª que defende, com muita propriedade e veemência, a situação do funcionalismo do Banco no Estado do Piauí, estado que sabemos carente para a colocação de mão-de-obra. E como V. Exª disse são dois mil desempregados com o somatório das suas famílias. É um problema social grave, como V. Exª está colocando, que existirá dentro do Piauí, caso não haja uma providência governamental. Esperamos, sinceramente, que V. Exª consigam junto ao Presidente da República a concessão desse número para que aquelas famílias possam ter tranquilidade novamente.

OSR. JOÃO LOBO — Agradeço o aparte do Senador Jamil Haddad que ilustra o meu modesto pronunciamento desta tarde.

Sr. Presidente, como dizia antes, é insignificante o que o Piauí pleiteia deste Governo, apenas 20 milhões para um reforço de caixa do seu banco estadual.

Isso, Sr. Presidente, irá atender a toda uma estrutura montada em 114 municípios do Estado do Piauí.

Nós, piauienses, temos muito orgulho de nosso Banco do Estado ou tínhamos muito orgulho, pelos relevantes serviços que ele tem prestado à nossa terra. E temos, também, orgulho dos funcionários daquele banco, que sempre se portaram com muita dedicação, com muito espírito público. Os funcionários do Banco do Estado do Piauí são selecionados cuidadosamente. Lembro-me que na apuração das eleições é uma tranquilidade quando sabemos que farão parte das juntas apuradoras funcionários do Banco do Estado, porque sabemos que se trata de pessoas criteriosas, honradas e honestas.

Sr. Presidente, como se diz, "o diabo tem seus momentos de lucidez, por uma lucidez, que a um determinado momento acudiu o Sr. Governador do Estado. S. Exª convidou para presidente do banco um homem acima de toda suspeita, para dirigi-lo, para ver se o tirava da beira desse buraco em que ele estava quase despencando. Foi convidado para presidente do Banco do Estado do Piauí, com muita insistência, o Sr. Dr. Antônio de Pádua Franco Ramos. Antônio de Pádua é, como disse no início do meu discurso, um economista renomado no Brasil, funcionário já aposentado do Banco do Nordeste, foi interventor do Banco do Estado do Ceará; foi ele que conseguiu dar um certo equilíbrio ao Banco do Estado do Ceará, quando assumiu a sua presidência.

Diz o Sr. Dr. Antônio de Pádua:

Pelos seus cálculos, o socorro financeiro não seria "anormal", pois o Banco Central já ajudou outras instituições controladas por governos estaduais. "A ajuda é uma questão simples", calcula. Antônio de Pádua, que já foi interventor do BC

no Banco do Estado do Ceará, garante que o problema financeiro foi causado apenas pela corrida à instituição e que se houver a ajuda do governo federal os problemas de caixa serão totalmente resolvidos.

Bastava que o governo estendesse a sua poderosa mão e com poucos dedos sustentasse a situação, talvez com o dedo mínimo. Apenas um ligeiro arrimo para aquela instituição traria a sua salvação, a sua continuidade.

Sr. Presidente, nós da Bancada do Estado do Piauí, estamos aguardando que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República nos receba para levarmos este pleito a Sua Excelência, uma vez que a insensibilidade da equipe econômica deste governo deixa a todos nós atônitos; por isso se surpreendeu o Senador Jamil Haddad. Ele não pode conceder a frieza dos números com que o Sr. Ministro da Fazenda trata os problemas humanos; tudo é uma questão de percentual, de um a mais, de um a menos. Fico chocado também com isso. Não posso admitir essa idéia, e a considero fascista, Sr. Presidente, tentar massacrar o povo para servir ao governo, ao invés de o governo se esforçar para servir ao povo. Acho que o correto é o governo ajudar o seu povo, atender, acudir, dar assistência. O contrário é uma idéia fascista que não soa bem no meu íntimo, no meu sentimento.

Trago essas palavras nesta tarde, Sr. Presidente, apenas para que elas tenham a repercussão devida, que sejam capazes de gerar boa vontade na cúpula econômica deste governo.

Espero que o Banco do Estado do Piauí continue funcionando, que os seus funcionários não fiquem jogados na rua da amargura, sem a possibilidade de sobrevivência, a não ser que assim saiam do Piauí, porque o meu estado está inteiramente desbaratado economicamente, não há mercado de trabalho para abrigar mais de 2.000 funcionários que de nível mais ou menos alto para o Piauí no seu padrão de vida.

O Sr. Odacir Soares — V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOÃO LOBO — Antes de encerrar as minhas palavras, concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Odacir Soares — O meu receio é que na eventualidade do Governo federal aportar esses recursos para o Banco do Estado do Piauí, o governador queira aplicar esse dinheiro no rio Parnaíba, na sua empresa de navegação que ele quer fazer funcionar naquele rio de tantas tradições e que o banco continue no mesmo problema.

O SR. JOÃO LOBO — Senador Odacir Soares, não queria criticar as obras nas quais o governo tem desbaratado o dinheiro do meu estado. Vou me reservar para outra ocasião fazer uma crítica detalhada e minuciosa dos projetos selecionados pelo governo do Estado do Piauí e nos quais ele está gastando os poucos recursos estaduais.

Neste momento, eu gostaria apenas de trazer essas palavras e esperar que elas sensibilizem a cúpula econômica deste País. Nós vamos tentar sensibilizar o presidente da República, levando à sua Excelência esse problema do Piauí.

(Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao último Orador inscrito, o nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Estado de São Paulo publicou, em sua edição de 6 de abril passado, uma longa entrevista, densa de conteúdo informativo, em que o General Rubens Bayma Denis, Ministro-Chefe do Gabinete Militar do Presidente José Sarney, e Secretário da Secretaria Especial de Defesa Nacional (Saden), órgão que substituiu o antigo Conselho de Segurança Nacional, esclareceu aspectos básicos da recém-elaborada política oficial para o meio ambiente do País, destacando o programa "Nossa Natureza", que, sob a coordenação da Saden, deverá ser progressivamente implantado pelo Ministério do Interior, superiormente dirigido pelo Ministro João Alves Filho, que muito tem contribuído para o equacionamento de solução de problemas vinculados à ecologia, conservação dos recursos naturais e luta contra os fatores responsáveis pela poluição ambiental, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

De início, o Programa "Nossa Natureza" absorverá recursos da ordem de 178 milhões de cruzados novos, e tem como objetivos básicos, no elenco das suas responsabilidades preponderantes, a execução de providências visando harmonizar o desenvolvimento com a conservação do meio ambiente e ecossistemas, através da regulamentação das atividades de ocupação e exploração territorial. Além dos mencionados recursos, transitam no Congresso Nacional propostas de crédito especial, no montante de 38 milhões de cruzados novos para a instalação e atendimento das atividades do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.

Convém esclarecer, a propósito desses complexos problemas que, ultimamente, são objeto de intensos debates no cenário internacional, que o posicionamento brasileiro já foi enunciado com energia, na Conferência de Haia, cujas repercussões foram objeto de protestos do Itamaraty.

Nessa reunião o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima foi claro ao estabelecer os três pontos que, corretamente tratados, permitiriam resolver a questão ecológica mundial sem demagogia e sem quebra da soberania: a) mecanismos financeiros para ajudar os países do sul a estabelecer programas de prevenção da poluição atmosférica; b) livre transferência de tecnologia, sem retribuição comercial, para proteção ambiental; c) redução, pelos países industrializados, dos atuais níveis de emissão

de poluentes da atmosfera e causadores do "efeito estufa".

A entrevista do General Bayma Denis, em face de sua inegável oportunidade e importância intrínseca é um documento que merece ampla reflexão, porquanto independentemente dos problemas que abordou, com autoridade e proficiência, corresponde à imponderável necessidade de conscientizar toda a Nação brasileira acerca das dimensões e perspectivas do programa "Nossa Natureza".

São estas as razões que me levam a requerer a sua incorporação ao texto deste sucinto registro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

O Estado de S. Paulo — 6 de abril de 1989

MINISTRO EXPLICA PLANO PARA ECOLOGIA

Bayma Denis, Chefe do Gabinete Militar:

"A Amazônia é um espaço nacional e será ocupado quando a Nação necessitar dele"

Rodrigo Lara Mesquita da Agência Estado

O principal assessor militar do governo para a área de meio ambiente garante: acabou a era das improvisações na Amazônia. Ele é o General Bayma Denis, ministro-chefe do Gabinete Militar e secretário da Secretaria Especial de Defesa Nacional (Saden), órgão que substituiu o antigo Conselho de Segurança Nacional. Nessa condição, o general é um dos principais responsáveis pelo Programa Nossa Natureza, uma série de medidas que o Presidente Sarney deve anunciar hoje e que muda, por completo, a política oficial para o meio ambiente no País.

Numa entrevista especial à *Agência Estado*, Bayma Denis diz que mudanças são essas, reconhece que a falta de planejamento causou muitos prejuízos à Amazônia nos últimos anos e garante que o Programa Nossa Natureza existe justamente para consertar esses erros. "Agora, há preocupação de planejar a ocupação da Amazônia", assegura o general. "Os brasileiros estão capacitados a realizar essa tarefa", acrescenta. A seguir, os trechos principais da entrevista:

"VAMOS PLANEJAR A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA"

Pergunta — Em apenas 30 anos, o governo abriu várias estradas, construiu Brasília e atrai cerca de 30 milhões de brasileiros para a região Centro-Oeste do País e para a Amazônia. Como o sr. avalia esse processo de ocupação e qual o significado do Programa Nossa Natureza em relação a ele?

Resposta: A construção de estradas na Amazônia visou retirar do isolamento as Unidades da Federação da região Norte e Centro-Oeste. Isso foi um processo iniciado no governo de Getúlio Vargas e impulsionado no governo JK. Nos anos 70, outras rodovias foram implan-

tadas, facilitando a comunicação, a colonização e aumento da produção agrícola. Isso possibilitou a idealização econômica de uma nova fronteira agrícola, apoiada pelos organismos oficiais de desenvolvimento regional.

O que isso significou para os cinco milhões de quilômetros quadrados, 5,5 milhões para ser exato? Eu diria que os dados que nós possuímos é de que este processo de ocupação da Amazônia, principalmente da área Sul, não afetou além dos 5% da cobertura florestística de toda a Amazônia legal. Esses dados são precisos e vão ser anunciados oficialmente pelo Presidente Sarney.

Eu destacaria ainda que todo esse processo foi desenvolvido, inicialmente, através de programas setoriais tais como o plano de metas de JK e o planejamento rodoviário dos anos 70, com aquelas várias rodovias amazônicas. A ausência inicial de um planejamento global levou às reconhecidas dificuldades de integração dos planos setoriais, quase autônomos, e, por consequência, à ocupação pouco ordenada, talvez até bastante desordenada em algumas áreas, provocando os danos ambientais que nós já conhecemos.

O Programa Nossa Natureza responde àquela última parte da sua pergunta: Estamos entrando numa terceira etapa de ocupação? Eu diria: é uma terceira etapa. Agora, há preocupação de planejar a ocupação da Amazônia. Eu diria que seria mais uma integração sócio-econômica, procurando um desenvolvimento sustentado da região e harmonia com o meio ambiente.

É possível uma comparação entre a Calha Sul da Amazônia e a calha Norte?

Eu diria que a diferença está na densidade demográfica, nas vias de fomentação e colonização e nas fronteiras que constituem, entre outros, aspectos distintos.

E a densidade demográfica?

É muito pequena na região Norte. Nós temos pouca densidade e praticamente restrita ao longo dos rios Negro e Branco. Enfim, ao longo dos rios. E na Calha Sul, não. Lá, ela se faz através das penetrantes, das transversais e várias rodovias. Além disso, só na Calha Sul existe a seringueira e só ela passou pela fase da borracha, pelo extrativismo. A Calha Norte não possui a seringueira e, por isso, não passou pela fase do extrativismo. Só foi ocupada no início da conquista da Amazônia pelos portugueses.

Qual a preocupação das Forças Armadas com a Calha Norte? Que mitos e objetivos estão sendo estabelecidos em relação a essa região ainda em fase inicial de ocupação?

Eu diria que o Projeto Calha Norte é um projeto governamental interministerial e de ação integrada, cuja a ação militar é um dos componentes. Esse vetor militar surge, fundamentalmente, para marcar a presença brasileira na linha de fronteira e, ao mesmo tempo, agir como instrumento de suporte logístico aos demais órgãos federais e estaduais, para que possam se fazer presentes nas áreas mais longínquas e assim cumprir suas atribuições funcionais. Eu diria que a presença de militar dá condições para a criação de pequenos nú-

cleos populacionais, melhor assistidos pelo governo estadual e federal. É sobre esta filosofia que tem sido montada a conquista do território brasileiro.

E em termos de estradas, está planejado alguma coisa?

O Calha Norte, em estradas, é insignificante. É somente a estrada para atingir alguns núcleos que não possam ser atingidos por rio. Enquanto ele puder ser atingido por rio navegável, não se abrem estradas. Só onde o rio não é navegável e onde o apoio só é viável por via aérea, é que estamos começando a pensar em levar àquela fração uma estrada para dar continuidade ao apoio logístico.

E os garimpeiros na Calha Norte?

A presença dos garimpeiros em áreas indígenas é um assunto da Funai e do Ministério do Interior. Agora, as áreas dos índios Ianomânis foram demarcadas e a floresta nacional incluída em torno dessas áreas indígenas, nas quais só é permitida a entrada da atividade dos brancos com a permissão da Funai e a permissão do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis. Assim, no que se refere às atividades garimpeiras no Pico da Neblina e nas áreas indígenas e mesmo na floresta nacional, em torno dessas áreas indígenas, já foi motivo de solicitação do ministro do Interior ao ministro da Justiça um pedido de apoio das Forças Armadas do Brasil, cuja ação neste sentido foi explicitada na Constituição. O governo deverá e vai agir.

O Pará, a área de ocupação mais antiga, foi beneficiada pelos subsídios da Sudam. Rondônia, mais recente, foi caracterizada por pequenos proprietários. É possível uma comparação entre os dois?

Os ensinamentos de ambas serão lucrativos para nós. Trarão proveito para a Ordenação Territorial e as medidas que vamos ter que adotar. Dessa terceira fase, como eu disse no início. Agora estamos na terceira fase.

Cerca de 45% dos recursos energéticos do Brasil estão na Amazônia. O Programa 2010, que prevê hidrelétricas para a Amazônia, não deveria ser mais divulgado e discutido com a sociedade civil?

Eu diria que a resposta é, a princípio, da esfera do Ministério de Minas e Energia, no programa Nossa Natureza ele não está vago. Isso para que haja uma integração entre o estudo desses projetos e o Ministério do Interior e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.

Se eu perguntasse para o senhor sobre, por exemplo, a recente afirmação do professor Goldemberg, num artigo publicado no Estado, de que nós estamos exportando energia com a alumina dos projetos do Norte e com o minério de ferro de Carajás?

Isso tem sido muito discutido. Pelo que eu tenho ouvido, é motivo de preocupação, de discussão, de avaliação, mas na área deles. São eles que podem avaliar bem, inclusive com a área econômica. É o Ministério de Minas e Energia que pode avaliar.

O programa "Nossa Natureza" deveria estar com o Ministério do Planejamento ou com a própria Saden. Por que a sua elaboração

não contou, desde o início, com a participação mais aberta da comunidade científica?

A Saden é um órgão de assessoramento do Presidente da República, tão próximo quanto a Seplan. Talvez, o presidente tenha preferido dar a coordenação à Saden por estar aqui mais perto dele e por estar menos empenhada no plano econômico do que a Seplan. Mas, de qualquer forma, estamos trabalhando todos juntos. A Seplan está muito empenhada nesse programa. Quanto à implantação do programa estará a cargo principalmente do Ministério do Interior (a partir do dia seis), através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. A medida que ele vai sendo implantado a Saden vai saindo. Mas vai manter uma comissão executiva examinando mais profundamente medidas complementares que foram sugeridas pelos grupos de trabalho interministeriais, mas que ainda não puderam ser transformadas em instrumentos legais. Leis, projetos de lei serão remetidos ao Congresso e deverão ser regulamentados. E essa comissão executiva, como assessora do Presidente Sarney, vai agilizar esse prazo, assegurar a implantação desse projeto; não nascer e depois cair fora.

A comunidade científica foi e está sendo ouvida em diferentes fases de elaboração do programa, particularmente pelo grupo que estudou a pesquisa voltada para a região amazônica, à sua grande reserva, e que teve a coordenação do Ministério de Ciências e Tecnologia e contou com a participação de cientistas dos mais renomados órgãos do País, inclusive o presidente do Inpa.

Estão previstos recursos para a sua aplicação?

Sim, nós estimamos para a implantação inicial do programa, ainda esse ano, recursos no valor de 178 milhões de cruzados novos. Pelo menos para as atividades principais que assegurem a implantação do programa esse ano e vamos procurar assegurar a continuidade do programa.

Existe a possibilidade de internacionalização da Amazônia?

Ai eu diria que o excelentíssimo Presidente da República e várias autoridades brasileiras já se manifestaram, em diversas ocasiões, sobre o tema.

O programa "Nossa Natureza" considera as florestas não abatidas e o aproveitamento futuro dos seus produtos ou essa alternativa não existe? A única exploração possível da Amazônia, além da energia e minério, é através da agricultura e pecuária?

Eu diria que o programa "Nossa Natureza" não considera o aproveitamento futuro dos subprodutos. Considera a utilização atual dos produtos, como já vem sendo feito, em defesa do extrativismo em áreas onde essa atividade é mais adequada. Na Amazônia estão presentes recursos que possibilitam todas as alternativas de exploração. É uma questão de racionalização das ações implementadas.

Como o senhor vê o extrativismo tradicional na Amazônia?

O extrativismo tradicional tem sentido econômico desde que agregue tecnologias mo-

dernas de pesquisas e exploração e que se racionalize a produção e que só se promova em áreas em que se caracterizem essa vocação natural. O problema não é de preços. A questão é facilitar a exportação dessa mercadoria através dos rios da Amazônia, alfandegando os portos da Amazônia para que eles adquiram preços mais perto da origem, preço melhor e mais perto da origem. Quanto à forma mais adequada de exploração de uma área ou de qual forma vai se sobrepor a uma outra, depende das peculiaridades de cada área e das aspirações de vida dos que nela trabalham e residem. O ordenamento territorial para essas áreas prevê, inclusive, a economicidade das atividades.

O programa "Nossa Natureza" contempla um centro de monitoramento territorial da Amazônia ou algo semelhante? Qual seria a função de um órgão como esse no trabalho de planejamento de ocupação territorial?

É aqui que entraria a nossa grande satisfação de dizer que estamos com um centro de monitoramento; centro ainda não, organismos voltados para o monitoramento, muito capacitados, em excelentes condições, com equipamentos e recursos humanos à altura dos melhores do mundo para poder fazer o monitoramento. Nessas condições o centro de monitoramento territorial foi contemplado no programa como um dos instrumentos indispensáveis à gestão ambiental e sua implantação constará de projeto de lei, que será encaminhado ao Congresso Nacional no novo texto para a política nacional do meio ambiente. Tal centro reunirá os principais fornecedores de informações e estabelecerá a unidade indispensável para o controle via sensoramento remoto, constituindo, inclusive, precioso instrumento de trabalho para a ordenação territorial prevista na Constituição federal e de responsabilidade da União.

Das bandeiras do início da colonização à Amazônia hoje, acumulamos alguma experiência que nos permite imaginar não repetir os mesmos erros em relação aos recursos naturais renováveis? Chegamos à época do manejo, da administração possível destes recursos? Ou ainda estamos na fase do simples esgotamento, como ocorreu em quase toda a província Atlântica?

Eu poderia dizer que ninguém conhece melhor a Amazônia brasileira que os brasileiros. Estamos plenamente capacitados nessa terceira fase de ocupação a adotar soluções que permitam administrar essa nobre porção territorial nacional sem cometer os erros de ocupação da faixa litorânea, os quais remontam ao século XVI.

As soluções desenvolvimentistas importadas têm inexoravelmente sido condenadas ao fracasso, haja vista a aventura de Ford e outras.

Em que medida o Brasil precisa da Amazônia para se desenvolver?

Na medida em que todos os países necessitam da qualidade de seus respectivos recursos. Desconhece-se no mundo país que haja recusado se servir de dois terços do seu território. Ocorre justamente o inverso: há vários

exemplos de países desenvolvidos lançando-se à conquista de espaços adicionais, uma vez ocupados seus territórios. A Amazônia é um espaço nacional e ele será ocupado na medida em que a Nação dele necessitar para o seu desenvolvimento e essa é uma decisão da Nação brasileira, fruto de uma dinâmica própria acima da vontade de seus governos. Imaginar quadros utópicos relativos ao passado não é papel do governo; ao governo cabe valer-se das realidades do passado, fundamentar-se no presente e buscar resultados que assegurem à Nação um futuro real, concreto, em todo o território nacional.

O senhor teme as críticas de que o governo estaria militarizando a Amazônia?

Eu procurei responder aqui as razões por que a Saden foi responsabilizada pela coordenação do programa "Nossa Natureza" e procurei responder as razões que inspiraram a presença militar brasileira no projeto Calha Norte. Não estou vendo uma militarização, nós estamos trabalhando junto com a sociedade civil, com os governos estaduais e todos os setores de atividade. Nosso propósito é a presença do governo nas áreas da Amazônia, aumentar a presença do estado e da União, assistir as populações carentes e sobretudo integrar essa região à sua economia e a sua sociedade, à sociedade brasileira como um todo, mas de forma harmônica com a conservação do meio ambiente.

E a esperança de vocês é de que ao chegar no Congresso o programa seja discutido e melhorado e não simplesmente rejeitado?

Eu tenho a impressão que o Congresso acolherá bem. Nós tivemos uma participação muito grande de parlamentares que demonstraram muita aceitação ao programa "Nossa Natureza" e louvaram muitas das iniciativas do programa e também fizeram sugestões. Eu acredito que a participação do Congresso só trará melhoria à iniciativa do governo executivo, do poder público em geral, porque contamos já com o respaldo dos governos estaduais da Amazônia para esse programa. Já debatemos isso em simpósios e já tivemos as sugestões desses governos, que estão trabalhando em conjunto. Se o programa ainda não teve oportunidade de ser debatido amplamente, isso vai ocorrer agora.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 2, DE 1989(Art. 64, § 2º, da Constituição e
art. 195, d, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989 (nº 1.516/89, na origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário (dependendo de parecer).

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 42 minutos.)

EXPOSIÇÃO E RESPOSTAS DO SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA, E INTERPELAÇÕES DOS SRS. SENADORES NA SESSÃO DE 18-4-89 E QUE, ENTREGUES À REVISÃO DOS ORADORES, SERIAM PUBLICADAS POSTERIORMENTE.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA

— Excelentíssimo Sr. Senador Nelson Carneiro, digníssimo Presidente do Senado Federal; Senador Pompeu de Sousa e demais Senadores, meus amigos da Imprensa, minhas Sr^{as} e meus Srs.:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer da satisfação com que compareço, pela segunda vez, ao Plenário do Senado Federal, para interpeleções sobre temas de interesse nacional, especialmente da economia brasileira.

Era minha intenção, conforme conversei um pouco antes com o Presidente Nelson Carneiro, ceder o meu tempo à disposição, para que os Srs. Senadores pudessem usá-lo com um número maior de interpeleções, mas chegamos à conclusão de que seria conveniente, até pelo rígido tempo estabelecido pelo Regimento para perguntas e respostas, que fizéssemos uma breve introdução a respeito dos objetivos, instrumentos e resultados do chamado Plano Verão.

O Plano Verão teve e tem dois grandes objetivos:

O primeiro, o de evitar a hiperinflação que se avizinhava. Todos se recordam de que a inflação começara a mudar rapidamente de patamar no segundo semestre de 1988; chegou a vinte, no princípio do semestre, alcançou 24%, em meados do semestre, foi a 28%, ao final do ano, e caminhava rapidamente para mudar de patamar, novamente para 30%, ou mesmo acima destes, no primeiro semestre de 1989.

Tudo indicava, portanto, que estávamos em marcha ascendente que poderia se tornar incontrolável, na medida em que essa mudança de patamar ocorria, em primeiro lugar, mais rapidamente, e em segundo lugar, a níveis cada vez mais elevados.

O Plano, portanto, tinha esse objetivo, e o alcançou plenamente; a inflação caiu de aproximadamente 35% medido pelo INPC no mês de janeiro para 3,6%, medidos pelo IPC com o vetor no mês de fevereiro.

Mas, mesmo que usemos o INPC, que não contém o vetor, há claros sinais de uma desaceleração da inflação; a situação cai 35% em janeiro, para 16% em fevereiro e para 5,9% em março.

O segundo objetivo do Plano é o de manter a inflação a níveis relativamente baixos. Relativamente baixos subentendem-se níveis que o Brasil e outros países da América Latina enfrentaram, no limiar da crise da dívida externa ou logo após o setembro negro de 1982, quando toda a América Latina ingressou num período difícil de sua história econômica, com a elevação dos desequilíbrios e um reflexo imediato disso, em termos de aumento de preços, salvo alguns casos muito isolados. Tivemos, inclusive, nesse período, um país que efetivamente entrou em hiperinflação, que foi a Bolívia.

Tivemos o cuidado de anunciar à opinião pública, desde o início, que o Plano não possuía nenhum objetivo de zerar a inflação. Isso porque temos plena consciência de que a inflação reflete os fortes desequilíbrios por que passa a economia brasileira: desequilíbrios de destruição de renda, desequilíbrios de desenvolvimento regional, desequilíbrios, sobretudo, no setor público. O setor público é, sem dúvida alguma, o setor mais desequilibrado da economia brasileira e enfrenta, certamente, o maior nível de desequilíbrio da história recente do País. É o de um virtual colapso das finanças públicas, que tem implicações muito sérias no nível da atividade econômica, nas expectativas dos agentes econômicos e nas taxas de inflação.

Sem resolver todos esses problemas estruturais que requerem tempo, determinação, obstinação até, dificilmente, vamos ter no Brasil níveis de inflação semelhantes aos observados em países industrializados. É uma grande tarefa que a sociedade brasileira tem pela frente — a de atuar nos problemas estruturais da economia brasileira, incluindo, sobretudo, os do setor público.

O Plano contou com alguns instrumentos. O instrumento chamado heterodoxo, em oposição aos ortodoxos, que foi o congelamento geral de preços, por um período limitado de tempo, e para os salários, o fim dos reajustes mensais pela URP. No campo ortodoxo, o Plano se apoiou em dois pilares: uma política fiscal que, nas circunstâncias, era o que o Governo poderia fazer da melhor, e que trazia uma novidade, a de que o Governo não gastaria mais do que arrecadasse, e só emitiria títulos públicos para a cobertura dos juros da dívida e para rolagem do principal. Essa regra é lei aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei nº 7.730.

Um outro foi a política monetária, que se baseou em taxas de juros fortemente elevadas, durante um período com o objetivo, em primeiro lugar, de quebrar a expectativa dos agentes econômicos sobre o caminhar do programa e, em segundo lugar, de evitar a especulação com ativos reais e com estoques. Certamente grande parte desses objetivos foi atingida.

Ao lado disso houve uma decisão, que foi nova em programas de estabilização no Brasil: a da extinção da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional. Essa extinção era necessária naquele momento, não pelo título em si, mas pelo que ele representava em termos de mecanismo de indexação oficial da economia, ou seja, a OTN funcionava como uma moeda, uma unidade de conta largamente utilizada pelos agentes econômicos; estava entranhada na política fiscal, na legislação tributária, nos contratos. Imaginávamos que poderíamos manter a economia menos indexada — quem se der ao trabalho de ler a Lei nº 7.730 verificará, inclusive, que a expressão correção monetária continua em alguns dos seus dispositivos. Portanto, o Governo não desindexou totalmente a economia. Acho que seria até ingenuidade imaginar que, com a memória inflacionária, ainda presente na sociedade brasileira, com os problemas estruturais ainda não resolvidos, com o potencial de inflação evidente, pudéssemos deixar a economia totalmente desindexada. Um dos nossos objetivos foi o de retirar do Governo o monopólio do instrumento central de indexação da economia brasileira. A nossa idéia era a de que numa economia amadurecida, os agentes econômicos encontrariam os seus próprios mecanismos de indexação permanente: os salários, o mercado financeiro, os contratos, encontrariam seus indexadores. Enfim, imaginávamos que a economia brasileira partiria para esse estágio, pois estava madura para isso. A verdade é que essa expectativa não se confirmou. O costume de ter o Governo como sinalizador, como balizador do processo de indexação era muito mais arraigado do que se imaginava. Costumamos dizer que mesmo os segmentos mais sofisticados da economia brasileira sentiram-se órfãos da presença do Governo como elemento de indexação.

Quais os resultados do Plano? Como eu disse antes, o primeiro resultado, indiscutível, é que ele deteve o processo ascendente de inflação e, portanto, afastou a possibilidade de ingresso rápido numa hiperinflação.

Os números de inflação que foram apresentados à sociedade brasileira — 3,6%, em fevereiro; 6,09% em março — e o número de 6,09% não estava nas previsões nem do Governo, nem do mercado — não podem indicar um processo de volta rápida aos números anteriores de inflação, tanto assim que as três primeiras semanas do IPC de abril, a menos que haja alguma surpresa de última hora, indicam uma estabilidade ao nível em torno de 6%.

Ultimamente tem-se discutido muito dois tópicos que têm a ver com o lado do Plano Verão. O primeiro é a questão da taxa de juros, aliás, objeto de minha convocação — falar também sobre a política da taxa de juros. Tem-se apregoadado que o Governo fez uma política de taxa de juros — alguns exageram — suicida; outros que dizem que provocou um estrago tremendo na política fiscal, incluindo dificuldades adicionais para o manejo da política fiscal e do déficit público.

O segundo tópico, que repercute mais do lado dos empresários e de alguns consultores, é o de que o Governo passou ao largo do problema fiscal e deixou ao Plano a alternativa exclusiva de taxa de juros como mecanismo de controle da demanda.

Gostaria de fazer alguns comentários sobre isto. Em primeiro lugar, quanto à dívida pública. Um jornal de Brasília publicou, um dia desses, que a dívida pública interna teria chegado a 40% do PIB. Apresentei dados exatamente contrários na Câmara Federal, mas o jornal insistiu, dizendo que eu havia mandado o Banco Central mudar os dados. Isto é um negócio muito sério! O Banco Central não pode mudar dados da economia dessa forma. Assim, trago agora, ao Plenário do Senado, esses números.

Em primeiro lugar, o custo da política de taxa de juros para a dívida imobiliária interna: se tomarmos o primeiro trimestre de 1989, e fizermos uma comparação entre taxa de juros nominal praticada pelo Banco Central no mercado aberto e o deflator que permite o cálculo do juro real, verificaremos o seguinte: no primeiro trimestre, o rendimento nominal efetivo das Letras Financeiras do Tesouro Nacional alcançou 76,13%. No mesmo período, o INPC alcançou 66,93%; o Índice de Preço ao Consumidor, o IPC, 87,15%. Isso significa que se tomarmos o IPC como deflator, o custo da política monetária, no período em que ela foi mais intensa, isto é, no primeiro trimestre 89, o juro real pago pelo Tesouro foi de 5,51%. Se tomarmos como deflator o IPC, o que inclusive do ponto de vista técnico é mais correto, esse custo é negativo — menos 5,89%.

Vejamos a questão da dívida pública. A dívida pública mobiliária da União, em poder do público, que é a dívida que conta, era, ao final de 1988, de 11,2% do PIB. Esta é a cifra correta.

Acontece que alguns estão cometendo uma confusão metodológica. As pessoas estão tomando a dívida pública ao final do ano e comparando-a com o PIB. Só que o PIB é uma média. Ao comparar um saldo de fim de ano com uma média, comete-se um grave equívoco aritmético. Média se compara com média. Essa é a técnica universal de se medir a dívida pública como proporção do PIB. O correto, portanto, é utilizar dívida média no ano sobre PIB, que é uma média. A dívida mobiliária em poder do público é, como disse aqui, 11,2% do PIB.

Se considerarmos os títulos que estão na carteira do Banco Central — embora em nenhum país se considere essa dívida como medida do endividamento público — a relação seria de 19,4%. Ainda assim, muito abaixo do que se observa em outros países.

Tenho usado muito um artigo escrito pelo Deputado Federal César Maia, que usa uma revista insuspeita, a *DER SPIEGEL*, para fazer comparações sobre a participação da dívida pública como porcentagem do PIB em outros países. Por exemplo: na França é de 39,9%, na Alemanha, 44,4%, na Grã-Bretanha, 50%, nos Estados Unidos, 52,2%; no Japão, 68,8%; na Holanda, 83,1%; na Itália, 112,7%; na Bél-

gica, 128,5%. Ele não menciona aqui, mas há um outro país digno de menção nessa matéria, que é Israel, onde a dívida pública é de 150% do PIB. Em termos relativos, é mais de 10 vezes, proporcionalmente, a dívida interna brasileira.

O problema da dívida interna não é tanto o seu volume mas o seu financiamento. Nesse ponto, há de se reconhecer, a dívida interna brasileira difere da dívida interna de outros países, sobretudo os aqui mencionados. O perfil da dívida interna brasileira é que preocupa, porque ela é basicamente girada no dia a dia, nas operações de *overnight*.

Não há nenhuma evidência de que a política de taxas de juros praticada nas semanas iniciais do Plano Verão tenha trazido a dívida pública brasileira para uma situação de agravamento. Calcula-se que, ao final do ano, mantida a tendência que começamos em princípios de abril, de redução gradual da taxa de juros, o encargo da dívida deve ficar ao redor de 3,5 a 4% do PIB, que, comparado ao período anterior — 1988 — indica um crescimento de 1 a 1,5% do PIB. Isso, no conceito de competência; no conceito de caixa, seria ainda menor. Considerando que o custo da dívida aumentaria de qualquer forma, mesmo sem o Plano Verão, pode-se raciocinar que se o preço para evitar a hiperinflação, for um aumento na dívida pública da ordem de 1 a 1,5% do PIB, mesmo 2% do PIB, na minha avaliação, é um preço que compensa. Pior do que isso seria a desorganização econômica e, por consequência, social, que decorreria de um processo de hiperinflação.

Análises apressadas tem levado, inclusive, alguns economistas a estimar que o déficit público, este ano, será de pelo menos 10% do PIB, em termos operacionais. É um número que, esperamos, a prática venha a desmentir, porque baseado em mero sentimento, em cálculos feitos por esses economistas sem a adequada consideração dos números efetivos do Tesouro Nacional.

Como temos anunciado, estamos entrando agora numa fase de ajustes do Plano Verão. Duas das medidas dessa fase já foram divulgadas. A primeira, o início de um processo de desvalorização cambial. Sempre declaramos que a taxa de câmbio não estaria congelada, porque, se assim o fosse, iríamos utilizar a taxa de câmbio como mecanismo de combate à inflação, prática essa que trouxe, em outros países, resultados desastrosos, porque inviabiliza o comércio exterior, dificulta as exportações, estimula as importações e pode levar rapidamente o País a uma crise cambial. Sexta-feira, como se sabe, fizemos a primeira desvalorização do câmbio, de 15 de janeiro para cá, de 3,2%. A idéia é de, doravante, a intervalos incertos, continuar o processo de ajustamento de câmbio às necessidades do comércio exterior do País. Provavelmente, nos próximos dias, deveremos estar indicando ao mercado uma regra que será seguida pelo câmbio para eliminar incertezas na realização de negócios de comércio exterior e, também, evitar que essas incertezas alimentem a especulação no mercado paralelo do dólar.

Uma segunda medida foi um alinhamento de preços, o segundo já feito dentro do Plano Verão, que teve o objetivo de atacar os casos mais críticos, que apresentavam defasagem e, com isso, evitar problemas de abastecimento, que tantos transtornos causam à população.

Estamos examinando algumas medidas adicionais, entre elas a definição de uma regra mais clara de reajustes de preços para a economia. Ainda não concluímos todos os estudos mas, deveremos fazê-lo até o final da semana. Já os submetemos ao Presidente da República e S. Ex.^a deverá submeter ao Congresso Nacional, como medida provisória, uma reposição de perdas salariais com o objetivo de manter os salários ao nível da média de 1988. Isto deve implicar um reajuste de 13,13% e, dependendo da data base, um pouquinho menos. Por exemplo: os que têm data-base em janeiro e seguiram estritamente a legislação salarial, devem ter um reajuste de 11,74%, se não me engano.

Deveremos continuar fazendo os ajustes necessários. Estamos prestes a concluir os estudos sobre a reintrodução da indexação oficial para alguns contratos e transações no mercado financeiro. A constatação é de que, ao contrário do que esperávamos, o mercado não encontrou o seu mecanismo próprio de indexação, segundo os interesses de cada grupo da economia. Não pode assim o Governo deixar que essa indefinição, que essa orfandade — digamos assim — se transforme em uma aceleração indesejável do processo de dolarização da economia brasileira. A economia brasileira, dentre as que experimentam processos inflacionários crônicos, é a de menor grau de dolarização. E não devemos permitir que esse grau se amplie, porque tem implicações sérias do ponto de vista das expectativas, do ponto de vista do controle da inflação.

Estamos optando pela reintrodução de um título público que tenha mecanismos de indexação associados a um determinado índice de preços, provavelmente o IPC, como era o caso da OTN.

As perspectivas são de que, com os ajustes que estão sendo introduzidos, possamos reduzir o grau de nervosismo que se apoderou do mercado nos últimos 15 dias. Como tive ocasião de dizer em São Paulo, a indefinição neste momento pode ser mortal.

É claro que o ideal seria, como reclamam alguns segmentos da opinião pública brasileira, um grande esforço adicional no campo fiscal. O grande esforço que está sendo feito é de o Governo gastar só o que arrecada. É preciso, por outro lado, deixar claro, como já temos feito de maneira pública, e o faço aqui novamente, que são estreitas, e se estreitaram ainda mais nos últimos anos, as margens de manobra da política fiscal.

Hoje, 1989, segundo o Orçamento Geral da União, o Governo dispõe de margem de manobra de apenas 8% da receita pública. Isto é, 92% da receita pública, fora operações de crédito, estão automática e inexoravelmente comprometidos e devem ser gastos também automática e inexoravelmente. São gas-

tos com pessoal, transferências constitucionais a estados e municípios, custo da dívida pública e as chamadas outras vinculações constitucionais, como, por exemplo, o Pis/Pasep e o Finsocial, que em muitos casos estão vinculados a aplicações específicas determinadas pelo Congresso Nacional. Portanto, eu diria que é até injusto afirmar que o Governo Federal não fez a sua parte no processo de ajustamento fiscal. Fez. O Plano Verão implicou cortes de aproximadamente 50% dos itens sobre os quais o Governo tem domínio.

É claro que, para que a política fiscal se torne menos inflexível, devemos exigir, no futuro, revisões profundas, estruturais, no setor público. Como eu disse no início da minha exposição, isso vai demandar tempo, muita determinação, muita negociação.

A perspectiva é que com esses ajustes mantenhamos a inflação em nível relativamente baixos, comparáveis aos níveis do fim da década de 70, princípio da década de 80, e, certamente, longe das condições para que ela volte, novamente, e possa provocar um processo de desorganização social, econômica e política, que certamente adviria se uma hiperinflação instaurar-se na economia nacional.

Das anotações, Senador, feitas desde o nosso encontro em seu Gabinete, essas são as informações que pude trazer à consideração de V. Ex^a e dos demais Membros do Senado Federal.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra, inicialmente, ao nobre Senador Marcondes Gadelha, não só por ter sido o autor do requerimento de convocação mas também em razão de permuta com o nobre Senador Ronan Tito, primeiro inscrito para interpelar o Sr. Ministro.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Mairson da Nóbrega quero cumprimentar V. Ex^a pela clareza da sua exposição e por alguns resultados efetivamente obtidos com o chamado Plano Verão, basicamente no que diz respeito ao fato de evitar-se o ingresso da hiperinflação neste País.

A razão da convocação de V. Ex^a foi exatamente essa análise do Plano Verão, mas, sobretudo, a política de juros atualmente posta em prática no País. Preocupamo-nos, Sr. Ministro Mairson da Nóbrega, com essa política desde o primeiro instante em que foi lançada. V. Ex^a há de convir que era um fato inteiramente inusitado em política econômica no Brasil. Eu, pelo menos, não conheço antecedentes de taxas tão altas. As justificativas de inibir o consumo, de certa forma, foram atendidas; outras, nem tanto, como, por exemplo, de evitar-se a especulação com moeda forte, o que evidentemente não aconteceu. Estamos com um ágio, hoje, de 114%, e mesmo assim são discutíveis as interações dessa política de juros com a política fiscal. V. Ex^a lembrou bem o que foi dito semana passada pelo Prof. Carlos Alberto Lonyo, de que vamos para um

déficit público de 10%, até o fim do ano. O Sr. João Manoel Cardoso de Mello afirma que já estaríamos entre 4% e 6%. Prefiro acreditar em V. Ex^a, mas ainda assim, Sr. Ministro, existiria uma dúvida quanto à oportunidade, sobretudo da intensidade desta política de juros, porque ela tira ou tiraria o essencial do Plano Verão, que é a busca de credibilidade.

Na cabeça da população, inflação é igual a custo do dinheiro. Essa associação é difícil de aluirmos, é extremamente difícil separar a noção de custo do dinheiro; o povo, a população, no mínimo, fica com a impressão de que temos um quisto no mercado financeiro pronto a se abrir mais adiante quando se relaxarem os controles sociais sobre preços, salários, etc. Esse é um aspecto.

O outro é o problema da recessão, a inibição de investimentos. O Produto Interno Bruto deste País, há muito tempo, não cresce, de uma forma conspícua. Não é visível o seu crescimento. Temos a convicção de que estão entesourados no mercado financeiro algo como o equivalente a 50 bilhões de dólares. Isso, num País carente de investimentos, num País onde há muito tempo não entra um centavo de dólar externo, algo significativo, num País onde a poupança interna se encontra dessa maneira. No mercado financeiro nós esperávamos que se encontrasse uma forma de transferência controlada desses recursos para o setor produtivo, para o aumento da produção. Essa era a expectativa da Nação. Ao contrário, o que se viu foi a queda de produção no setor industrial de até cerca de 9%, como está nos jornais, ultimamente.

A minha pergunta, Sr. Ministro: o que vai acontecer daqui por diante com os juros reais? (O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

Já encerro, Sr. Presidente.

Nós estamos numa fase de reajuste do Plano Verão. Foi introduzido um novo indexador e o que importa é saber o que vai acontecer daqui por diante com os juros reais.

Esta é a minha primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro Mairson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MAIRSON DA NÓBREGA — Em primeiro lugar, Senador, o objetivo principal da taxa de juros elevada não foi o de evitar especulação no mercado paralelo do dólar; foi evitar especulação com estoque de mercadorias. A especulação no mercado do dólar se procede por vários outros estímulos, impulsos. Em primeiro lugar, é um mercado reduzido. Uma grande conhecedora do mercado, professora da Fundação "Getúlio Vargas", a Sr^a Pechman, disse outro dia, na televisão que o mercado paralelo de dólar no Brasil deve negociar diariamente algo como vinte milhões de dólares. Portanto, seria um mercado da ordem de quatro a cinco bilhões de dólares — sendo que já foi muito menos do que isso, dois bilhões e meio, três bilhões de dólares — o que se compara, por exemplo, com transações com o exterior de bens apenas, importações e exportações de mercadorias da ordem de cinquenta bilhões de dólares.

Se considerarmos as outras transações financeiras do País com o exterior, esse mercado não representaria senão algo como 5% a 10% do total das transações de câmbio no Brasil. Portanto, é um mercado altamente susceptível à especulação, mesmo com taxas de juros elevadas. A nação de que a inflação é igual ao custo do dinheiro é, realmente, uma percepção que está arraigada numa parcela da população, sobretudo, do empresariado brasileiro. Mas, devemos verificar se essa taxa de juros elevada produziu algum resultado, se o custo que ela trouxe para o Tesouro, que não é tão elevado quanto se falou, resultou em algo. E resultou. Por exemplo, foi a taxa de juros elevada que permitiu uma rápida negociação entre indústria e varejo no início do período de congelamento. Não é sem outra razão, por exemplo, que mais de noventa dias depois da implementação do plano são relativamente pequenos os casos de desabastecimento do mercado, comparativamente ao Plano Cruzado, que já na sua segunda semana enfrentou sérios problemas de abastecimento.

Um outro resultado que se extrai da política de taxa de juros: a antecipação do fechamento dos contratos de câmbio, que, se por um lado, criou dificuldades adicionais à execução da política monetária por que é um mecanismo de expansão de liquidez, por outro lado, trouxe, no período de transição, uma tranquilidade ao País em termos de reservas internacionais. Funcionou como um empréstimo-ponte.

Só para V. Ex^a terem uma idéia, as reservas internacionais do País cresceram, aproximadamente, 3 bilhões de dólares nos dois primeiros meses do Plano Verão. Evidentemente, isso é uma antecipação; isso vai voltar ao seu ritmo normal, esse ritmo de acúmulo adicional de reservas não se sustenta por longo tempo.

Então, existem vantagens. Programas desse tipo correm, normalmente, o risco de provocar uma crise cambial pelo aumento das importações e pela redução das exportações que decorrem do aumento de demanda interna. Sobre a recessão, nós tínhamos margem para um grande debate — mas, na verdade, eu só queria fazer uma observação sobre o que disse V. Ex^a.

V. Ex^a repete o que diz grande parcela da sociedade brasileira, grande parte da opinião pública: nós vimos — V. Ex^a não usou esta expressão — numa ciranda financeira...

O SR. MARCONDES GADELHA — Exato!

O SR. MINISTRO MAIRSON DA NÓBREGA — ...que seria aquela situação em que é melhor investir no mercado financeiro do que na produção. Isso é resultado de quê? É resultado único e exclusivo de um processo inadecuado de endividamento público.

Quer dizer, não há saída para este problema, sem que se faça uma grande reestruturação no setor público, que leve, de um lado, o déficit público a níveis suportáveis pela economia e, de outro, à redução de incertezas que permitam ao Tesouro e ao Banco Central mudar o perfil de financiamento da dívida interna.

Existe uma solução irresponsável que alguns, que não conhecem as consequências

disso, têm apregoado, que é o puro e simples calote da dívida interna. Alguns dizem isso com outras palavras: reestruturação da dívida interna, enfrentar o problema financeiro da dívida interna, mas, no fundo, estão falando a mesma coisa. Seria uma loucura, levar um País, como o Brasil, que necessita do instrumento de endividamento público, a liquidar, de uma vez por todas, o crédito público.

Respondendo, finalmente, a sua pergunta: Qual vai ser a trajetória da política de taxa de juros? Será certamente uma trajetória diferente dessa que ocorreu até agora. Dissemos isso desde o início. Não posso dizer a V. Exª quais seriam as taxas de juros que o Banco Central praticará no futuro. Na realidade, ninguém pode prever isso. Vai depender, primeiro do acompanhamento conjuntural que fazem o Ministério da Fazenda, a Seplan e o Banco Central, e, segundo, das necessidades de regulamentação da liquidez, através da política monetária. Certamente, não serão as taxas de juros que praticamos nos três primeiros meses do Plano.

V. Exª deve recordar-se — eu disse aqui — que a taxa de juros nominal, no mês de fevereiro foi de 18,95%, no mês de março foi de 20,41%, e no mês de abril, até hoje, a taxa aponta para uma média de 11,8%, 11,9%.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª quer usar o direito de réplica?

O SR. MARCONDES GADELHA — Quero usar os meus dois minutos, não para réplica, mas para uma pergunta muito rápida.

Senhor ministro, sabemos, e disso fomos informados, que o Governo não pretende envolver-se com a política salarial de agora em diante, mas que estaria inclinado a adotar uma das propostas que estão em tramitação no Congresso Nacional. Existe uma proposta, que é particularmente simpática à maioria dos Congressistas, e que parece dotado de uma boa dose da racionalidade, que é a proposta do Deputado Osmundo Rebouças. V. Exª dela já deve ter ouvido falar. Basicamente, refere-se a um reajuste mensal sempre que a variação da inflação ultrapassar 5%, e o reajuste trimestral, da parte que não tenha sido reajustada a cada mês, nesta hipótese.

Gostaria de saber a opinião de V. Exª sobre essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Ministro Mailson da Nóbrega. A Presidência lembra que V. Exª dispõe de apenas dois minutos para responder.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — tentarei fazê-lo neste período, Sr. Presidente.

A posição do Governo tem sido a de que a melhor política salarial seria aquela que permitisse uma livre negociação entre trabalhadores e empresários, o Governo garantindo, no mínimo, o salário mínimo ou alguma regra para as categorias de menor poder de barganha.

O que temos dito é que das propostas salariais, sob apreciação do Congresso Nacional,

a que menor problema causaria aos objetivos de estabilização seria apresentada pelo Deputado Osmundo Rebouças. Não quero dizer com isto que existia, por parte do Governo, algum interesse em patrociná-la. Ainda há muita coisa a definir na proposta do Deputado Osmundo Rebouças: temos várias dúvidas operacionais, como por exemplo, como se pratica a trimestralidade, a partir de que data, como fica a data-base. Ela tem um inconveniente, neste momento, que é a existência de um gatilho, o gatilho, que funcionou na economia brasileira, é de triste memória, eu diria, tanto para os assalariados quanto para o resto da economia.

Em resumo, o Governo é favorável a que se caminhe para uma livre negociação. Acharmos que a organização sindical, no Brasil de hoje, é diferente daquela que existia na época das primeiras políticas salariais em 1964. A maturidade do setor empresarial também é muito maior. Portanto, já é hora de o Governo começar a sair de cena e deixar que o mercado se ajuste por si mesmo em questões salariais. É evidente que o Governo vai ter que ter algum mecanismo de controle dos oligopólios, já que não temos a competição externa para contrabalançar a capacidade de transmitir aos preços os aumentos salariais, que é característica de alguns setores da indústria brasileira; se não há competição externa, há que existir a presença do Governo no controle de preços em monopólios e oligopólios, na hipótese de uma liberdade de negociação salarial.

O SR. MARCONDES GADELHA — Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Concedo a palavra ao nobre Senador Odaírcio Soares. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad que terá cinco minutos para a interpeleção.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Sem revisão do orador.) — Ministro Mailson, eu pediria a V. Exª que nos informasse o montante de pagamento de serviço da dívida externa, a partir da edição do Plano Verão, e o montante de dinheiro novo que ingressou no País.

Esta é a primeira pergunta.

A segunda pergunta diz respeito a uma contradição. Toda a publicidade do Governo federal está calcada em cima da frase "Tudo pelo social". Infelizmente, V. Exª acaba de informar à Casa que nada sobra, e apenas 8% do orçamento não está, na realidade, já comprometido no pagamento de pessoal, transferências a estados e municípios, custos da dívida pública, PIS, Pasep, etc.

V. Exª declarou — não sei se entendi bem — que qualquer alvo pelo social está estagnado neste momento. Nada poderá ser feito porque não há como fazê-lo dentro do orçamento, já completamente comprometido com essas especificações que coloquei inicialmente.

Quando diz que há um risco no "gatilho". V. Exª também interpreta como "gatilho" os

realinhamentos dos preços? Porque a verdade é que nós já tivemos dois realinhamentos de preços — é para se evitar dizer que é um reajuste de preços, fala-se em realinhamento. Quanto aos salários, que já tinham sido congelados no pico mínimo e os preços no pico máximo, verificamos na prática, que há uma defasagem violenta dos salários, levando a uma recessão. A prova é que cada vez mais o Fundo de Participação dos Municípios é menor, porque o ICM tem caído em todos os estados. Isto é uma prova de que se compra menos, porque não há como poder comprar por falta de dinheiro.

Queria colocar mais uma pergunta a V. Exª, que é a seguinte: falou-se, decantou-se que o superávit da balança comercial do ano passado foi de 19 bilhões de dólares. No entanto, pelo que se sabe, nada restou para entrar no Tesouro, tudo ficou para pagamento de juro de dívida e outros compromissos externos. Queria que V. Exª desse à Casa uma explicação mais detalhada a respeito desses 19 bilhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Com relação à primeira pergunta realmente não disponho; aqui, de informação alguma. O Senador há de imaginar que o Ministro da Fazenda não poderia ter de cor todos os números da economia nacional, mas me comprometo a encaminhar a V. Exª, tão logo tenha às mãos, os dados de pagamentos de juros no primeiro semestre.

Eu gostaria de saber que tipo de pagamento de juros, todos? Bancos, Banco Mundial,...

O SR. JAMIL HADDAD — O que nós pagamos de juros da dívida, o serviço da dívida externa do País.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Também teremos que fazer o levantamento de quanto entrou...

O SR. JAMIL HADDAD — Quero saber se entrou dinheiro novo, porque tenho uma informação que desejo que V. Exª a confirme: num determinado dia nós pagamos 1 bilhão e 300 milhões de dólares aos credores e teriam, entrando, 2 dias antes ou 2 dias depois, 600 milhões de dólares.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Esta questão eu posso responder.

O SR. JAMIL HADDAD — Desejo a confirmação de V. Exª porque isso foi publicado nos jornais, e, se possível, uma explicação.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Essa foi a informação publicada pelo jornal *O Globo* e é uma informação destituída de fundamento. O jornal utilizou os pagamentos do principal que o País fez de maneira simbólica, uma vez que não se remete principal para o exterior; isso gera um depósito automático no Banco Central. Aquela época da publicação do jornal *O Globo*, nós tínhamos pago 200 milhões de dólares de juros e não 1 bilhão e 300 milhões de dólares. Portanto, o restante

foram amortizações que não são remetidas ao exterior. O Brasil não paga o principal de sua dívida externa desde 1982. Se era essa a informação de que V. Ex.^a precisava...

O SR. JAMIL HADDAD — Quero dizer que me causa espécie V. Ex.^a nos dar a satisfação e a honra de vir a este plenário prestar esclarecimentos e não ter podido trazer dados referentes ao problema da dívida externa, que seria o enfoque natural colocado neste momento na presença de V. Ex.^a

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Eu tenho, Sr. Senador — eu não tenho são informações de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro. Fazendo soar a campainha.) — Eu pediria ao nobre Senador Jamil Haddad que esperasse a conclusão do Sr. Ministro porque, depois, V. Ex.^a terá 2 minutos para fazer as observações.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Mas, como estava dizendo Sr. Senador, eu tenho dados sobre a dívida externa. Eu não tenho são os dados do pagamento de ontem ou até ontem da dívida externa. Prometo encaminhá-los a V. Ex.^a o mais rápido possível.

A questão do "tudo pelo social" é o orçamento. Quando informei ao plenário que o governo tem 92% da receita fiscal, automaticamente comprometidos, o que fiz foi uma constatação. São despesas das quais o Poder Executivo não pode fugir. São despesas com pessoal; são despesas com transferências constitucionais aos estados e municípios; são despesas com o serviço da dívida interna e as vinculações constitucionais e, aí, cabe um esclarecimento, Sr. Senador: a Constituição tomou, adotou, uma medida de profunda repercussão nas finanças públicas, a de transferir para os estados e municípios nada menos do que 1/4 das receitas da União. Isso acentuou um processo de empobrecimento da União que já se observava nos últimos 10 anos — não quero discutir a conveniência ou não, é uma nítida decisão no sentido da descentralização. Para V. Ex.^a ter uma idéia, a União detinha, no princípio da década de 70, cerca de 50% da receita total tributária do País. Com a nova configuração estabelecida pela Constituição, a União vai deter algo como 30% apenas de toda a receita tributária do País. Na minha visão, o que a Constituição adotou foi um nítido processo de descentralização, em que à União não cabe mais exercer e executar todas as funções que lhe eram atribuídas quando detinha metade da receita tributária do País. E nesse ponto se inclui a questão dos gastos sociais. É evidente que o processo de descentralização atribuirá, por definição, uma responsabilidade maior aos estados em questões como saúde, educação e outros itens da área social.

Por outro lado, fizemos questão, na Lei nº 7.730, em que se transformou a Medida Provisória nº 32, de estabelecer que, diante da gravidade do quadro fiscal, a regra de gastar só o que arrecadar deveria afetar o mínimo da área social. Se V. Ex.^a se recorda, o dispositivo

que determina o cumprimento desta regra estabelece várias prioridades, dentre elas, a área social e o pagamento de pessoal dos três poderes.

Outra questão: a do gatilho e o realinhamento. Continuo achando que o "gatilho" é um mal para a economia, é um mal para o trabalhador. Sei que V. Ex.^a discorda. Os países que usaram o mecanismo de gatilho se convenceram de sua ineficácia para proteger o salário dos trabalhadores e acabaram por extinguí-lo.

Com relação ao ICM, as informações de que disponho são um pouco diferentes das de V. Ex.^a É de que a perspectiva do ICM para 1989 é de uma arrecadação substancialmente maior do que a de 1988, até porque vários impostos que eram da competência da União — impostos únicos — passaram a integrar a base do cálculo do ICM. A União perdeu a capacidade de estabelecer a isenção de ICM; passou-se a tributar integralmente as importações de bens de capital e passou-se a tributar, por decisão da Constituinte, recentemente implementada pelo Confaz, a exportação de alguns produtos semi-elaborados. Portanto, a julgar por essas informações e por outras quantitativas de que disponho, no governo e nos próprios estados, não há nenhuma perspectiva de queda do ICM.

Ficou uma questão sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se o ilustre Senador quiser insistir na pergunta, V. Ex.^a poderá responder.

O eminente senador, dispõe, ainda, de dois minutos.

O SR. JAMIL HADDAD — Queria apenas dizer que li — e não vi serem refutadas — declarações do ministro do Planejamento no sentido de que um dos fatores que aumentaram a inflação teria sido o aumento das mensalidades dos clubes, fato que, na realidade, muito me deixou preocupado, porque não posso nem acreditar que essa colocação tenha sido real. E, quando V. Ex.^a fala que temos que gastar — e concordo — o que é arrecadado, causou-me uma grande espécie porque quando a Autolatina, quando a indústria pediu aumento de preço dos automóveis o governo não concedeu, mas, em contrapartida, diminuiu o IPI e, com isso, reduziu a arrecadação no Imposto de Produtos Industrializados, que dizer, um prejuízo total para a população brasileira.

Quero deixar, neste momento, a minha estranheza com a fato de ter diminuído a arrecadação do IPI para facilitar que os carros não tivessem um preço maior, como se os carros fossem artigos de primeira necessidade para a classe menos favorecida.

Eram essas as colocações que eu queria deixar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro Mailson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Em primeiro lugar, a redução do IPI já constava do programa do Governo. Todos se recor-

dam de que a alíquota do IPI sobre o automóvel foi brutalmente elevada em outubro/novembro de 1986 no contexto do chamado Plano Cruzado II. E era intenção do Governo, dita na ocasião e reiterada também pelo Ministro Bresser e por mim, de que nós caminharíamos para restabelecer níveis anteriores de tributação dos veículos com IPI, que é de 28% para automóveis a álcool e, se não me engano, 30%, ou 32% para os automóveis a gasolina.

Por outro lado, a perda de receita decorrente da redução do IPI é relativamente pequena; a perda líquida para a União é da ordem de 116 milhões de cruzados, em torno de 1% da arrecadação total do IPI. Prejuízo maior poderia haver para o País se prosseguíssemos num processo de impasse que geraria paralisação das fábricas por problemas de peças, poderia gerar queda da arrecadação do IPI pela falta de faturamento e, provavelmente, queda de emprego.

Mas, deixe-me aproveitar a ocasião para tentar responder uma questão do Senador, que é a respeito do superávit comercial.

O superávit comercial apenas de bens e mercadorias foi de 19,89 bilhões de dólares. Desse total temos 4,4 bilhões de dólares que são os pagamentos de serviços, exceto juros. Temos aí serviços de frete, seguro, turismo, remessa de lucros e dividendos, e assim por diante. Temos ainda as amortizações nas agências multilaterais. O Brasil, a exemplo de outros países da América Latina, está tendo um fluxo negativo de recursos por parte do Banco Mundial e do BID.

No caso do BIRD, o fluxo negativo no ano passado foi de aproximadamente 700 milhões de dólares.

De juros, nós pagamos cerca de 15 bilhões de dólares, dos quais pouco mais de 10 bilhões referentes ao exercício de 88. É preciso lembrar que foi em 88 que pagamos o acumulado da moratória de 87 e os juros normais de 88. O restante se explica por um movimento de capitais: investimento direto, amortizações e desembolsos das agências financeiras multilaterais, e de parte dos bancos comerciais tivemos, em 1988, recursos novos da ordem de 4 bilhões de dólares.

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, peço apenas a S. Ex.^a, o nobre Ministro da Fazenda, que o mais prontamente possível possa me remeter os dados referentes à remessa e à entrada de apertes.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — S. Ex.^a já assumiu esse compromisso publicamente; de certo, não faltará a ele.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores: dado que o Ministro Mailson da Nóbrega apresentou um quadro otimista do Plano Verão e que o Líder do PFL, Marcondes Gadelha, fez aqui uma arguição de Oposição, sinto-me

espicaçado e na obrigação também, de pedir mais detalhes ao ministro — só que fazendo uma pequena traição a S. Ex^a, porque pedi ajuda da própria assessora do ministério — para atender melhor o porquê desse otimismo: se S. Ex^a tem base, e o porquê das nossas aflições.

V. Ex^a, Sr. Ministro, disse, e com razão, citando dados da *Der Spiegel*, que o montante global da dívida brasileira, com relação ao PIB, parece não assustar, mas diz, também — é verdade que mais de passagem — que a questão fundamental não é do montante da dívida, é do seu perfil e este não é dos mais bonitos.

Recentemente estive verificando os mesmos dados e espantei-me com os da Itália: aquele país ganha de longe do Brasil em matéria de endividamento público, porém o perfil da dívida é confortador; há de dois, cinco e dez anos, enquanto a taxa de juros é mais confortadora ainda.

De modo que, a partir dessa verificação que V. Ex^a mesmo faz, não creio se possa considerar com tranqüilidade que 10% do PIB, de endividamento, seja alguma coisa que não assusta; dez por cento do PIB corresponderão hoje acerca de de — não sei em dólares — provavelmente, 35 a 38 bilhões de dólares. O Orçamento do Brasil é de 59,8 bilhões de cruzados, o que deve corresponder, a grosso modo, nesta nova taxa de câmbio, a cerca de 55 bilhões de dólares. Então, na verdade o montante da dívida em comparação não com o PIB, mas com o orçamento é bem alto.

É mais ainda, a mobilidade que tem o ministro, ou que tem o orçamento — aqui olho para o relator do orçamento, que sabe melhor do que nós — é pequena porque, de pessoal e encargos, 28% são consumidos; 27,2, é o serviço da dívida; transferências a estados e municípios é um quinto e não um quarto, mas 19,4%, outras vinculações, 17,5, e sobram 7,9%, quer dizer, a margem de manobra é muito restrita.

Creio que a perspectiva otimista de V. Ex^a, quando se detalha um pouco mais não é tão otimista assim. Vê-se que esse perfil da dívida é angustiante e o mesmo montante é angustiante.

Quando diz V. Ex^a, com respeito aos encargos financeiros, que 1% ou 2% do PIB não seja de assustar, 2% do PIB vai dar hoje cerca de 7 bilhões de dólares, se não estou equivocado; para quem já está na situação que estamos parece-me já assustador que esses encargos financeiros aumentem ainda mais, porque não vejo como tornar o orçamento equilibrado com essa pressão, vendo aqui o dado que 27% do orçamento já vão por conta do serviço da dívida. Então, isso adiciona a esse encargo alguma coisa que é muita pesada, realmente, e que dificulta o País sair desse túnel em que está.

Digo a V. Ex^a que faço essas considerações sem nenhuma satisfação. Eu até preferiria ficar fazendo considerações mais de acordo com a linha otimista de V. Ex^a, porque vamos discutir daqui a pouco tempo a lei de salários. Se V. Ex^a tem razão no seu otimismo quanto

ao controle que o Plano Verão propiciou à economia brasileira, mais razão terão aqueles que vão batalhar por uma situação salarial diferente da atual. Se conseguirmos controlar agora os fatores que nos afligiram e que levariam à hiperinflação fica muito difícil para o Congresso, que votará a lei salarial, não tomar uma atitude firme que corrija os desníveis salariais.

Nesse aspecto, embora tenhamos tido — o meu partido mesmo tem tido uma atitude quase que de prudência nessa matéria — eu creio que chegou o momento em que essa prudência tem que dar margem a uma consideração mais enérgica no que diz respeito à questão salarial.

Eu verifiquei recentemente alguns dados relativos à distribuição funcional entre capital e trabalho na renda nacional, e a verdade é que se os dados que eu vi são corretos, nós baixamos a participação do capital para trinta e oito por cento.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Salário?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Salário.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — V. Ex^a falou capital.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Perdão, salário!

Em comparação com os Estados Unidos que são 75%, na Inglaterra que são 70%, a situação é dramática. Então, eu gostaria de perguntar a V. Ex^a o seguinte: primeiro, se as minhas observações mais críticas, quanto ao seu otimismo, procedem, tendo em vista os dados de que o próprio governo dispõe. Segundo, se elas não procedem, se já não estaremos na hora de fazermos uma revisão salarial mais a fundo, visto que com relação a todos os outros fatores já fizemos o sacrifício necessário para controlá-los.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro Mailson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Eu acrescentaria mais um detalhe à comparação que o senador fez com o caso italiano; eles têm mais uma vantagem que é a possibilidade de financiar a sua dívida num contexto de poupança financeira muito mais confortável que a brasileira que é a colocação de títulos no exterior, em mercados de capitais muito mais amplos do que aquele a que a economia brasileira, que a dívida pública brasileira tem acesso. Aliás, a dívida pública brasileira não tem acesso há muito tempo aos mercados internacionais de capital. Creio que V. Ex^a não entendeu corretamente o que falei sobre a dívida pública. O que disse é que a dívida pública brasileira não atinge o nível de quarenta por cento publicado num jornal de Brasília; ela é apenas de 11,2%. Mas mencionei também, como V. Ex^a reconhece, o ato de que a diferença que separa a dívida pública brasileira de outros países, é o seu perfil. O fato de ela girar praticamente, todo o dia, no

overnight, não nos faz, em função dessa constatação, absolutamente otimista.

Creio, que não há solução para os problemas estruturais de que padece o País, que extravasa em problemas sociais sérios, sem que resolvamos o intrincado problema do setor público. É um desequilíbrio brutal, jamais visto na história recente do País.

Quando V. Ex^a menciona todos esses dados e como está inflexível o orçamento brasileiro, isso no traz, sem dúvida alguma, níveis adicionais de preocupação, o que mostra que este e os próximos governos enfrentarão sérios problemas de manejo da política econômica, se não fizermos esse grande esforço de mudança estrutural.

Com relação a salário, V. Ex^a tem razão, eu não tenho os dados exatamente aqui. Mas houve uma deterioração da participação dos salários na distribuição funcional da renda nacional. Isso é insofismável, é uma constatação da qual não se pode fugir.

O que se pode comentar em relação a esse fato, senador, é que, primeiro, isso é causa da exacerbação do conflito distributivo no Brasil que, por seu turno, é causa importante de inflação recente. Isso me leva também à reflexão de que um desordenado esforço ou um esforço para uma desordenada recuperação dessa parcela, da noite para o dia, poderá criar maiores problemas do que soluções.

Não tenho dúvidas, já debatemos isso em outras ocasiões, de que há uma diferença básica entre o que pensa o governo e o que pensam os trabalhadores, no tocante à reposição salarial, na recuperação de sua parcela, de sua fatia, na renda nacional. Os trabalhadores lutam pela reposição pelo pico e o governo acha, com base em experiências do passado, com base em estudos, que a recuperação terá que ser pela média. A economia encontra mecanismos, e nesse ponto ela é perversa, de fazer com que aumentos de salários pelo pico se transformem em inflação, que reduzem esses salários para a média.

Não quer dizer que isso deva dar margem a uma posição conformista, nem por parte da classe política, nem por parte dos trabalhadores e nem por parte do governo. Acho que há que se fazer um esforço para, primeiro, evitar que continue a deterioração dessa participação dos trabalhadores na renda nacional; segundo, criar as condições para que haja uma recuperação por um processo ordenado de crescimento da economia. Não estou defendendo que primeiro tem que aumentar o "bolo" para poder dividir. Não é isso.

A experiência mostra que os períodos de maior deterioração dos salários reais e, portanto, de sua participação na renda nacional, são aqueles em que há inflação elevada. Se olharmos, por exemplo, o período de 85/89, verificaremos que o período que maior recuperação de salário produziu foi aquele do Plano Cruzado em que a inflação estava a níveis baixíssimos, menos de 1%.

Portanto, a primeira tarefa terá que ser a de encontrar os mecanismos, inclusive com reformas estruturais, que dêem cobro definitivo à questão das pressões inflacionárias no

País. Por consequência, criar as bases para um processo de recuperação da atividade econômica, pelo menos aos níveis próximos do que obtivemos no passado e que se transfira ao trabalhador, por um processo de negociação, os ganhos crescentes que o processo de recuperação da atividade econômica produzirá. Foi assim em outros países e terá que ser assim no nosso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, V. Exª terá dois minutos, se desejar fazer alguma réplica.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Ministro, V. Exª concorda comigo na questão — são os dados —, temos concordado com os dados obviamente da distribuição funcional de renda e concordará também com o fato de que do Orçamento da União, 27,2% é serviço da dívida e 28% é pessoal, quer dizer, o peso do serviço da dívida é muito elevado, inclusive no gasto público.

Portanto, creio que V. Exª concordará também que chegou o momento de revermos, passado o choque inicial, revermos essa equação entre juros e salários. Podemos até entender, e fomos daqueles que entenderam quando V. Exª baixou o Plano Verão, que dado o risco da hiperinflação, algumas medidas deveriam ser tomadas, mas acho que agora outras medidas deverão ser tomadas. Passado o risco, e V. Exª reafirmou que passou esse risco, as medidas que serão tomadas agora parecem-me que vão na outra direção, na direção oposta. Então, eu perguntaria a V. Exª — sem estrarmos na discussão — se os reajustes serão feitos pelo pico, ou pela média, que esse será um diálogo eterno entre empresários, governo e trabalhadores — se é ou não o momento de começarmos uma reversão nesse processo perverso de distribuição da renda?

Em segundo lugar: se V. Exª concorda que realmente a questão da política de juros, e embora V. Exª tenha apresentado alguns dados a respeito dos juros reais, eu não os captei bem, mas acredito que V. Exª disse que estiveram na ordem de cinco por cento no primeiro trimestre, se V. Exª concorda também que essa matéria sofre um encaminhamento muito mais decidido, sinalizando-se realmente que existe uma tendência a evitar esse juros tão elevados, porque já passou o perigo maior, inclusive, de corrida para ativos financeiros e outra natureza.

Eu perguntaria a V. Exª se concorda com isso.

Por fim, V. Exª falou de medidas estruturais, e entre elas não inclui também V. Exª algumas medidas de natureza tributária, posto que não vejo como sairmos dessa entalada — perdoo-me a expressão — que os números mostram, sem que haja realmente uma recuperação do poder tributário do Estado. Enfim, das receitas tributárias do Estado, tendo em vista que é real que haverá transferências maciças de rendimento da União para os estados e acho que isso é correto. V. Exª interpretou bem, é a descentralização, os estados e municípios arcarão com uma parte das despesas

sociais, é verdade, mas ainda assim acho que os dados são tão aflitivos que não vejo como governar sem aumentar impostos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Primeiro, um esclarecimento: quando falamos nessa participação de 27% no orçamento público, estamos incluindo o endividamento da União pela dívida mobiliária interna, mas também o endividamento com Bancos no País e no exterior. É um número elevado, embora inferior ao que se observa em outros países. A comparação que se faz entre juros da dívida e custo de pessoal do Governo central vai variar de país para país, dependendo do volume da dívida interna. Por exemplo, para mencionar novamente Israel, só na dívida mobiliária interna, o País consome 40% do orçamento público. E não há solução para isso a não ser uma recuperação da carga tributária, que não necessariamente terá que ser feita através do aumento de impostos, mas da redução de incertezas e da reativação da atividade econômica, porque a dívida em si não é má. O problema é se ela pode ser financiada e se ela guarda uma relação adequada com o PIB, e com a receita pública total.

Mas, e a pergunta específica que V. Exª fez?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Uma era essa, como V. Exª encararia; a outra, o salário e os juros.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — A questão dos juros. Evidentemente, nós sustentamos durante todo o período de implantação da fase inicial do plano, que taxas de juros elevadas se justificavam durante um lapso momentâneo em que se precisava quebrar expectativas e atingir outros objetivos, como mencionei aqui. Certamente não pode ser a política permanente do Governo. Seria insensato prosseguir numa política de taxas de juros reais de 10% a 15% ao mês.

Isso se justificou apenas numa fase inicial do plano. Agora, iniciamos uma outra em que a taxa de juros ainda poderá ser um elemento importante de controle da liquidez, mas não aos níveis que prevaleceram durante os meses iniciais do plano.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE) — Sr. Presidente do Senado, Sr. Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, Srs. Senadores, tenho algumas perplexidades a respeito do momento atual, no que concerne à Pasta da Fazenda, e uma delas refere-se exatamente ao salário do trabalhador, que fica como que subjugado pelas outras condições econômicas vigentes no Brasil, neste momento.

Objetivamente, gostaria de perguntar a V. Exª se necessariamente entende-se que o aumento do salário gera inflação; ou se são os

fatos antecedentes, como aumento de preços, que obrigam a subida de salários, se é esse fato antecedente que gera a inflação; se os dois geram a inflação; ou se sempre teremos de confrontar as necessidades do trabalhador brasileiro com a inflação nacional?

Esta é uma explicação que eu preciso obter de V. Exª.

No mesmo momento, louvo a segurança com que o Ministro da Fazenda se porta, aqui, perante o Senado Federal, e quero dizer que a sua presença tem sido de uma importância muito grande, para ilustrar aquilo de que necessitamos conhecer a respeito da realidade nacional.

Outra indagação é, exatamente, sobre o Senado Federal. Sabe V. Exª que a Constituição ampliou as prerrogativas desta Casa, deste Poder, no campo da autorização de operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios. Igualmente cabe ao Senado, pela nova Carta, dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno dessas Unidades da Federação. Tais prerrogativas, no entanto, estão previstas no art. 52, itens 5 e 9, da Constituição em vigor. Há, inclusive, a fixação dos limites globais para o montante da dívida consolidada daqueles entes federativos. Mas tudo isso, Sr. Ministro, é matéria que necessita da iniciativa do Poder Executivo.

Pergunto a V. Exª se o Ministério da Fazenda não poderia dar início a esse trabalho para que a Constituição seja vivenciada nesse campo, nesse aspecto tão importante e tão fundamental para o entrelaçamento dos Poderes, com um controle de um Poder pelo outro, para a harmonia entre os Poderes, porque essa é uma das partes mais sábias, mais importantes da atual Constituição.

Por fim, Sr. Ministro, gostaria somente de entender um detalhe sobre a dívida externa: no momento em que não estamos pagando o principal, mas honrando as despesas financeiras com a dívida externa, o que, objetivamente, fora esse fato que agora aponta V. Exª e que declarou nessa tribuna, tem crescido e tomado mais grave essa dívida externa, quais as necessidades do Brasil que têm levado a esse crescimento estorrecedor da dívida externa? Tem o Ministério de V. Exª papel preponderante no controle dessa dívida? Somente isso, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro Mailson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Muito obrigado.

Em primeiro lugar, na questão sobre se o aumento do salário é inflacionário, precisaríamos de longa discussão e um grande espaço de tempo para discutir sobre a matéria.

Acho que é equivocado dizer que salário gera inflação. Na verdade, a inflação é um fenômeno complexo que envolve o problema do desequilíbrio fiscal; é um problema de como se processou, no caso brasileiro, a industrialização, é um problema de eficiência da

economia; é um problema de como se comercializam as safras, se podemos ou não fazer estoques reguladores; é um problema de dívida externa e seu efeito na dívida interna; é um problema de expectativa pessimista da sociedade em relação ao futuro da economia; é um problema de controle do Governo sobre oligopólios e monopólios; é um problema também salarial.

Quer dizer, mencionei apenas alguns dos fatores que interferem nesse complexo mecanismo de forças que impulsionam os preços numa economia como a brasileira. O salário não é inflacionário; o que é inflacionário é o seu aumento incompatível com as possibilidades da economia. A experiência internacional mostra que, através de um processo de negociação, de um processo de reivindicação, de um processo de luta, o salário ganhou participação na renda nacional em todos os países. Isso se processou por um mecanismo de transferência, aos trabalhadores, dos ganhos crescentes de produtividade, que foram obter na economia mundial, por força da tecnologia, por força de uma série de fatores e, aí voltamos àquela discussão que tive há pouco com o Senador Fernando Henrique Cardoso, de que essa questão do pico e da média tem muito a ver com a ideia de que é ou não inflacionário o salário. Não é o salário, mas o seu aumento inadequado além das possibilidades da economia.

Com relação ao Senado Federal, o art. 52, mencionado por V. Ex^a, dá competência privativa ao Senado Federal para decidir em questões de endividamento externo.

Não era o nosso entendimento, Senador, de que caberia ao Poder Executivo a iniciativa de propor a regulamentação dessa matéria; o nosso entendimento tem sido o de que a partir da promulgação da Constituição não pode a União endividar-se no exterior sem prévia autorização do Senado Federal. E, temos feito isso habitualmente, nas ocasiões em que isso foi necessário. V. Ex^a deve estar lembrado de que um dos acordos da dívida externa, antes de sua celebração com o Clube de Paris, foi submetido à consideração do Senado Federal e aprovado por ampla maioria. Temos encaminhado, habitualmente, operações de crédito da União, especialmente aquelas realizadas com organismos financeiros multilaterais. Mas se é esse o entendimento, pode ficar certo V. Ex^a que nós, do Ministério da Fazenda, iniciaremos desde já um processo, um exame da questão, para que se submeta o mais rápido ao Congresso Nacional, ao Senado Federal, a regulamentação definitiva deste assunto. A regulamentação definitiva, sabe V. Ex^a, vai depender da aprovação final da lei complementar sobre finanças públicas, que vai regulamentar de uma maneira ampla a questão do endividamento interno, a questão tributária, a questão fiscal; isso vai levar algum tempo. Essa lei de finanças públicas vai cuidar, inclusive, pela primeira vez, de questões ligadas ao sistema financeiro público.

Sobre a questão da dívida externa, na verdade, essa dívida caiu nos últimos 2 anos, em lugar de se ter elevado. Por exemplo, a dívida

externa total, em 1987, era de 121 bilhões de dólares; em 1988, era de 112 bilhões de dólares. Se olharmos a dívida externa de médio e longo prazos, a chamada dívida externa registrada, ela caiu de 107 bilhões de dólares para 102 bilhões de dólares, não obstante ter o País obtido adicionalmente 4 bilhões de dólares dos bancos comerciais.

Essa queda substancial em 1988 foi propiciada pelos mecanismos de conversão de dívida externa e, também, por realinhamento de paridades de câmbio entre o dólar e outras moedas. Porém, um dado mais importante para analisar a evolução da dívida externa é a sua relação com a economia brasileira. A dívida externa total registrada, em 1984, era de 50% do PIB, e hoje, em 1988, ela foi de 40% e deve ser de 37,6% em 1989. O Brasil apresenta, trago uma informação adicional para V. Ex^a, dentro da América Latina, uma das relações Dívida/PIB mais baixas da região. Também, pelo fato de as exportações terem crescido e a dívida ter estagnado, e até caído, melhoraram também as relações entre dívida externa e exportações — ou exportação e dívida externa. Para V. Ex^a ter uma ideia, a dívida externa chegou, em 1986, a representar 5 vezes as exportações totais do País. Em 1988, a relação foi 3,3 vezes, podendo ficar em 1989 no mesmo nível, dependendo principalmente de como se comportem as exportações.

Quanto à pergunta final, o Ministério da Fazenda tem uma responsabilidade de coordenar não só as ações que o Banco Central exerce no campo do registro, controle e fiscalização da dívida externa, mas também da negociação que se processa nos vários fóruns internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex^a deseja usar o direito de réplica?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Vou utilizar, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex^a dispõe de 2 minutos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE) — Sr. Ministro, eu ouvi, com muita atenção, as explicações de V. Ex^a, que a mim satisfazem plenamente. Louvo a exposição de V. Ex^a, porque me deixa otimista com relação à dívida externa brasileira. Já é uma grande coisa, no dia de hoje, podermos aplicar um pouco de otimismo à sua alma, a nossa alma.

Devo dizer a V. Ex^a que essa parte relativa ao Senado é fato. Tudo tem sido submetido ao Senado, mas com aquilo que nós chamamos de legislação de adesão, quer dizer, aquelas leis que não colidiram com a Constituição e que, por isso, podem ser aplicadas em harmonia com ela, mas sem serem propriamente a legislação ideal para a Constituição. Espero que V. Ex^a, realmente, cumpra essa preocupação e determine esse estudo, para que logo tenhamos uma proposta governamental, em exame, nesta Casa, que será da maior valia.

Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro Mailson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — É só para concordar com o ilustre Senador de que, de fato, o Ministério da Fazenda está-se utilizando, para a submissão ao Senado Federal, desses casos da legislação que a nova Constituição recebeu pelo processo de recepção; assim dizem os juristas, que é o Decreto-Lei nº 1.312. Mas eu posso prometer a V. Ex^a que iniciaremos, de imediato, estudos no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com vistas à proposição de regras novas, adaptadas à nova Constituição, para efeito do controle, pelo Senado Federal, do endividamento público da União, dos estados e dos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Ex^a

Com a palavra o nobre Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Sr. Presidente, permita-me quebrar a solenidade dos debates e arguir daqui mesmo.

Ministro Mailson da Nóbrega, infelizmente, não teve a felicidade de ser economista. E pago caro por isso. Principalmente, nos finais dos meses, quando vou tentar compatibilizar a minha receita com as despesas, num País de perplexidades, de indagações. Mas a presença de V. Ex^a, hoje, me ensina a oportunidade de aprender um pouco mais, inclusive buscar encontrar soluções para determinados problemas que, eu diria, até mesmo, pessoais. Se pessoais, eles atingem, diretamente, a todo cidadão brasileiro.

Vou desdobrar a minha indagação a V. Ex^a em três momentos fundamentais.

Esta política claramente recessiva, praticada pelo Governo, com taxas de crescimento negativas — os níveis de desemprego mostram isso — não está criando uma situação de ingovernabilidade para o próximo Governo? Logicamente, me preocupo — exatamente por desconhecer a Economia — com o que possa advir, no futuro.

A outra questão, Ministro, também preocupante, é que esse atual Governo já chegou a ser considerado o Governo da esperança. Está chegando a seu final, melancolicamente fadado a passar para a história, analiso eu, como o mais execrável e impopular, por uma série de passagens que assistimos em todo o território nacional.

V. Ex^a é o quarto Ministro a ocupar a Pasta da Fazenda e a economia nacional continua a viver uma das piores crises. Citaria os contrastes: supersafras convivendo com a fome; superávits comerciais insistindo em viver com a pobreza e com baixos salários. Tudo nos leva a crer que a economia brasileira obtém bons índices — V. Ex^a inclusive expôs sobre isso e o povo brasileiro vai mal. E a isto cabe uma indagação. A que V. Ex^a atribui isso? À dívida externa? À má administração? E perguntaria ainda mais ao Ministro Mailson da Nóbrega: O que amarra o Brasil? Seriam as imposições das entidades financeiras ou dos nossos chamados credores internacionais?

Finalmente, Ministro, há muito que os títulos da dívida brasileira vêm sendo negociados no exterior por 30, 40% do seu valor nominal, segundo informações que colhi. V. Exª poderia explicar-me por que o Brasil continua pagando o serviço da dívida pelo valor integral?

Estas são as indagações iniciais que faço a V. Exª

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Não sei se é infelicidade ou felicidade do Senador Iram Saraiva não ter sido um economista porque, como não é economista, pode discorrer livremente sobre os mais variados assuntos dessa complexa ciência sem o risco de dizer impropriedades ou, pelo menos, assumindo o risco de não dizer uma impropriedade, como se costuma dizer, é como o técnico de futebol. Todos nós somos um pouquinho de técnico e podemos gostosamente dar opiniões sobre a formação do time, porque não temos a responsabilidade de dirigi-los nos embates no campo de futebol.

Vou comentar especificamente — não sei se vai dar tempo — eu precisaria de uns 10 minutos, pelo menos, para comentar todas essas questões.

A primeira é a de que sou o quarto ministro da Fazenda do atual governo e a economia continua com problemas, o que me leva ao seguinte comentário: V. Exª, como grande parcela da sociedade brasileira, imagina que há no ministro da Fazenda a capacidade mágica de, por um toque, por uma ação, por um conjunto de medidas, resolver da noite para o dia as questões nacionais. Esse é um cacete que criamos ao longo do tempo e dele não conseguimos nos livrar.

Na verdade, a responsabilidade pela crise, pela condução da crise ou pela busca de soluções da crise não pode ser de uma pessoa, nem mesmo de uma equipe, nem mesmo de um conjunto de ministros. É responsabilidade de um Governo, e Governo não é só Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário. É uma responsabilidade que deve ser solidária de toda a sociedade brasileira, e não solitária de um grupo de pessoas no Governo. Não estou com isso buscando justificativa para eventuais falhas que tenha a equipe econômica do Governo, basicamente Ministério da Fazenda e Seplan, na condução dos assuntos da economia, no momento mais grave por que passa o País em sua história recente.

Agora, o que causa esses problemas? Pergunta V. Exª: é a dívida externa? São os juros? É a imposição das entidades financeiras internacionais? Acho que é um conjunto muito grande de causas que envolvem posicionamentos da área política, do Poder Executivo, dos empresários, dos trabalhadores. É claro que a dívida externa é um problema, não é o maior, mas é um problema. A dívida interna é uma grande bandeira política, embora não seja o grande problema nacional, mas é um problema, também. De modo que é uma superposição de causas que não são privilégios do Brasil.

Como V. Exª é um homem que se dá ao interesse de obter informações, as mais varia-

das, inclusive do que ocorre com os deságios da dívida externa brasileira no mercado secundário em Nova Iorque. V. Exª, se fizer análise do que acontece na América Latina, vai verificar que a crise é uma característica em, praticamente, todos os países da região, especialmente a partir de 82.

A questão da imposição das entidades financeiras internacionais é muito sensível, emocional até, sobretudo em países da América Latina e que tem levado a uma percepção não muito clara de qual é o papel dessas instituições no auxílio, no apoio ou mesmo nas imposições — como diz V. Exª em países endividados ou em países em desenvolvimento.

Eu gostaria de invocar um recente testemunho do presidente da Venezuela. Algumas pessoas na América Latina chegaram a declarar que as mortes havidas, infelizmente, em Caracas, tinham sido uma decorrência direta do FMI. Lembro-me de uma manchete de jornal brasileiro que dizia: "FMI mata 25 em Caracas". Ele errou duas vezes: primeiro, o número foi muito maior e, segundo, não me consta que o FMI tenha ido lá de metralhadora matar pessoas. Não estou aqui defendendo o Fundo Monetário Internacional, porque ele também, como qualquer instituição, erra. O que há, senador, é um exagero do papel que as instituições têm ou venham a ter na condução da política econômica dos países.

Nenhum país é obrigado a aceitar programa imposto por uma instituição financeira multilateral, e isso foi reconhecido pelo presidente da Venezuela em carta que foi amplamente divulgada pela imprensa venezuelana, em que ele comentava as negociações com o Fundo — que mal tinham começado — o desastre social havido na Venezuela, na verdade, consequência de uma deterioração econômica que tem na dívida externa um dos seus fatores.

Como eu já sei que meu tempo está terminando, eu gostaria de comentar a questão do deságio. Essa é uma questão que se presta às mais variadas leituras e, por assim dizer, manipulações. Há quem diga — e V. Exª repetiu — que o Brasil deveria pagar pela sua dívida externa apenas o que está nos mercados secundários. Se este raciocínio tão simplista fosse verdadeiro, a dívida externa brasileira acabou de subir, porque ela estava sendo cotada a 28% e, com as notícias do Plano Brady, o deságio foi para 34%. Então, teríamos uma deterioração das condições do País em relação à dívida externa — um absurdo, o que mostra, só por este fato, que esta comparação é muito simplista.

Há quem diga que o Governo deveria chegar nos bancos e dizer: "Eu só vou pagar 34%, que é o que vale hoje, ou 28%, que valia há um mês". Tenho citado um exemplo que me deu um jornalista, outro dia, de alguém que deve algo em uma mercearia — 200 cruzados — e chega lá e diz: "Não posso pagar. Será que você aceitaria que eu pagasse só 100?" E o dono da mercearia, vendo que não havia perspectiva disse: "Aceito". Ele, então disse: "A partir deste momento, só lhe devo 100. E fico devendo "pendurado" do mesmo jeito". Então, não é assim. Não há dúvida de que

há um crescente esforço internacional, fruto de pressões dos países endividados, fruto de uma percepção por parte dos países credores, das consequências sociais e políticas do aprofundamento de uma crise provocada pela dívida externa. Há movimentos claros, no sentido de encontrar uma solução que não será obtida senão por um processo de redução do estoque da dívida, ou do seu serviço, ou pela combinação dos dois.

Tenho mais um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª, infelizmente, já esgotou até os 6 minutos, teve mais um minuto, e terá oportunidade, com certeza, na tréplica, de concluir o seu pensamento.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — É porque o tema é emocionante.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Iram Saraiva, para a réplica.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Ministro Mailson da Nóbrega, V. Exª me ensina a dizer que eu já não sou mais um homem infeliz, porque não sou nem economista e nem um técnico de futebol. Adorei isso. Vou usar um termo até anti-regimental: estamos em "um rabo de foguete". Entendo, perfeitamente, o que é estrutura de Governo, dentro do composto institucional com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário mas, sobretudo no Brasil, é o Executivo, porque não temos um regime parlamentarista. Vamos pagar o ônus disso. Mas eu perguntaria a V. Exª: será que não sairíamos melhor dessa dificuldade e desses problemas todos — acho que a dívida externa é a grande espinha dorsal da questão brasileira — se formássemos um cartel de devedores, principalmente na ponta sul da América, para, com coragem, com obstinação e até mesmo com o sentido de brasilidade, dar condições ao próximo Governo de assumir, realmente, e não me deixar perplexo e com medo de viver e conviver como estou vivendo hoje? Será que se formássemos um cartel de devedores e fôssemos com mais firmeza não conseguiríamos êxito?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Creio que não, Sr. Senador. O que temos que fazer na América Latina é nos unirmos em torno de pontos comuns. É o que estamos fazendo. Há um grupo de ministros da Fazenda que se reúnem habitualmente. Já realizamos, nos últimos doze meses, algo em torno de 5 a 6 reuniões. Temos trocado informações, temos abastecido uns aos outros com informações sobre as nossas próprias dificuldades, processos de negociação das nossas dívidas, e nos convencemos de que o cartel é inviável, pelo menos nas condições atuais.

Cada país tem sua especificidade, cada país tem o seu problema interno, e é impossível imaginar que num assunto que envolve interesses distintos, situações diferentes, posturas distintas também, pudéssemos obter um tal

grau de coesão que partíssemos todos unidos para uma frente de confrontação, primeiro, pelas dificuldades que falei a V. Ex^a, segundo, porque todos nós — esses 8 ministros da Fazenda que têm se reunido freqüentemente — nos convencemos de que a via da confrontação, a julgar pelos exemplos de outros países devedores, não é seguramente a forma de resolver, mas é a via da cooperação e uma atitude firme, decidida, como países que estão obtendo resultados, seguem no sentido de proteger os seus interesses.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Ex^a

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Fazenda Máílson da Nóbrega, Srs. Senadores.

Sr. Ministro, encaminhamos o nosso questionamento em relação ao déficit público e para isto fazemos referência à reunião do Conselho Monetário Nacional do dia 12 de abril, que fez a programação monetária para o semestre.

A imprensa publicou que constatou para este primeiro semestre que teremos 8,3 bilhões de cruzados novos de déficit público e que, desses 8,3 bilhões, 6,6 seriam atribuídos aos juros do *overnight*, portanto, de rolagem da dívida interna. Isto significa praticamente — se os números são corretos — que 80% desse déficit público, publicado na última reunião do Conselho, é devido a juros.

Levanto isto a propósito de algumas declarações publicadas pela imprensa no Brasil, atribuídas a V. Ex^a, de que quando negociava com os nossos credores externos, principalmente perante o Fundo Monetário Internacional, justificava que o Plano de Estabilização não tinha alcançado o sucesso devido porque o Congresso Nacional não havia cooperado, isto é, havia ressuscitado empresas que o Governo não considerava interessantes nem úteis, portanto, o Governo havia proposto a extinção e o Congresso Nacional as havia restabelecido.

Gostaríamos de cotizar essas duas observações, utilizando apenas duas empresas daquelas que foram ressuscitadas pelo Congresso Nacional: a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU — e a Embrater. Essas empresas têm um papel na sociedade brasileira, particularmente no caso da EBTU, que trata de acumular informações e tecnologia na área de transporte urbano, uma área, em nosso País, típica de serviço público e que, portanto, não vemos possibilidade alguma de a iniciativa privada tomar essa responsabilidade de acumular informações sobre o assunto pesquisa, tecnologia etc. para atender a um serviço público, de obrigação do poder público, exercido pela iniciativa privada apenas quando concedido. Por outro lado, entendendo ainda um pouco mais esta questão do déficit público, além destas duas que levantamos, também questionamos o conceito contábil do

FMI, que considera os investimentos também como componentes do déficit público.

Interessa ao nosso País contabilizar dessa forma?

Não temos alternativas para formular outros conceitos sobre essa questão do déficit público relativo a investimentos ou componentes que, por sinal, são muito discutíveis, inclusive?

Inicialmente, são estas questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Ministro Máílson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — A primeira questão: Críticas ao Congresso Nacional. Já tive ocasião de esclarecer o assunto na Câmara dos Deputados.

Em primeiro lugar, não fiz declarações enquanto negociava com qualquer tipo de credor, nem fiz declarações perante uma assembleia do Fundo Monetário Internacional, fiz declarações à imprensa brasileira, que, por conveniência dos repórteres que estavam em Washington, preferiram utilizar uma sala do prédio do Fundo Monetário Internacional a indagar-me, a inquirir-me na embaixada brasileira porque havia o problema de tempo. Era um domingo e aqui as edições fechavam às 17 horas, 15 horas em Washington.

Este é o primeiro esclarecimento. O segundo, pretendo invocar, nobre Senador, o fato de ser um dos burocratas do Governo que mais se batem pela devolução ao Congresso Nacional do seu poder na política fiscal e tributária. Liderei um grupo de mais de cem técnicos do Governo que, durante todo o ano de 1984, não fez outra coisa senão propor ações que propiciassem a unificação do Orçamento da União e o maior controle pelo Congresso Nacional. Paguei caro por isso, inclusive fui considerado inimigo número 1 do Banco do Brasil porque lutei — e não me arrependo disso — pela extinção de um mecanismo espúrio, ilegal, chamado Conta de Movimento.

Portanto, não seria eu, que lutei por tudo isso, que viria fazer críticas à instituição Congresso Nacional. Mas fiz, sim, não nego, como cidadão, como homem público e como ministro, e vou continuar fazendo críticas de decisões específicas do Congresso Nacional sobre assuntos que, no meu juízo, não são do interesse nacional, não representam o que esperava do Governo parcela significativa da sociedade brasileira. Fazendo essa crítica, não estou diminuindo, não estou criticando a instituição Congresso Nacional, sem a qual não existe democracia. Refiro-me e vou fazê-la novamente — ao restabelecimento de instituições como a EBTU e a Embrater. Continuo achando que são totalmente dispensáveis e custam desnecessariamente ao bolso do contribuinte. E por que, Sr. Senador? Porque este mesmo Congresso Nacional tomou uma decisão histórica de propiciar uma descentralização da ação pública em direção aos Estados e Municípios. O Congresso sinalizou no sentido da redução da atuação da União no contexto da Federação e no contexto das atividades econômicas no País. É incoerente pretender que

a União transfira um quarto de suas receitas para os Estados e Municípios e continue fazendo as mesmas coisas, inclusive aquelas que podem ser realizadas pela iniciativa privada. É incoerente imaginar que a União pode transferir para os Estados e Municípios uma parcela significativa do Imposto de Renda e do IPI e admitir que mantenha a Embrater, que funciona exatamente para repassar aos Estados e Municípios verbas orçamentárias da União.

Portanto, continuo entendendo que não foi uma decisão adequada. Curvo-me a ela como funcionário do Governo, curvo-me a ela como ministro de Estado, mas lamento que assim tenha sido.

Finalmente, V. Ex^a me dá uma grande oportunidade de esclarecer o conceito de déficit público. A informação de que V. Ex^a dispõe não é correta. O conceito de déficit público, que não é do Fundo Monetário Internacional, é um conceito internacional, não é um conceito que coloca investimento como déficit, porque seria uma sandice se assim fosse. O déficit público mede aquilo que o Governo se endivida; por definição, isso é um conceito simples de déficit público; são as necessidades de financiamento do setor público. Em outras palavras, naquilo que o Governo gasta, além do que arrecada, só tem um jeito: ele se endivida. Isso que é déficit público, não é o fato de investir ou não. Agora, se o Governo investe, tomando dinheiro emprestado, o déficit público não é o investimento mas, sim, o que ele tomou emprestado, porque poderia fazê-lo reduzindo outras despesas ou aumentando a eficiência ou reajustando a tarifa, quando se tratar de investimento realizados por concessionárias do Serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sr. Ministro, V. Ex^a poderá enviar sempre informações complementares aos Srs. Senadores. Senador Dirceu Carneiro, se V. Ex^a deseja usar o direito de réplica, tem a palavra por dois minutos.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sim, até para restabelecer o principal, que foram os 6,6 bilhões de déficit público do primeiro semestre debitados como juros do *overnight*. E se isto corresponde aos números reais, significa que 80% do déficit público aí apontado pelo Conselho Monetário Nacional é responsabilidade da dívida interna, e que apenas 20% seriam responsáveis por todas as outras, inclusive pelas empresas públicas de cujo restabelecimento V. Ex^a discorda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Desculpe-me, não é!

O déficit público, no conceito internacional, que o Brasil segue, é "o conjunto das necessidades de financiamento da União Federal, dos Estados, dos Municípios, da Previdência Social, das agências descentralizadas e das empresas estatais". É o conjunto dessa constelação de gastadores, por assim dizer.

A referência que V. Ex.^a faz é a programação monetária para o segundo trimestre de 1989, que se refere especificamente às operações do Tesouro Nacional com a dívida pública, com a execução orçamentária e as operações do Banco Central no mercado aberto.

Não tenho lembrança se os números são exatamente esses.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Foi o que a imprensa publicou.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Na verdade, cumprida a determinação da Lei nº 7.730, aprovada pelo Congresso Nacional, o déficit público de uma parcela do total, que é a União, em 1989, será 100% dívida pública, porque a União só pode se endividar, de acordo com a regra aprovada pelo Congresso Nacional, para pagar juros da dívida interna.

Portanto, salvo a questão do juro da dívida interna, que está na carteira do Banco Central, o déficit operacional da União será 100% juros da dívida interna — poderá ser um pouquinho menos, porque temos as amortizações e um saldo de caixa de 1988, que está sendo utilizado no Orçamento de 1989.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHO (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro Mailson da Nóbrega, Srs. Senadores, entendo, como senador de oposição, que não temos obrigação de apoiar medidas do Governo. Por outro lado, entendo que temos o dever de apoiar tudo aquilo que for certo e razoável. Por isto é que ressalto, sem desejar agradar à área econômica, nem ao próprio Presidente da República, que o Plano Verão foi uma medida salutar, porque depois da frustração de dois planos e, naquela primeira quinzena de janeiro, quando escureciam as coisas com uma inflação de 30% e com perspectiva de subir mais, sem limite, o Plano Verão foi uma solução. Erro, existe no Plano, ninguém pode negar.

Devo confessar a V. Ex.^a que a única decepção que tive foi aquele salto de inflação de 3 para 6%, que não estava dentro das perspectivas anunciadas e, apenas, justificou-se — vamos dizer — não muito agradável, como um incidente de percurso.

Feito este rápido preâmbulo, vou fazer algumas indagações. Primeiro, se V. Ex.^a pensa como o nosso ex-Ministro Octávio Gouveia de Bulhões, quanto às taxas de juros, num plano desses de combate à inflação? Segundo, se o plano vai ter essa mesma batida de segurança, mesmo com as críticas que ocorrem diariamente? Terceiro, qual o percentual da dívida que pode ser adquirida no exterior com esse deságio relativamente grande, de mais de 60%? Quarto, se houve alguma mudança no mecanismo da distribuição das cotas para os municípios, em face de inúmeras reclama-

ções nesse sentido, diariamente recebidas nos gabinetes dos Srs. Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — A posição do ex-Ministro Octávio Gouveia de Bulhões, que foi reiterada num recente artigo, deve ser entendida num contexto correto. É devo dizer que nesse contexto concordo inteiramente com S. Ex.^a o ex-Ministro Bulhões, o de que se o Governo tivesse uma âncora fiscal satisfatória, adequada aos objetivos de estabilização, ele não precisaria de uma política monetária com taxas de juros tão altas quanto se operou nos 60 dias do Plano Verão. O que o professor Bulhões tem pregado é a conveniência de que o Governo gaste só o que arrecada, inclusive juros. Discuti com ele, recentemente, esse assunto. O que o professor Bulhões provavelmente não se deu conta é que, por preceitos constitucionais, por decisões da Justiça, por uma série de fatores, há uma inflexibilidade muito grande na política fiscal do Governo.

Como disse aqui, 92% estão automaticamente comprometidas. Portanto, a existência de uma taxa de juro elevada reflete, de alguma maneira, a impossibilidade de fazer uma política fiscal mais adequada aos objetivos de estabilização, por conta dessas inflexibilidades aqui mencionadas.

A condição do plano deverá ser feita no sentido de fazer os ajustes que ele requerer, dentro do objetivo de manter a inflação sob controle. Posso dizer que não estamos buscando inflação zero, mas algo compatível com a redução de incertezas, a tranquilidade social e a criação de um ambiente propício ou menos nervoso, por assim dizer, para a realização das eleições presidenciais em novembro.

O percentual da dívida externa, que pode ser adquirido no exterior! Ora, isso vai depender de uma série de fatores. Se tivéssemos recursos, o ideal seria toda a dívida externa à vista. É só nessa hipótese que se confirmam as teses de algumas pessoas, que têm dito que o Governo só devia pagar a dívida externa. Vale! Ele só devia pagar, se ele tivesse dinheiro para resgatar a parte restante.

Existe um moderado otimismo na América Latina, de que se iniciou, efetivamente, uma nova estratégia, que vai redundar numa redução substancial da dívida externa. Instituições como Banco Mundial, o Tesouro Americano, calculam que é possível, utilizando recursos do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Governo japonês e a garantia para lançamentos de papéis que pudessem ser trocados por dívida antiga, é possível que a dívida desses países se reduzam a um ritmo de cerca de 15,20% ao ano. O que significaria dizer, no caso brasileiro, reduzir a dívida com os bancos, num período de 3 anos, à metade, o que reduziria, por seu turno, fortemente, o encargo da dívida e aliviaria, também, de forma importante, o fardo representado pela remessa de recursos reais ao exterior. Mas é claro que isso vai depender de uma série de circunstâncias, inclusive, da existência de um

programa econômico coerente, que reduza incertezas, que volte a atrair investimentos domésticos e externos para que o País retorne o seu nível de desenvolvimento e assim por diante.

Finalmente, a questão das cotas do fundo de participação. Essa é uma questão levantada, por V. Ex.^a e também, por outros parlamentares. Houve, efetivamente, um problema nos meses de janeiro e fevereiro. Segundo levantamentos feitos pela Receita Federal, a mudança do padrão monetário, a mudança provocada pelo "Plano Verão" levou a que muitos contribuintes cometessem erros no preenchimento dos seus DARFs, no recolhimento dos impostos. O que dificultou? Ora porque o valor estava errado, grafado na moeda anterior, ora porque houve problemas de cálculo, houve grandes dificuldades de processamento eletrônico pelo Serpro, desses papéis, portanto, da classificação na arrecadação de Imposto de Renda e IPI, que são a base para as transferências aos Estados e Municípios. Isso provocou alguns erros importantes que acarretaram um valor ao Fundo de Participação abaixo do que alguns Estados e Municípios estavam esperando. É claro que, nesse período, há uma natural queda dos recursos que vão para esse Fundo, por força de uma sazonalidade. Nesse período de janeiro e fevereiro, a receita cai. O que posso garantir a V. Ex.^a é que nós estamos reprocessando todos esses valores e, de maneira alguma, poder-se-á, subtrair recursos aos Estados e Municípios. Nós imaginamos que, por volta do mês de maio, a situação voltará, plenamente, à normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.^a deseja fazer uma réplica?

O SR. AFONSO SANCHO — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra V. Ex.^a

O SR. AFONSO SANCHO (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Gostaria ainda de esclarecer, Sr. Ministro, o caso da nossa dívida externa.

Parece-me que li uma entrevista de V. Ex.^a, certa vez, criticando até um governador de um grande Estado, de que essa dívida, que poderia sofrer o deságio, seria apenas representada por 6% da dívida. Então, eu queria esse esclarecimento. É exato isso, ou a dívida toda está sujeita a um deságio?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.^a pode responder, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Aqui, cabem dois esclarecimentos. O que disse é que o mercado secundário de títulos da dívida pública, de títulos da dívida externa brasileira representa de 3 a 6% do total, isto é, as pessoas que comparecem ao mercado secundário, oferecendo papéis com desconto, no total, isso representa de 3 a 6%. Portanto, não se pode generalizar, porque generalizar, além de tudo, seria imaginar que o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial es-

tariam indo ao mercado oferecendo a sua dívida com desconto. Quem diz isso é porque não conhece o mínimo de funcionamento ou da estrutura da dívida externa brasileira. O desconto é oferecido hoje apenas para a dívida com os bancos.

Em segundo lugar, cabe outro esclarecimento: na margem, nem todos os Bancos estão dispostos a vender a sua dívida por 28%. Existem Bancos que estão dispostos a permanecer no País, ainda por dezenas e dezenas de anos. Eles podem esperar.

Digamos a 28%. Fizemos uma pesquisa no mercado, e perguntamos: a 28%, quanto se compra de dívida externa? A resposta de muitos operadores no mercado é de 50 a 100 milhões de dólares. E, se eu quiser comprar 1 bilhão de dólares de dívida externa-desconto, encontro, vendendo por 28? Não! Na média, segundo cálculos efetuados pelo Banco Mundial e por outras instituições, se juntássemos toda a dívida externa para a troca, ela poderia dar um deságio entre 30 a 35% e não de 72%, generalizadamente, como as pessoas aqui imaginaram e muito menos sobre toda a dívida, mas apenas sobre a dívida bancária.

O SR. AFONSO SANCHO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Nelson Carneiro; Sr. Ministro da Fazenda; Dr. Mailson da Nóbrega; Srs. Senadores, sem dúvida o Plano Verão conseguiu tirar totalmente a possibilidade, no momento, de uma hiperinflação. Isso trouxe uma tranqüilidade para a economia brasileira. Mas existe hoje, Sr. Ministro, um fato de extrema importância, que poderá comprometer todo o sucesso da economia nacional e, inclusive, impossibilitar um crescimento positivo no ato de 1989. Vamos falar aqui dos efeitos da greve geral e da chamada greve seletiva.

Foi publicado, tanto pela Fiesp, como por outros órgãos de representação, que o prejuízo da última greve geral ficou em torno de 1,6 a 1,8 bilhões de dólares, o que representa aproximadamente de 0,4 a 0,5 do PIB. As consequências econômicas desse prejuízo que todos conhecemos, é a queda da massa salarial, ou do salário real, ou a queda do número de assalariados, considerando ainda que acarreta o desabastecimento e o ágio, trazendo ainda, em consequência, com a continuação da corrente, a crise econômica, o desinvestimento, a recessão econômica e, em último estágio, o próprio caos econômico. E esse caos econômico traria também, sem dúvida alguma, porque isso vem acontecendo em todos os países onde isto ocorre, a desestabilização ou a destruição das próprias instituições políticas.

Falei aqui, inicialmente, Sr. Ministro, em greve seletiva. A greve seletiva é aquela em que a central sindical escolhe uma empresa de

componentes onde normalmente só existe aquela que vai parar várias linhas de montagem do produto final. Assim, para que não chame a atenção da opinião pública nacional para, vamos supor, uma indústria automobilística, então, eles fazem opção por uma greve seletiva. Param uma fábrica de eixo e, em consequência, reduz-se a produção de automóveis, levando ao desabastecimento e ao ágio, sem levar em consideração também a queda do recolhimento dos impostos, ICM, IPI, prejudicando também os estados, os municípios e a União.

A nossa pergunta é a seguinte, Ministro: Qual o motivo da demora do Governo em definir a política salarial e, com mais urgência ainda, a recuperação das perdas salariais?

As Centrais Sindicais, especialmente a CUT, estão radicalizando suas posições com o objetivo de dificultar ou inviabilizar a negociação? Esta é a pergunta baseada nesta pequena retrospectiva que fiz aqui, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro Mailson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Não há dúvida de que têm sido difíceis as negociações entre o Governo, os representantes dos trabalhadores, basicamente das Centrais Sindicais, e os empresários, em torno não apenas da política salarial — nem começamos a discutir isso ainda — mas da chamada reposição, em que as posições passaram para extremos muito grandes. Os empresários ofereciam uma reposição salarial em torno de 7% e os trabalhadores, especialmente a CUT, falavam em reposição de até 90%, o que sairia alegrar os trabalhadores de um lado e desagradá-los de outro porque a economia reagiria inapelavelmente e acabaria, pelo processo perverso da inflação, por reduzir o que seria uma conquista.

A demora na definição dessa posição, decorreu da expectativa que o Governo tinha de que era possível convergir numa discussão entre empresários e trabalhadores para um número que fosse razoável com um mecanismo de reposição salarial e compatível com o momento que a economia brasileira atravessa. Infelizmente isso não foi possível e o Governo não tem outra alternativa senão exercer sua função que é governar.

Nós estamos concluindo, trabalhamos esse fim-de-semana e entregamos hoje ao Presidente da República algumas medidas no campo de ajuste do plano, incluindo a reposição salarial. Deveremos ter uma reunião final com o Senhor Presidente da República, amanhã, às 9:30hs da manhã e é provável que amanhã anunciemos não apenas a decisão em relação à reposição salarial como os demais aspectos de ajuste do Plano Verão.

Ainda um esclarecimento: não começamos a discutir a questão salarial, mas eu apenas queria reiterar o que informei, aqui numa das reiterações anteriores, que prevalece no Governo o consenso de que devamos caminhar firmemente para um processo de negociação

livre no campo salarial entre empresários e trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Deseja V. Ex.^a replicar?

O SR. RAIMUNDO LIRA — Sim!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou apenas complementar este assunto que considero de extrema importância.

Entendo, Sr. Ministro, que, talvez através do Ministério do Trabalho, deveria haver um esclarecimento, não sei de que forma, à classe trabalhadora de modo geral e mostrar que, à medida em que a produção nacional é reduzida em função das greves, logicamente os maiores perdedores são os próprios trabalhadores. Entendo que este esclarecimento deveria ser feito.

Por outro lado, o Governo deveria ser muito mais ágil, porque estamos praticamente há 45 dias discutindo este assunto da reposição salarial. Para a maioria da opinião pública, o próprio Governo é tido como menos atuante nesta área. Logicamente, o governo tem dito, sistematicamente, que o ideal é que haja uma negociação direta entre trabalhadores e empresários, mas temos toda uma cultura de que é o Governo quem traça a política salarial do País. Então, entendo que o Governo tinha a obrigação de, com maior rapidez possível, resolver este problema da reposição salarial e, a partir daí, procurar traçar uma política de médio e longo prazos onde nós chegássemos a atingir esse nível de entendimento entre trabalhadores e empresários.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex.^a, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Ilustre Senador Raimundo Lira, creio que a percepção de que a greve é um direito inalienável do trabalhador, é um instrumento de barganha que, historicamente, serviu para ampliar, de forma ordenada e adequada, a participação do trabalhador na renda nacional, pode ser um instrumento contra ele, se utilizado de maneira contrária aos interesses da economia do País, e dos próprios trabalhadores.

Eu não sei se deve caber ao Ministério do Trabalho a tarefa de prestar esclarecimento, acho que isto vai decorrer de um processo de amadurecimento. Isso ocorreu em todos os países e, certamente, acontecerá conosco, em que a greve tende a ser restrita a um instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores e não instrumento político de grupos que têm como objetivo assumir o poder. Creio também que é chegado o momento de apressarmos os estudos, por parte do Poder Executivo e por parte do Poder Legislativo, no sentido de regulamentar o mais rapidamente possível a legislação sobre greves. Na minha avaliação, essa é uma decisão que não pode tardar.

Em resumo, a percepção dos benefícios, dos malefícios da utilização adequada ou ina-

dequada do sistema de greves tem que caber a toda a sociedade brasileira, tem que ser um processo de aprendizado. Estamos convivendo com isso agora, há cerca de 5, 6, 10 anos. O processo tem recrudescido nos últimos anos por força da exacerbção do conflito distributivo. Há uma sensação de perda nos trabalhadores, há uma sensação de perda nos empresários, há uma sensação de perda na sociedade que decorre de um processo de estagnação. Todos almejam ao desenvolvimento. Como ele não se processa, por razões que já comentamos anteriormente, há essa sensação de perda que amplia os conflitos sociais e dá margem a utilização inadequada de um instrumento que é crucial para que o trabalhador mantenha e amplie a sua participação na renda nacional.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, em primeiro lugar, e antes de colocar algumas questões sobre o Plano Verão, gostaria de cumprimentar o Ministro por três atitudes realistas.

Primeiro, a atitude realista em relação à dívida externa. S. Ex.^a não sucumbiu à cultura da moratória que nos feriu mortalmente desde o Plano Cruzado e que significa, na realidade, uma perda do sentido ético da responsabilidade contratual. Ele tem preferido o caminho da negociação que é melhor que o da conrontação, como demonstraram exemplos recentes do Brasil, no Plano Cruzado, e do Peru, no Plano INTL. Com a confrontação não se resolveram problemas, criaram-se outros mais graves.

A rigor, realisticamente, eu acharia que o problema da dívida externa é apenas a quinta prioridade de tratamento. Eu colocaria à frente o problema da inflação, o da desregulamentação, o da privatização, o da dívida interna (não porque ela seja elevada em relação ao PIB, mas porque ele tem que ser rodada diariamente) e, finalmente, o da dívida externa.

A segunda atitude realista é a da identificação do problema central da sociedade brasileira, que é a falência do Estado. Infelizmente essa percepção da falência do Estado não encontra a solidariedade em outros ramos do Executivo que não o financeiro. Essa percepção não existe no Judiciário, que agora reivindicou polpidos aumentos reais de salários como se o Estado não estivesse falido. Não é visível, infelizmente, também no Congresso Nacional, que acaba de derrubar vetos relacionados a medidas que, ou reduzem receitas ou aumentam despesas, revelando, assim, também, incompreensão do problema da falência do Estado. Há que fazer *mea culpa*.

A terceira atitude realista do Ministro é seu endosso à tese da livre negociação salarial. Nada me parece mais exótico do que ouvir reclamos de que o Governo formule uma política salarial. Ter uma política salarial global-

mente aplicável é como calçar todas as empresas com um sapato só. Há um mercado de salários onde rege a lei da oferta e da procura, que não pode ser alterada por editos governamentais.

O que vou dizer é óbvio, mas só os gênios enxergam o óbvio. De duas, uma: ou a fórmula salarial do Governo é realista e ele não precisa formulá-la, porque o mercado se encarregará de praticá-la, ou a fórmula é irrealista e uma das quatro coisas podem acontecer. Temporariamente, as empresas reduzem o seu lucro, o que parece útil no curto prazo, mas a médio e a longo prazo significará diminuição de investimentos e de empregos; ou as empresas procurarão repassar o reajuste salarial aos preços — e se o conseguirem anulam, na realidade, o aumento real de salários —; ou as empresas desempregam gente e então, alguns ficam com o salário aumentado e outros com o salário zero do desemprego; ou, o que é mais freqüente, as empresas emigram para a economia informal, onde só rege a lei da oferta e da procura.

Voltando agora à questão do Plano Verão, Sr. Ministro, minha leitura da experiência internacional é que só tiveram êxito aqueles países que enfocaram a inflação sob um quádruplo aspecto simultaneamente: austeridade monetária e fiscal, privatização de empresas, desregulamentação da economia e liberalização comercial.

No Plano Verão, debruçou-se V. Ex.^a sobre o primeiro dos aspectos: — a austeridade monetária e fiscal. Procurou manipular os instrumentos de política monetária, infelizmente embotados entre nós, porque sendo o Governo o maior devedor, e, precisamente, é quem tem que pagar juros. Em segundo lugar, a política monetária está, entre nós, debilitada, porque praticamente desapareceram os depósitos à vista, de modo que a exigência acrescida de depósitos compulsórios tem pouco efeito sobre a expansão monetária.

Tentou V. Ex.^a praticar a austeridade fiscal. O programa cogitado é bastante severo. Infelizmente ele sofreu a corrosão do administrativo e o impacto negativo do corporativismo.

Temos que reconhecer, ainda neste aspecto, que o Congresso não cooperou. Por exemplo, o projeto relativo a demissões de funcionários, assim como o relativo à privatização de empresas, não foram aprovados. Mas, a rigor, tratava-se de uma responsabilidade fundamental do Executivo. Não havia restrições legais a demissões de funcionários, e querer partilhar com o Congresso essa responsabilidade é expor-se a um grave risco, principalmente num ano eleitoral.

Também a privatização das empresas podia ser realizada nos termos do art. 178 do Decreto-Lei 200, sendo desnecessária a participação legislativa.

Todos sabemos que os parlamentos são particularmente expostos a pressões regionais e corporatistas. Assim, o programa fiscal de V. Ex.^a infelizmente está inconcluso e esse é um motivo de inquietação, porque a inflação pode ressurgir.

Dois outros aspectos não foram de maneira alguma abordados no Plano Verão: um é a desregulamentação, e o outro a liberalização comercial. Pelo contrário, o Plano Cruzado, imitado neste aspecto pelo Plano Verão, instituiu a suprema regulamentação, pois que invocou, como instrumento, o congelamento de salários e preços, técnica, há muitos séculos, provada inviável.

Desapontá-me, aliás, que V. Ex.^a tenha várias vezes corretamente dito que jamais faria o congelamento de preços, por se tratar de uma mágica, de uma pirotecnia. E acabou caindo na fatal tentação. O controle de preços, assim, como outras formas de regulamentação, elevam custos, desencorajam a oferta, e diminuem a flexibilidade da economia.

O quarto ponto que também não foi abordado é a liberalização comercial.

Sr. Presidente, talvez V. Ex.^a me permitisse formular logo três ou quatro perguntas, dando, assim, tempo ao Ministro para enunciar o seu pensamento mais claramente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se V. Ex.^a deseja somar os seus 5 minutos aos outros 2, dispõe ainda de 2 minutos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Primeiro, qual é a percentagem do déficit das estatais em relação ao PIB nos dois anos passados e, por estimativa, neste ano?

Segundo, qual é o superávit comercial esperado para este ano?

Terceiro, qual é o déficit esperado da Previdência Social? E, finalmente, o que pretende o Governo fazer em relação à liberalização comercial?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sr. Ministro, V. Ex.^a tem 7 minutos, os 5 iniciais e os 2 da réplica, para formular sua resposta.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Queria fazer, em primeiro lugar, um comentário geral. De fato, não há possibilidade de combate à inflação, combate duradouro, sem que resolvamos essas questões aqui trazidas pelo Senador Roberto Campos e, de mais ou menos intensidade, dependerá das preferências do formulador, de suas convicções liberais, ou de sua compreensão do estágio cultural, político, social e econômico por que passa a economia brasileira.

É difícil imaginar que numa economia com o grau de indexação da brasileira seja possível promover uma queda substancial da inflação, e a sua sustentação a níveis baixos, num segundo momento, pela mera utilização dos instrumentos clássicos; teoricamente, é evidente que funcionaria. A literatura econômica, que tem sido pródiga nos últimos anos no exame das questões da inflação, na América Latina, mostra casos em que a utilização persistente de políticas fiscais ortodoxas acaba por produzir uma queda de inflação. O exemplo melhor que nós temos na América Latina é o do Chile.

Acabo de ler um trabalho produzido por economistas do Banco Mundial, que mostram, no entanto, que o Chile levou 10 anos de aplicação persistente de políticas ortodoxas para obter resultados satisfatórios, o que seria

difícil de imaginar numa situação de economia operando em um regime político aberto.

Gostaria de dar, também, um exemplo de que há casos de experiências bem sucedidas com utilização da medida heterodoxa do congelamento de preços no combate duradouro à inflação: é o caso israelense, que evidentemente se fez acompanhar de um forte programa fiscal. Deve-se recordar que Israel chegou a cortar, só em defesa, no orçamento o equivalente a 2% do PIB, o que mostra, em um país que tem que dar grande ênfase, grande valor aos gastos com defesa, o que foi o esforço realizado pelo Governo do Primeiro Ministro de então, Shimon Peres. É claro que podemos realizar, pelo menos a níveis modestos e em algumas áreas, ações na área da privatização. E nesse ponto eu gostaria de comentar que não basta a utilização do art. 178 do Decreto-Lei nº 200, porque ele cuida da extinção. Mesmo assim, o Governo usou esse dispositivo para a extinção de empresas como a Embrater, o Geipot e a EBTU e outro foi o entendimento do Congresso Nacional, que nem isso poderia o Poder Executivo utilizar para reduzir o seu tamanho.

O entendimento dentro do Governo, em algumas áreas do Congresso Nacional, é de que, salvo aqueles casos onde já está expressamente autorizada a privatização, como é a hipótese das indústrias do setor siderúrgico estatal, a decisão terá que ser aprovada pelo Congresso Nacional. Não se pode privatizar, portanto vender ao público, ações de uma empresa, sem aprovação do Congresso Nacional.

Poderia comentar que estamos fazendo um grande esforço de liberalização comercial. Aliás, isso está nas perguntas de V. Ex^a

Primeira pergunta: quanto por cento do déficit público é representado pelo déficit das estatais?

As empresas estatais, no conceito de déficit, que é a necessidade de financiamento do setor público, são superavitárias. Isto é, no ano de 1988, as empresas estatais financiaram seus investimentos com utilização basicamente de geração interna de recursos e terminaram por reduzir o seu endividamento global, se não estou enganado, algo como 2 a 2 e meio por cento do PIB de superávit, em termos operacionais, isto é, descontada a inflação e a variação cambial.

Isto se deu, sobretudo, por um esforço que o governo realizou, em 1988, de ajuste das tarifas públicas de forma corajosa. Pagamos um preço alto com a aceleração da inflação, mas tivemos esse resultado. Melhorou consideravelmente a estrutura de capital das empresas estatais no ano de 1988.

Esperamos que, no ano de 1989, esse desempenho, se não for igual, pelo menos se aproxime disso. Mas a nossa expectativa é que, também em 1989, as empresas estatais serão superavitárias em termos de necessidade de financiamento de suas atividades.

O superávit comercial para 1989 é estimado em 16 bilhões de dólares, o que nos leva a admitir que esse crescimento que houve no primeiro trimestre não deverá se repetir no restante do ano, o que vai ser importante do

ponto de vista da redução das pressões por expansão monetária, causadas pelo superávit comercial. Não pelo superávit em si, mas pela compra das divisas pelo Banco Central no mercado de câmbio.

Previdência Social: o déficit estimado para 1988 — se não me engano — foi da ordem de 0,3 a 0,4% do PIB; para 1989, diante dos novos encargos trazidos à Previdência Social, mesmo com a aprovação da lei que cria contribuição social, o déficit da Previdência Social poderá girar em torno de 1 e meio a 2% do PIB, ainda não temos números definitivos. As últimas estimativas seriam da ordem de 1,4%, mas este é um trabalho que ainda está sendo conduzido pelo Ministério da Previdência Social.

E, finalmente, liberalização comercial. Isso nós temos feito de diversas formas. Bastaria lembrar aqui uma série de medidas que foram adotadas em 1988. Primeiro uma revisão da tarifa, do sistema tarifário brasileiro, que não se fazia desde 1967. Não é o ideal, ainda temos tarifas das mais altas do mundo. Sabe V. Ex^a, que para importar um equipamento, em alguns casos, paga-se 70% de impostos e, se esse equipamento tiver um componente eletrônico isso pode chegar a 100%. É inviável, do ponto de vista do futuro da economia, promover a industrialização com um nível tal de gravame na importação de bens de capital. Fizemos uma redução da lista de produtos com importação suspensa, reduzimos as exigências para aprovação dos programas de importação, ampliamos as possibilidades de aprovação desses programas, automaticamente na base de 120 a 130% do que foi importado no ano anterior e reduzimos também, de forma substancial, as exigências para financiamento das importações. Tudo isso está resultando numa ampliação das compras externas, o que explica a previsão de redução do superávit comercial. Se tornarmos em conta os 3 meses iniciais deste ano, verificaremos que as guias de importação estão crescendo a um nível superior a 40% em relação ao mesmo período de 1988, o que mostra os primeiros efeitos dessa política de liberalização.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nobre senador, V. Ex^a somou os 5 minutos e os 2 minutos, de modo que assim também o ministro teve um prazo maior, de 7 minutos. Acredito que todas as indagações de V. Ex^a tenham sido respondidas.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PTB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, srs. senadores, sr. ministro, enquanto eu assistia aos debates de hoje, foi colocada na minha bancada, por um funcionário que não identifiquei, uma mensagem que me pareceu importante e assim como um ato de representatividade democrática. Uma estenógrafa gostaria de saber o seguinte:

"Ministro, como é que vai ficar a situação dos preços de imóveis para venda. Uma casa na Avenida W3-Sul, que vale pouco mais de dez mil cruzados novos, está sendo vendida por duzentos e cinquenta a trezentos mil cruzados novos. O que fazer para mudar essa política desumana?"

É evidente que isto aqui é uma afirmação de desesperança de alguém que está perdendo o seu poder de compra. Faço só esse registro para dizer, em seguida, que V. Ex^a sabe que sou um político que não jogo, nunca joguei no "quanto pior, melhor". Inclusive quando fomos convidados para estar no ministério, para discutir alguns pontos do Plano Verão, lá estivemos e discutimos com V. Ex^a

Registro, também, que acredito ter sido um erro técnico, trabalhar-se com os juros reais que foram praticados em fevereiro e março. Mas esse é um assunto sobre o qual não adianta eu dizer o que penso. V. Ex^a naturalmente está convencido do contrário, e só o tempo vai dizer se foi ou não um erro técnico. Deixando de lado o problema da técnica financeira, não tenho dúvida alguma em afirmar que esses juros praticados em fevereiro e março foram, indiscutivelmente, uma forma de injustiça social, de injustiça distributiva. Ao se aplicar preços congelados, salários congelados e juros reais de 13%, 14% e 15%, evidentemente, se fez uma transferência injusta para aqueles que detêm haveres financeiros, sob o aspecto de justiça distributiva; mas esse é um assunto de justiça.

A minha pergunta não se refere nem a problema de técnica financeira, nem de injustiça social. Seria mais com relação ao problema de credibilidade. V. Ex^a sabe que hoje nós vivemos um momento de quase uma letargia nacional, uma desesperança; as pessoas não acreditam nas lideranças, não acreditam no Governo, não acreditam no Congresso, há um momento de desacreditar. Parece-me que esse clima se cria exatamente porque muitas coisas que são afirmadas acabam não acontecendo. Recordo-me que na implantação do Plano Verão foi dito, textualmente, pelas autoridades do Governo, que o mencionado Plano não iria gerar perdas salariais, não haveria perda do chamado poder de compra. Hoje, nós discutimos, com a maior tranquilidade, a reposição salarial entre Governo, empresários, trabalhadores, o que demonstra, claramente, que houve perdas, porque se não houvesse perda do poder de compra nós não estaríamos discutindo reposição salarial. Esses problemas, me parece, dificultam o relacionamento opinião pública e Governo — colo nisso aí tudo, os poderes públicos.

Agora ater-me-ja a uma pergunta sobre salário mínimo. Nós estamos discutindo reposição salarial; os jornalistas discutem, permanentemente, reposição salarial e não estamos discutindo salário mínimo, como se a um salário menor correspondesse um estômago menor e uma fome menor, ou para um salário mínimo corresponderia um estômago mínimo e uma fome mínima. Porque esse salário

de 63 cruzados novos e 90 centavos ficou congelado durante os meses de fevereiro, março e abril, quando o próprio Governo registrou uma inflação.

É essa a preocupação que eu tenho.

Senhor, ministro, li nos jornais que é uma intenção do Governo, projeto do Governo, de, até o final de seu mandato, elevar o salário mínimo a 100 dólares, me parece que foi uma declaração do Presidente da República. Pergunto: se, efetivamente, o Governo vai cumprir essa promessa, essa meta, esse objetivo, porque, efetivamente, é impossível, todos nós sabemos, pessoas viverem com esse salário mínimo que está sendo praticado hoje. Esta é a pergunta que faço.

Durante o discurso do Sr. Senador Afonso Camargo, o Sr. Senador Nelson Carneiro deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Pompeu de Sousa.

Retorna à presidência o Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou responder à pergunta da Estenógrafa.

Na verdade, o que existe, o que fazer? Na verdade, o aumento de preços de imóveis reflete, em primeiro lugar, um problema de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de imóveis. Certamente, poderá refletir um problema de incerteza que as pessoas tendem a sair das aplicações financeiras para ativos reais. Espero que não seja isso. O que há, realmente, é que, com a redução das possibilidades de investimento no País, decorrente da crise econômica, decorrente da redução do nível de poupança do Governo, das pessoas, reduziu-se, também a construção de casas, tanto as casas populares quanto as casas de classe média. E o fenômeno se instala na economia: uma valorização de imóveis. O que fazer? Não há solução mágica para isso.

Não há como imaginar uma solução para esse tipo de problema que não seja a do restabelecimento das condições para que a economia nacional volte a investir, como investiu o ano passado, não a níveis brilhantes como há 15 anos, mas a um nível razoável para mover novamente a expansão dos negócios que gerariam o aumento da oferta de casas e a redução dos seus preços reais ou pelo menos não continuariam a subir tal como agora.

Com relação aos juros que V. Ex.^a diz ter sido um erro técnico ou uma injustiça distributiva, esta discussão, em relação a taxa de juros, existirá em qualquer lugar, aqui e ali. Todas as vezes em que qualquer Governo fez uma política monetária ativa, no sentido de servir como instrumento auxiliar do processo de combate à inflação ela provoca injustiças.

A questão é saber se essas injustiças seriam maiores se a política monetária não fosse praticada. Qual é a maior injustiça? É a de uma

desorganização final da economia por um processo hiperinflacionário ou uma injustiça decorrente de uma prática temporária de juros elevados? Não tenho dúvida em afirmar que seria a provocada pela hiperinflação.

Temos reunido no Ministério da Fazenda economistas de todas as tendências: progressistas, conservadores, do centro, do lado, da direita, da esquerda e em qualquer das tendências não haverá consenso sobre se a prática de taxas de juros foi correta ou não. Portanto, como diz V. Ex.^a, somente o futuro julgará.

Mas gostaria de falar de uma experiência interessante que nos foi mostrada por empresários que foram a Israel. Estamos citando muito o exemplo de Israel, porque é um exemplo muito bem sucedido de combate heterodoxo e ortodoxo à inflação. Alguém perguntou ao Presidente do Banco Central, Sr. Michael Bruno, o que ele achava da taxa de juros que ele praticou, que foi de 15% reais ao mês. Ele disse assim: "Eu acho que foi um erro". A pessoa disse assim: "E se o Senhor tivesse que tomar novamente essa decisão agora"? Ele respondeu: "Eu tomaria de novo a mesma direção, porque é preferível errar por excesso nessa área do que por escassez".

A promessa que teria feito o Governo de que não haveria perda salarial continua de pé. O que nós dissemos é que não é objetivo do Plano infligir qualquer perda salarial em relação à média de 1988. O que houve foi uma aceleração de inflação no mês de janeiro, acima do que se previa, quando se fez a Medida Provisória nº 32, que é do dia 15, e a inflação só foi conhecida em meados de fevereiro. O que houve foi uma aceleração maior do que a prevista na inflação nos meses posteriores ao Plano Verão. E é por isso que o Governo está propondo — deverá vir ao Congresso Nacional — uma reposição para que aquela promessa seja cumprida. Isto é, não se pretende, não se deseja combater a inflação, reduzindo salário real do trabalhador em 1989 em relação ao que era em 1988.

Finalmente, a questão do salário mínimo. Ninguém vai discordar, Senador, de que o salário mínimo de NCz\$ 63,90 seja um nível insatisfatório. Ninguém vai discordar do fato de que o salário mínimo caiu em termos reais nos últimos anos. Caiu, inclusive, neste Governo, por força da aceleração inflacionária. O que há é um desejo de evitar que ele caia, em primeiro lugar, em segundo, é de promover algum tipo de recuperação. Estamos trabalhando nisso. Provavelmente, existirá uma proposta para o salário mínimo de maio, que implicaria um certo nível de recuperação, o que não nos autoriza, porém, a imaginar que por um ato de única vontade política promoveríamos uma recuperação substancial do salário mínimo, justa, necessária, tecnicamente embasada, sem danos à economia nacional, inclusive ao trabalhador de salário mínimo.

Sei que V. Ex.^a tem uma proposta de projeto de lei que fixa o salário mínimo em NCz\$ 120,00 a partir de 1º de maio. Tenderia a dizer para V. Ex.^a que, segundo os cálculos do governo, embora esse seja um nível adequado, isso

poderia voltar, como disse em outra ocasião, como um bumerangue sobre o trabalhador, porque isso poderia criar problema muito sério nos Estados, municípios, especialmente nas regiões menos favorecidas, que agravariam terrivelmente suas finanças e na agricultura. (O Sr. Presidente, faz acionar as campainhas.)

Em resumo, achamos que deva existir um grau de recuperação do salário mínimo, mas de forma tal que não venha contra o próprio assalariado que percebe o salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Senador Afonso Camargo, V. Ex.^a quer replicar?

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sim, Sr. Presidente.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PTB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro Máilson da Nóbrega, gostaria apenas de dizer a V. Ex.^a que estou me atendo a um compromisso do Governo, de que o salário mínimo atingiria até o final do mandato do Governo algo equivalente a 100 dólares, e a minha pergunta é esta: o Governo pretende cumprir o compromisso que assumiu publicamente ou não? Inclusive eu recebi agora uma informação de que em São Paulo, uma família de dois adultos e duas crianças, comendo carne, uma ração de uma pessoa, só, quer dizer, quatro comendo uma ração de uma pessoa só, está hoje calculada em NCz\$ 56,45, só a parte de alimentação. O que realmente é um problema sério.

Mas queria aproveitar e lhe fazer uma outra pergunta completamente diferente: com relação a esse acordo, celebrado no passado, com os bancos credores, da renegociação da dívida, em decorrência desse acordo, houve contratos com os bancos credores individualmente considerados? Quer dizer, esses acordos foram celebrados desde quando? Como ficou esse problema do acordo e dos contratos?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.^a pode responder, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Em relação ao salário mínimo, o Governo pretende seguir a meta de recuperação paulatina e se possível chegar ao nível mencionado por V. Ex.^a

Se eu entendi bem, a sua questão com relação à dívida externa, é que não há acordos individuais com os bancos, o contrato é um único contrato, negociado com o comê de 14 bancos e a ele aderem todos os demais credores do País. Esse contrato foi assinado no dia 22/9/88 e cópia dele encaminhado à Presidência do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Ex.^a

Com a palavra o nobre Líder Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores,

antes de entrar nas perguntas, quero fazer uma confissão pública muito diferente do Senador Iram Saraiva: não tenho nenhuma inveja e nenhuma frustração de não ser economista, mesmo porque a economia chamada Ciências Econômicas tem se mostrado, ao longo do tempo, exata na análise do que passou e sempre duvidosa quando projeta qualquer coisa. E esse descrédito nos veio de um homem que, quando visitou o Brasil, antecedeu a sua forma de inteligência, do maior QI do mundo, Herman Kahn, e toda a sua futurologia e toda a sua projeção, na realidade, ficou desmoralizada em questão de meses, além do lago, imenso lago.

Preconizo, Sr. Ministro, há muito tempo e publicamente, e quero repetir agora diante de V. Ex. que o cargo de Ministro deve ser do político. Em nenhum momento desvalorizo o trabalho dos técnicos, o seu conhecimento e os cientistas econômicos, mas acho que o estudo da economia pertence aos cientistas, mas as opções são políticas. E até defendo a tese do mais competente Ministro que alcancei, que foi o José Maria Alkmin, que acompanhou todas as loucuras de Juscelino Kubitschek e terminou o Governo com uma dívida inferior a 2 bilhões de dólares externa e uma inflação de 20 e poucos por cento. Mas, na última vez que V. Ex. esteve aqui no Senado anunciou para nós, e com uma euforia, principalmente da Bancada governista, que havia terminado com este negócio de moratória, que tinha uma negociação, e deu euforia. Eu fiquei muito reticente, porque fui empresário e eu fazia fluxo de caixa, que os economistas falavam *cash-flow*, e eu achei que ia estourar no meio do ano. Eu errei também — não são só os economistas que erram — estourou antes, e tivemos uma exportação tão extraordinária, um diferencial da balança, que foi o terceiro do mundo, e o que foi feito das nossas reservas? Outra coisa também que eu tenho, há muito tempo, me batido é o seguinte: a culpa da inflação brasileira é o déficit. Mas como eu tenho escutado isto daí. Agora a Itália terminou o ano passado com um déficit de 14% sobre o PIB e com uma inflação em redor de 13%. E nós agora, segundo declarações do Ministro Mailson da Nóbrega, e acredito, não estou fazendo nenhuma ironia, durante três meses só pagamos quando arrecávamos, portanto, ficamos com zero de déficit e mesmo assim tivemos uma inflação de 6%. Mas é claro que a culpa recaiu sobre contribuições de clubes esportivos, etc. Mas, já no ano passado o chuchu levou fama, e também não é novidade isto para nós. Então, Sr. Ministro, para mim os dogmas do "economês", com sinceridade, sabe Sr. Ministro, "não colam."

Comentava eu agora com o Senador Jarbas Passarinho, quando V. Ex. usou o termo "economistas progressistas". Não conheço, meu progressistas, nem retrógrados, conheço economistas. Porque, nas discussões e nos debates da Constituinte, todos, sem exceção, economistas do PDT, como os economistas do PSB e como os economistas do PDS concorriam em tudo, plenamente. Então, não sei

onde está a diferença, ainda não consegui perceber a diferença. Aqui no Brasil, ainda não. Há alguns economistas, aí, do dito terceiro Mundo que às vezes apresentam teses um pouquinho diferentes.

Mas vamos às perguntas — são indagações de valores, só para estarmos atualizados; não quero fazer nenhum questionamento de ordem a V. Ex. ter razão ou não ter razão.

Só queria saber o seguinte: quanto à transferência de recursos do setor produtivo para o setor financeiro, nos últimos 4 anos, de quanto foi, mais ou menos? Se V. Ex. não tiver, não tem importância, se puder me remeter, ficarei muito satisfeito. E no Plano Verão, quanto se deu de transferência do setor produtivo para o setor? Uns dizem especulativo, outros dizem financeiro.

Em quanto foi aumentada a dívida interna do Brasil, desde que V. Ex. assumiu o Ministério da Fazenda? Qual o total do débito interno do Brasil? Qual o valor total da nossa dívida externa e seu serviço? Aqui tenho uma pequena dúvida: acho que estamos brigando pelo valor da dívida e estamos sendo pegos pelo serviço da dívida. Já não me preocupa o valor da dívida, porque acho que ela é de todo impagável, mas o serviço da dívida. Acho que cámos no fatalismo mercadológico. Uma tonelada de minério de ferro só vale 14 dólares e os juros que toda vida, nos últimos 300 anos, eram de 3 a 4 por cento ao ano agora é 10%, 11%, 22%, mas é o fatalismo mercadológico, e nós como negociadores da dívida aceitamos isso como um fatalismo mercadológico.

Mas eu gostaria de saber se nós podemos ter algum alento e se o Ministro se propõe a negociar o serviço da dívida, em termos, não de fatalismo mercadológico, mas em termos de coisas razoáveis até dentro da tradição?

A questão agrícola e dos juros, isso agora é uma questão "menor" aqui, menor entre aspas, em que os juros pela nossa Medida Provisória nº 39, foram congelados, porque estão congelados os produtos agrícolas, os bancos tiveram que tomar o dinheiro no mercado e estão apresentando um débito. Estou muito preocupado com o Banco do Brasil e V. Ex. deve estar também, porque é oriundo daquela Casa, porque já se falou que haverá uma transferência do Tesouro ou uma compensação através do Imposto de Renda, para que se possa liberar isso aí para sabermos como ficarão os débitos dos agricultores. Eu estou preocupado mesmo é com os agricultores, porque algumas agências do interior estão dizendo para os agricultores que eles têm que pagar de acordo com a captação.

Finalmente, quero apenas dizer para V. Ex. que quando não se levou em conta a demissão em massa proposta pelo governo foi porque fizemos uma continha pequena de aritmética, multiplicamos 90 mil funcionários, por 300 mil, por 13, por 2, e chegamos a um número perto de 700 bilhões e pegamos a dívida interna do Brasil, juros de 25% do *overnight* um dia e meio e deu mais. Então achamos, como diriam os advogados, despiçando.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro Mailson da Nóbrega.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Bom, primeiro com relação a "economista". O senador se sente feliz em não sê-lo; acho que ele padece de uma visão distorcida que existe na economia brasileira, se me permite, senador. Em primeiro lugar, a idéia que criamos, e que é uma mentira, no Brasil, de que a solução dos problemas brasileiros se daria pelo lado da economia. Como "economia" parece com "economista", é por aí que a gente vai, mas na verdade não é assim. A solução dos problemas brasileiros não é tarefa nem dos economistas, nem dos advogados, nem dos políticos como V. Ex., que por não ser economista sabe — eu não sei — usar a retórica em benefício de suas teses.

Na verdade, é uma tarefa comum de todos nós. Não é o economista que vai resolver o problema, nem é V. Ex., isoladamente, com suas teses, das quais discordo como V. Ex. discorda das minhas. É um processo de debate, de participação, de sacrifício e solidariedade. E não apenas um processo de crítica, às vezes procedente, às vezes destrutiva, às vezes gozativa.

Se V. Ex. fosse economista, por exemplo, não faria a confusão que fez com relação a déficit público de Brasil e Itália; para isto serve economista, para assessorar políticos como V. Ex., e tenho o maior prazer em fazê-lo neste momento, como economista em cargo público.

O SR. RONAN TITO — Agradeço muito a V. Ex.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Comparar o déficit público da Itália com o Brasil não é privilégio de V. Ex., mas de uma grande quantidade de brasileiros. Um sujeito me disse, um dia desses, que a Itália tem um déficit de nove por cento, o Brasil tem de quatro; a Itália não tem inflação, o Brasil tem. Mas nós estamos comparando laranja com banana. Não há compatibilização possível nesse tipo de comparação.

Em primeiro lugar, como bem reconheceu o Senador Affonso Camargo, a dívida pública italiana tem outro perfil.

Em segundo lugar, o nível de poupança interna da Itália é diferente do nosso; é maior.

Em terceiro lugar, a Itália consegue vender seus papéis, não apenas no mercado interno, mas em Londres, Nova Iorque, Japão, etc. Portanto, comparar a dívida brasileira com a italiana, e daí extrair a conclusão de que não é o déficit que causa a inflação, não é correto, segundo a minha visão. O déficit é mau ou ruim, não pelo déficit em si. O déficit público não é ruim, desde que possa ser adequadamente financiado pelas forças do País. Porque ele pode gerar mais investimentos, ele pode gerar mais infra-estrutura, e tudo isto ajuda a desenvolver o País.

Então, esta confusão não pode existir. Entendo que deva ser uma tarefa ingente dos economistas fazer pelo menos isto, mostrar

que essas comparações são, no mínimo, equivocadas.

Pede-me V. Ex^a, aqui, duas informações que suspeito não existirem nas estatísticas brasileiras, mas vou fazer um esforço e ver se as encaminhando a V. Ex^a: qual é a transferência do setor produtivo para o setor financeiro?

Na verdade, não existe. Até o ponto em que sei, não existe esta estatística. V. Ex^a poderia dizer que é a quantidade dos juros. Mas as pessoas poupam, e o juro é uma remuneração para quem poupa. Não estou justificando juros exagerados nem extorsivos, mas o juro é a compensação pela renúncia que alguém faz hoje do consumo para guardar para o futuro e deve ser remunerado por isso. Quem condenava isso era a Igreja na Idade Média. Não o faz mais. Era pecado naquela época cobrar juros. Hoje, a Igreja tem até banco!

Com relação ao serviço da dívida, me permito mais uma vez discordar de V. Ex^a Primeiro, ele não foi anunciado com euforia. Vou mandar um documento a V. Ex^a de quando anunciamos o serviço da dívida externa.

O SR. RONAN TITO — Eu disse: recebido pela bancada do Governo com euforia!

O SR. MÁILSON DA NÓBREGA — Dissemos que a negociação não solucionava os problemas da dívida externa. Ela é um passo apenas. O que o Brasil não poderia era ficar se distanciando da comunidade internacional por um processo que não o levaria a nada, como não levou outros que usaram o mesmo expediente.

Nós estamos trabalhando é para reduzir, não apenas a dívida, mas o serviço da dívida também. E temos condições de fazê-lo, se formos capazes de realizar um programa econômico coerente com os objetivos de estabilização.

Agora, mais uma pergunta de V. Ex^a sobre a dívida externa, se bem que também não considero adequado comparar a gestão do Ministro da Fazenda por um ano pelo que a dívida externa ou interna aumentou.

O SR. RONAN TITO — Não estou comparando, só quero saber.

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Ela é função de coisas do passado. Mas, se isso é importante para V. Ex^a, diria, a dívida externa, na atual gestão do Ministério da Fazenda, teve reduzindo o seu tamanho. A dívida registrada passou do total de 107 para 102,3 bilhões de dólares. A dívida total, incluindo as operações de curto prazo, caiu ainda mais, caiu de 121,2 bilhões de dólares para 112,3 bilhões de dólares. A dívida interna junto ao público, não tenho números aqui, mas tenho valores relativos, passou de 9,4 por cento do PIB para 11,2 por cento. Finalmente, a questão dos juros agrícolas. Está sob a apreciação do Congresso Nacional uma medida provisória que resolve definitivamente o assunto, isto é, os agricultores vão pagar, nas operações com as instituições oficiais, que captaram depósitos em cadernetas de poupança rural, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Banco Nacional de Crédito Cooperativo

tão-somente a variação do IPC mais os juros normais do crédito agrícola que variam 7, 8, 9, 10, 11 e 12 e em alguns casos, dependendo do tipo de operação em que está localizado o devedor. Isso se fará por um processo do qual, repetindo experiência do BNDES, o Banco do Brasil vai receber a diferença por um período de 5 a 6 anos, por um encontro de contas com o seu Imposto de Renda. Mas os agricultores podem ficar tranqüilos que não vão pagar o custo da caderneta de poupança nas suas operações de crédito rural.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex^a quer replicar?

O SR. RONAN TITO — Talvez replicar não seja bem o caso, mas usar do meu tempo para recolocar algumas coisas. Quando fiz as perguntas não foi para julgar o Ministro. Quem vai julgá-lo é a História, não sou eu. Fiz as perguntas para me informar. Não sabia que isso traria qualquer resistência por parte do Ministro.

Agradeço as informações prestadas. Não fiz nenhum jogo de palavras, mas houve um político, há quase 100 anos, que fez um jogo de palavras. V. Ex^a fala em retórica. Benjamin Disraeli disse, certa vez "que existem muitas maneiras de tapear os homens e uma é mentir descaradamente e a outra é citando estatísticas". Quem disse isto foi Disraeli, um homem por nós todos, políticos, admirado.

De maneira que um admira, às vezes, a retórica do outro, e cada um usa o que pode. Eu, a minha retórica, V. Ex^a os números. Mas Sr. Ministro, devo dizer a V. Ex^a que quando disse que não invejava ser economista é, principalmente, por enfrentar o que V. Ex^a tem que enfrentar. Mas acho que desde o momento em que foi desmembrada a Sociologia da Economia e a economia da Sociologia nos estudos brasileiros, os nossos economistas ficaram um pouco pedantes e os nossos sociólogos um pouco filósofos.

Gostaria de rever a economia casada com a sociologia, para que os números fossem pensados e encarados nas pessoas humanas.

Agradeço a V. Ex^a a aula tão generosa que acaba de dar e que, para mim, foi de grande proveito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex^a deseja replicar?

O SR. MINISTRO MÁILSON DA NÓBREGA — Gostaria de prestar uma informação ao Senador, que entendeu de forma errada. Não tenho nenhuma resistência. Apenas imaginei que V. Ex^a quisesse julgar a atuação pelo incremento da dívida como não foi o caso, também não vale a pressuposição.

Apesar de ser economista, não defendo intransigentemente — nem devo fazê-lo — o papel do economista na solução dos problemas brasileiros.

A economia, como tal, é uma ciência. Não acredito que a solução do problema seja misturá-la com a sociologia. O que temos que fazer, através do político — nisso concordo inteiramente com V. Ex^a, é a síntese de todas

as idéias e de todas as ciências para governar bem o País. Muito obrigado.

O SR. RONAN TITO — Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vou conceder a palavra ao último orador, que é o nobre Senador João Menezes. A sessão deve encerrar às 18 horas e 41 minutos porque há uma sessão, depois desta, no plenário da Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, com uma larga pauta para ser votada.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, quando V. Ex^a foi convocado pelo Plenário do Senado Federal, fui uma "andorinha" que votou contra. Entendia que V. Ex^a não precisava comparecer ao Senado. E, para usar, assim, até um termo "gorbacheviano", V. Ex^a tem uma ação completamente transparente no seu Ministério porque, todo dia, os microfones estão em quantidade diante de V. Ex^a, que também está no vídeo todas as horas; os jornais o estão noticiando todas as horas — todos os seus passos são conhecidos pela população brasileira.

De maneira que achava que não traria maior conhecimento à Casa a sua presença. Mas V. Ex^a declarou que aqui veio para falar sobre o Plano Verão.

Quero congratular-me em nome do Governo, com V. Ex^a e prestar solidariedade a toda ação à frente desse Ministério e às medidas que tem tomado. V. Ex^a disse que, com o Plano Verão, tinha dois objetivos fundamentais: o primeiro, evitar a hiperinflação e o segundo seria manter a inflação em planos razoáveis, o que seria uma grande medida e da maior importância. Mas V. Ex^a luta com dificuldades maiores porque os problemas que o assobram são de toda ordem. Por exemplo, os problemas sociais: greves, que teriam a ação da produção e diminuem os recursos do País; greves diárias desorganizam as nossas atividades. Posso dizer a V. Ex^a que, no ano de 1986, tivemos 32.183.679 dias/homens paralisados; em 1987, tivemos 58.966.510 dias/homens paralisados; em 1988, tivemos 63.496.190 dias/homens paralisados. O número de greves também aumentou de ano para ano: em 1986, foi de 1.494; em 1987, de 2.289 e em 1988, de 1.914.

Vê V. Ex^a que é muito difícil governar um país, economicamente, nesta situação conturbada, cada dia. A par disso, as reclamações são de toda ordem. Escutamos o Senador Afonso Camargo falar que o preço do aluguel de um apartamento, na Ceilândia, custava dez cruzados e, agora, custa duzentos. Recebo notícia do meu Estado do Pará, de um cidadão que tem um apartamento alugado por dois cruzados novos por mês. Então, vê V. Ex^a que os problemas são complexos, que V. Ex^a não pode atender a todo mundo. V. Ex^a tem feito o máximo, tem usado toda a sua capacidade, toda a sua ciência e todo o seu conhecimento, para enfrentar esses problemas nacionais e internacionais que surgem a toda hora.

Quero fazer perguntas a V. Ex^a, não de alta técnica, mas perguntas, digamos assim, popu-

lares, para que eu tenha um esclarecimento ou se dê algum esclarecimento à população. Uma delas é sobre a dívida interna das estatais; qual o percentual da dívida interna das estatais em relação ao total da dívida externa do País? Esta seria uma pergunta.

A segunda, o que V. Ex.^a acha que será melhor: continuar essa política, no sentido de fomentar, cada vez mais, as exportações, ou que pudéssemos mudar um pouco o rumo da política econômica no sentido de dar à população mais pobre, menos abastada, melhores condições a fim de poder consumir produtos dos Estados mais ricos ou mais desenvolvidos?

E a terceira questão, bem popular: V. Ex.^a sabe que, hoje, se chegarmos à praia, em qualquer lugar, em qualquer boteco, para comprar um pastel, não encontramos mais nada de vinte centavos porque já custa dois cruzados novos. Vinte centavos, o cidadão tem até vergonha de dar o preço. Esses vinte centavos, entretanto, há pouco tempo, representavam duzentos cruzados!

Então, pergunto a V. Ex.^a, se essa mudança do cruzado antigo para o cruzado novo não tem sido um fator para afetar a inflação.

Como vê V. Ex.^a, são perguntas simples; apenas aqui estou para solidarizar-me com V. Ex.^a em nome do Governo e dizer: continue na sua luta, que é difícil, mas nós estaremos alertas para fazer tudo o que for possível, para o bem do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Ministro Mailson da Nóbrega.

V. Ex.^a vê que, ao termo desta longa sessão, não são tão graves as críticas e terminam sempre amenas, na palavra do Senador João Menezes.

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Aproveitarei a oportunidade para discordar de uma afirmação feita pelo Senador João Menezes, já que estamos polemizando. É útil a presença do Ministro numa sessão desta, ainda que não diariamente, tanto o Ministro da Fazenda, como seus assessores, compareceram à imprensa para prestar informações amplas e transparentes sobre o que passa na economia brasileira. A imprensa consegue até obter diálogos de discussões fechadas do Governo. É, realmente, uma imprensa muito competente.

Mas é sempre com satisfação que compareço a esta Casa do Congresso Nacional. E o Senador João Menezes me faz três perguntas. A primeira, sobre a dívida externa, nobre Senador, eu trouxe todas as informações e nenhuma ou quase nenhuma, das que me foram

feitas, versaram sobre isso. A primeira foi do Senador Jamil Haddad e, agora, de V. Ex.^a Tenho sobre dívida externa tudo, menos dívidas por estatais, Estados e Municípios. Prometo enviar à V. Ex.^a, brevemente, informações sobre a participação das empresas estatais no total da dívida externa brasileira. Sei apenas que o setor público, como um todo — aí incluídos os Estados e Municípios, a União e as empresas estatais, as três esferas do Governo — está em algo como 80% do total.

A mudança do cruzado para cruzado e, agora, a perda de 3 zeros, foi feita no sentido de reduzir custos das empresas e das pessoas, na manipulação de números gigantescos de zeros, que decorrem de um processo inflacionário crônico e acelerado em que vivemos nos últimos anos. Mas reconheço que, em alguns casos, isso pode ter criado alguns problemas. Procuramos evitar que isso ocorresse, mas o arredondamento pode ter causado um aumento maior de preço, em produtos que não são importantes no total. Há casos curiosos: eu soube, um dia desses, que um trabalhador rural escreveu ao Governo, protestando pela retirada dos 3 zeros, porque ele tinha, pela primeira vez, começado a ganhar em contos de réis, que era um negócio que só os ricos possuíam. Como retiraram três zeros, ele voltou a ganhar abaixo de mil cruzados.

A outra questão de V. Ex.^a é sobre consumo? Posso pedir para V. Ex.^a repetir? Eu não entendi bem.

O SR. JOÃO MENEZES — V. Ex.^a não acha que, ao invés dessa política de se aumentar cada vez mais as condições para a exportação, seria melhor que se pudessem criar melhores condições para as classes menos favorecidas consumirem mais os produtos que produzem nos grandes estados?

O SR. MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA — Ora, Senador, as duas coisas não são incompatíveis. Muitos países cresceram arrastados por um processo de exportação. O exemplo mais recente são os países asiáticos, nos quais acabou-se por beneficiar o consumo interno. V. Ex.^a tem um exemplo claro, no Brasil recente, que é o da indústria de frangos. A exportação de frangos em quantidades expressivas, inegavelmente, trouxe um benefício para o consumidor interno, porque isso exigiu um aprimoramento, um aumento da competitividade da indústria nacional de frangos, que se traduziu em menores custos para o consumidor e uma qualidade também melhor para aqueles que compram frangos no comércio, nos supermercados, nas pequenas mercearias e assim por diante.

Entendo que o que se tem de fazer é balancear adequadamente o que vai para o exterior de forma competitiva e aquilo que fica no País e nunca permitir que um aumento excepcional e imprevisto das exportações se faça em detrimento do abastecimento do mercado interno. É ruim intervir no mercado de exportação, mas o Governo o tem feito em várias ocasiões. Naqueles momentos em que a exportação acaba por gerar tensões internas, aumento de custo e desabastecimento ao consumidor nacional, o Governo não tem hesitado em agir.

Fizemos isso recentemente no caso das exportações de carne, e em outras ocasiões em exportações dos produtos agrícolas ou de matérias-primas.

O SR. JOÃO MENEZES — Sr. Ministro, gostaríamos que V. Ex.^a nos enviasse a relação da dívida das estatais concernente à dívida externa geral porque estamos elaborando um projeto de lei nesse sentido. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sr. Ministro, a Mesa agradece a V. Ex.^a pelo seu comparecimento e pelo fato de haver atendido, dentro da escassez do tempo, às interpretações que lhe foram feitas.

Lamento apenas que os nobres Senadores Albano Franco, Carlos Chiarelli e Almir Gabriel, por estar findo o tempo da sessão, não tenham podido fazer as suas interpeleções. Mas encaminharei a V. Ex.^a as indagações desses três ilustres parlamentares, uma das quais já tenho em mãos: a do nobre Senador Albano Franco.

São as seguintes as indagações do Senador Albano Franco.

ATO DO PRESIDENTE Nº 116, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear Nísio Edmundo Tostes Ribeiro, Técnico Legislativo, Classe Especial, Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor da Secretaria de Serviços Especiais, código SF-DAS-101.5, do Quadro Permanente do Senado Federal, a partir de 18 de abril de 1989, durante o impedimento do titular.

Senado Federal, 18 de abril de 1989. — Senador Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal.